

**Universidades Lusíada**

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

**União Liberal Republicana (ULR) 1926-1930 :  
um partido político na transição de I República  
para o Salazarismo**

<http://hdl.handle.net/11067/5062>

**Metadata**

<b>Issue Date</b>	1995
<b>Keywords</b>	Partidos políticos - Portugal, Direita política - Portugal
<b>Type</b>	article
<b>Peer Reviewed</b>	yes
<b>Collections</b>	[ULL-FD] Polis, n. 04-05 (1995)

This page was automatically generated in 2020-03-05T06:52:31Z with  
information provided by the Repository

RICARDO LEITE PINTO (\*)

## UNIÃO LIBERAL REPUBLICANA (ULR) 1926-1930

### (UM PARTIDO POLÍTICO NA TRANSIÇÃO DA I REPÚBLICA PARA O SALAZARISMO)

#### SUMÁRIO:

#### PARTE I

1. Introdução
2. Percorso histórico da ULR
  - 2.1 Antecedentes da ULR
  - 2.2. O 4.º Congresso do Partido Nacionalista Republicano e a sessão constituinte da União Liberal Republicana
  - 2.3. 1.º Período: de 8 de Março a 28 de Maio de 1926
  - 2.4. 2.º Período: de 28 de Maio a 9 de Julho de 1926
  - 2.5. 3.º Período: de 9 de Julho de 1926 a meados de 1930
3. Conclusões

#### PARTE II

(Mapas, Anexos e Documentos)

- Mapa I — Partidos Políticos na I República
- Mapa II — Comissões Concelhias ou Centros Republicanos da ULR (1926)
- Mapa III — Distribuição geográfica dos aderentes da ULR (1926)
- Anexo A — Cronologia das principais actividades da ULR
- Anexo B — Manifesto da ULR ao País
- Anexo C — Estatutos da ULR
- Anexo D — 4.º Congresso do Partido Nacionalista Republicano (6, 7 e 8-3-1926)
- Anexo E — Sessão Constituinte da ULR (8-3-26)
- Anexo F — Carta Aberta ao Comandante Mendes Cabeçadas (17-6-26)
- Anexo G — Conferência de Cunha Leal «Aspiração de um Portugal Maior» (5-7-26)
- Anexo H — Carta a Gomes da Costa (5-7-26)
- Anexo I — Carta ao Ministro da Guerra Passos e Sousa (27-1-27)

---

(\*) Advogado e Assistente da Universidade Lusíada.



Anexo J — Manifesto da ULR (18-6-27)

Anexo K — Conferência de Francisco Cunha Leal «Nacionalismo»  
(Dezembro 1927)

### PARTE III

(Fontes documentais e bibliográficas)

## PARTE I

### 1. Introdução

É usual dividir-se a história política da I República em dois períodos. O primeiro, de 1911 a 1918, e o segundo de 1919 a 1926, entre os dois mediando o consulado sidonista. Este segundo período, dado que se segue à tentativa de SIDÓNIO PAIS de uma «república nova», ficou conhecido como a «República Velha» ou «República Conservadora» <sup>(1)</sup>.

As linhas que se seguem, procuram retratar a vida de um partido político durante um período histórico concreto, que tem as suas raízes na «república velha» e que culmina com a consolidação de OLIVEIRA SALAZAR no poder.

Boa parte do período referenciado ficou historicamente conhecido por «Ditadura Militar». E poderá parecer estranho que, num contexto ditatorial, houvesse lugar para um partido político e para uma certa forma de competição partidária. Mas há que ter em conta a especial situação política que originou a apelidada Ditadura Militar e nela o papel das várias organizações oriundas da I República.

Em primeiro lugar, os partidos e as organizações políticas não foram formalmente proibidos de actuar e muito menos de existir, com o advento do golpe militar chefiado por GOMES DA COSTA. Em segundo lugar, os partidos ocuparam um lugar de real importância no palco militar e civil pós-28 de Maio, pela forma como agiram e como condicionaram as decisões posteriores, facto que não tem merecido o devido relevo dos historiadores. Em terceiro e último lugar, o quadro institucional, político e social que corresponde aos quatro primeiros anos da ditadura não é significativamente diferente do da fase terminal da I República, naquilo que diz respeito à actuação dos partidos políticos.

---

<sup>(1)</sup> Cfr. OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, II vol., Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1976, p. 278, *História de Portugal* (Direcção de JOSÉ MATOSO), Autor: RUI RAMOS, volume sexto, Lisboa, 1994, p. 624.

Não sendo inteiramente pacíficas as anteriores asserções, procuraremos desde já, concretizar melhor o ponto de vista sustentado.

A primeira constatação é confirmada pela inexistência de qualquer normativo que suprimisse os partidos. É certo que o Congresso havia sido encerrado, logo após o 28 de Maio, e que os partidos deixaram de ter a tribuna parlamentar para fazerem valer os seus pontos de vista, mas não é menos certo que continuaram a actuar em público (reuniões dos seus órgãos, sessões de propaganda, comunicados, imprensa) embora com mais constrangimentos do que no período anterior. Em rigor, só com o advento de SALAZAR como homem forte da situação, e com a sua iniciativa de lançar as bases de uma nova ordem política e nela de um movimento que se propunha substituir os antigos partidos e ser um centro de apoiantes do Estado Novo, é que os partidos republicanos deixaram de ter actividade visível.

Até Abril de 1928, mês em que CARMONA convidou SALAZAR para a pasta das Finanças, após a fugaz experiência de 1926, no período que DOUGLAS WHEELER chama de «regime dos alferes» <sup>(2)</sup>, e mesmo durante a fase que precede o aparecimento, em 1930, do «partido anti-partido» da União Nacional, as organizações republicanas têm um papel decisivo nos acontecimentos, através dos seus dirigentes — pese embora muitos deles se encontrassem exilados — e militantes. Todos os pronunciamentos entre 1927-31, por exemplo, contaram com a colaboração activa de militantes de partidos republicanos, em particular do Partido Republicano Português. De resto, e esse será um ponto a focar nas páginas subsequentes, nem todos os partidos tomaram a mesma atitude perante o 28 de Maio e, igualmente, nem todos tiveram o mesmo estatuto prático de actuação perante a nova situação. A posição da U.L.R., é, por exemplo, de semi-legalidade, tolerada por vezes, pelo novo poder emergente do 28 de Maio.

As notas que se seguem, procuram pois, essencialmente, retratar o percurso visível da U.L.R., e do seu carismático líder FRANCISCO CUNHA LEAL <sup>(3)</sup>, durante o espaço compreendido entre 1926 e 1930.

<sup>(2)</sup> Cfr. *A Ditadura Militar Portuguesa*, Lisboa, 1988, p. 14 e ss. Ver também JORGE CAMPINOS, *A Ditadura Militar*, Lisboa, 1975, p. 54 e ss.

<sup>(3)</sup> A vida política de FRANCISCO CUNHA LEAL, atravessa três fases distintas da História contemporânea de Portugal: a I República, a Ditadura Militar e o Estado Novo. Está por fazer uma biografia histórico-política deste intrépido e polémico republicano, que, no entanto, legou para a posteridade uma numerosa obra de intervenção política e de reflexões económico-financeiras, para além de três volumes de memórias, que abrangem toda a I República e se prolongam até 1930. Não conhecemos, de resto, para além



O labor desenvolvido para estudar o rumo histórico da U.L.R., permitiu recolher diversa documentação, que julgamos relevante para o período histórico em causa. Alguns desses textos, nunca viram a luz do dia, outros encontravam-se sepultados nas páginas dos jornais da época e outros ainda, em livros há muito esgotados ou fora do mercado.

Optámos, assim, por lhe dar a devida divulgação, se bem que enquadrada pelo presente texto introdutório — vejam-se os anexos A a K.

A recolha de dados, incidiu igualmente sobre aspectos da estrutura da U.L.R., — a sua organização — Mapa II —, a implantação geográfica do número dos seus aderentes — Mapa III —, e mesmo sobre a sua imprensa e as principais fontes de financiamento.

Todavia o tratamento e o desenvolvimento sistemático desta matérias, designadamente do ponto de vista das tipologias partidárias, da história dos partidos políticos, do sistema partidário, e ainda das ideologias políticas, aguardará melhor oportunidade.

## 2. Percurso histórico da União Liberal Republicana (U.L.R.) 1926-30

O Partido da União Liberal Republicana nasce formalmente em 8 de Março de 1926 e prolonga a sua actividade visível até meados de 1930.

Todavia, se é possível determinar com segurança o seu início, afigura-se, ao invés, difícil de balizar cronologicamente o seu término.

Por um lado, como vimos já, os partidos políticos, na sequência do 28 de Maio e já em plena vigência do consulado salazarista, não foram legalmente proscritos. Nenhum diploma legal os proibiu expressamente, e a própria Constituição de 1933, quando previa que os funcionários públicos não estavam ao serviço de «qualquer partido» (art. 22.º), parecia implicitamente admiti-los. <sup>(4)</sup>

---

de um ou outro artigo de imprensa (entre eles o nosso «*Quixote das liberdades*» in «*Sábado*» de 31-1-88, p. 30, por ocasião do centenário do seu nascimento) qualquer trabalho, parcelar que seja, sobre aspectos da vida política deste republicano de «antes que-  
brar que torcer». Recentemente, e graças ao esforço da família, vieram a ser editados uns «*Textos Antológicos de Cunha Leal*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991», com uma muito útil bibliografia activa seleccionada.

<sup>(4)</sup> Cfr. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, Vol. I, tomo I, (4.ª edição), Coimbra, 1990, pág. 301. É óbvio que, em obediência à filosofia do Estado Novo, os partidos e as associações políticas não poderiam persistir. Assim, quer a Lei

Cedo, porém, os fundamentos político-ideológicos do Estado Novo, materializados nos Estatutos e Programa da União Nacional, na Constituição de 1933 e no Estatuto de Trabalho Nacional, apontaram para o fim dos Partidos Políticos, substituídos por um «Estado sem partidos», onde a União Nacional, se configurava como uma Associação sem carácter de partido e independente do Estado, destinado a congregar todos os portugueses sem «distinção de escola política».

Os Estatutos da União Nacional seriam publicados em 20 de Agosto de 1932 e a 23 de Novembro do mesmo ano, SALAZAR na posse dos membros da Comissão Central da União Nacional proferiria o discurso «As Diferentes Forças Políticas» onde deixaria clara a intenção de não tolerar os antigos partidos políticos. E, com efeito, nas primeiras eleições para a Assembleia Nacional, em 16 de Dezembro de 1934, apenas a União Nacional apresentou candidatos <sup>(5)</sup>.

Deste modo, é legítimo concluir que os partidos políticos da República, perduraram formalmente até fins de 1934 <sup>(6)</sup>. Contudo, muitos deles estavam nessa data dissolvidos ou apenas existiam sem qualquer actividade visível.

Está, precisamente, neste último caso a U.L.R.. Com efeito, este partido manifesta-se à luz do dia até Junho de 1933, como nos indicam alguns dos seus órgãos noticiosos regionais, como é o caso do *Comércio de Penafiel* ou do *Distrito da Guarda* <sup>(7)</sup>.

---

1901 de 21 de Maio de 1935, relativa às Associações Secretas, quer o Decreto n.º 22 468, de 11 de Abril de 1933, referente ao direito de reunião, quer outras disposições sobre a liberdade de associação, conduziram à proibição, de facto, dos partidos políticos. Cf. *Legislação repressiva e anti-democrática do regime fascista* (Presidência do Conselho de Ministros), Lisboa, 1985.

<sup>(5)</sup> Cfr. FERNANDO ROSAS, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, 1985.

<sup>(6)</sup> OLIVEIRA MARQUES, sinaliza a proibição dos partidos políticos e associações secretas em 1935 — Cfr. *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1976, pág. 298 —, JORGE CAMPINOS, diz que o regime nascente se conforma com a existência de partidos até 1932 — Cfr. *A Ditadura Militar, 1926-33*, Lisboa, 1979, pág. 191, e DOUGLAS L. WHEELER, marca o fim, por exemplo, do Partido Republicano Português, também em 1935, embora com algumas reservas — Cfr. *Republican Portugal, A Political History, 1910-26*, The University of Wisconsin Press, 1978, págs. 269 e 270.

<sup>(7)</sup> Cfr. *O Comércio de Penafiel* — órgão das Comissões Políticas da U.L.R., dirigido por RODRIGO AUGUSTO DA VEIGA, que se mantém como órgão do Partido até 4 de Junho de 1932 (Ano 57.º, n.º 5425); *O Distrito da Guarda*, dirigido por FRUTUOSO FERREIRA ALVES, é órgão das Comissões Concelhias da U.L.R. da Guarda, até 2 de Abril de 1933 (Ano 56.º, n.º 2717).



Contudo, data de Agosto de 1930, a última reunião da Comissão Executiva da U.L.R., numa altura em que o seu *leader*, CUNHA LEAL, se encontrava já exilado do continente, não mais se registando a partir dessa data qualquer referência concreta à actividade política da U.L.R.

Três factores contribuíram, a nosso ver, para tal fenómeno. O primeiro, como já alvitrámos, prende-se com a prisão e posterior deportação de CUNHA LEAL, na sequência de um conflito com OLIVEIRA SALAZAR, a propósito das finanças de Angola, em Maio de 1930. O segundo, tem a ver com a proclamação das bases orgânicas da União Nacional, pelo Governo de DOMINGOS DE OLIVEIRA em Julho do mesmo ano, e, o terceiro e último, diz respeito ao processo de constituição de uma organização política que reunisse todos os Republicanos em oposição à ditadura, e que viesse a combater esta por meios legais <sup>(8)</sup>.

Todos estes factores determinaram a progressiva imobilidade política da U.L.R., a ponto de a termos de considerar extinta quatro anos após a sua formação.

Afigura-se-nos, pois, correcto localizar o fim material do partido que nos propomos estudar, em meados de 1930, como de início escrevemos <sup>(9)</sup>.

A trajectória política da U.L.R., atravessa uma das fases mais conturbadas da História Política Portuguesa do presente século, e não pode, por essa razão, deixar de ser marcada por tais circunstâncias.

Desde logo, porque o partido em estudo vai desenvolver a sua actividade, em períodos radicalmente distintos, como sejam a fase terminal da I República e o início da Ditadura Militar. Depois, porque é contemporânea da génese do Regime salazarista, e de alguma maneira assiste à sua consolidação. Finalmente, porque a viabilidade do seu projecto político se estrechoa com a multiplicidade de estratégias que a fase histórica 1926-1930, traz ao de cima.

---

<sup>(8)</sup> Tratava-se da Aliança Republicana Socialista que publica em Junho de 1931, o seu Manifesto ao País — cfr. *O Distrito da Guarda*, de 12 de Julho de 1931 — liderada pelo general NORTON DE MATOS, e que incluiria muitos ex-filiados na U.L.R., entre eles o Comandante CABEÇADAS. Cfr. *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-31*, Organização de OLIVEIRA MARQUES, Lisboa, 1973, págs. 107 e ss. Veja-se ainda o caso da Liga Republicana, «*A projectada Liga Republicana e as últimas tentativas dos liberais contra a institucionalização do Estado Novo*» (MARIA CARRILHO) in AAVV, *O Estado Novo, das Origens ao fim da Autarquia*, 1926-1959, vol. I, Lisboa, 1987, pp. 179 ss.

<sup>(9)</sup> Cfr. em sentido idêntico, DOUGLAS L. WHEELER, *Republican Portugal*, cit., pág. 270.



Para o esboço do percurso histórico da U.L.R. haverá que dividi-lo em 4 períodos: a) Antecedentes; b) 8 de Março a 28 de Maio de 1926; c) 28 de Maio a 9 de Julho de 1926; d) 9 de Julho de 1926 a meados de 1930.

Na primeira fase, veremos a cisão operada no Congresso do Partido Nacionalista Republicano, que levou ao aparecimento da U.L.R., e os seus antecedentes próximos e remotos.

Na segunda fase, estudaremos o período áureo da U.L.R., que de Norte a Sul do País se desdobrou em comícios e sessões em defesa do seu ideário político, e que viria a ser bruscamente interrompida com os acontecimentos de 28 de Maio de 1926.

Na terceira fase, sinalizaremos a posição da U.L.R. perante o evoluir precipitado da situação e face às diversas posições dos vários agentes que na altura se degladiavam no tabuleiro político.

A quarta fase, coincide com a ascensão ao poder do General CARMONA e marca o início das dificuldades de posicionamento estratégico e de condições materiais de actividade política da U.L.R., aqui e além entrecortadas pelo retomar de uma actividade militante, como em Janeiro de 1927.

Finalmente, a última fase, diz respeito ao definitivo corte entre o *leader* da U.L.R., CUNHA LEAL, e o novo homem forte da situação política, SALAZAR, e marca o início do progressivo apagamento dos «lealistas», como na gíria política da época eram apelidados os simpatizantes da U.L.R.

## **2.1. Antecedentes da U.L.R.**

A cisão operada no Partido Republicano Nacionalista(P.R.N.), que deu origem à U.L.R. não foi um fenómeno gerado por circunstâncias que se circunscreviam às razões imediatas do ocorrido no 4.º Congresso daquele Partido. Bem ao invés, é possível na trajectória do P.R.N. localizar várias vicissitudes que de algum modo anunciam com carácter de inevitabilidade a fractura partidária operada.

Desde logo, o nascimento do Partido Republicano Nacionalista, da confluência de diversas correntes que remontavam ao evolucionismo de ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA e ao Unionismo de BRITO CAMACHO, representava a inconsistente tentativa em criar um bloco conservador que pudesse disputar eleitoralmente a supremacia dos Democráticos.

Todavia, na sua origem confluíram, para além das facções herdeiras do «Almeidismo» e do «Camachismo», diversas correntes que alinharam com

a experiência presidencialista de SIDÓNIO PAIS e, bem assim, dissidentes do P.R.P., como os Reconstituintes de ÁLVARO DE CASTRO e SÁ CARDOSO.

Desta miscelânea, que vem à luz do dia em Fevereiro de 1923, após a autodissolução do Partido Liberal de ANTÓNIO GRANJO <sup>(10)</sup> e BARROS QUEIROZ, ele próprio um sucedâneo dos cisionistas do P.R.P. fácil é constatar que pouca ou nenhuma unidade político-ideológica possuía. — Ver Mapa I, sobre a evolução partidária na I República —.

A ideia da fusão num grande partido, de todos os adeptos da Direita — o P.R.N., seria inicialmente crismado de Partido Republicano das Direitas — não chegou a sedimentar-se. O seu manifesto, elaborado por JÚLIO DANTAS, apelava para um programa económico de salvação, e afiançava estar o partido preparado para assumir o poder. Contudo, a segunda força da República entre 1923 e 1926, nunca conseguiu a almejada unidade que pudesse bater eleitoralmente o P.R.P.

Escolhida que foi uma personalidade neutra para seu *leader*, GINESTAL MACHADO, os verdadeiros chefes de fila, no entanto, cedo foram identificados como sendo CUNHA LEAL e ÁLVARO DE CASTRO, cujos projectos políticos não eram de modo algum coincidentes.

Assim, os Nacionalistas irão desde cedo caracterizar-se pela existência de várias facções. Uma à direita liderada por CUNHA LEAL, adepto do princípio da chefia única, uma facção do centro, de GINESTAL MACHADO e uma ala esquerda cujo chefe era o antigo Reconstituente ÁLVARO DE CASTRO <sup>(11)</sup>, mais próximo das posições dos Democráticos.

Assim, «CUNHA LEAL vem do esquerdismo «popular» e ÁLVARO DE CASTRO do «esquerdismo democrático», e agora ambos se unem à direita de ANTONIO MARIA DA SILVA que, com eles — temperamentos em perma-

---

<sup>(10)</sup> O malogrado ANTÓNIO GRANJO viria a ser barbaramente assassinado a 19 de Outubro de 1921, na sequência dos acontecimentos revolucionários, que ficaram registadas para a história com o nome de «Noite Sangrenta». Nestes acontecimentos, um personagem viria a ter um papel que pela dignidade e coragem demonstradas, o vão alcançador a um papel decisivo na evolução política futura, precisamente o oficial de engenharia FRANCISCO CUNHA LEAL. Vejam-se sobre os acontecimentos da Noite Sangrenta, CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, vol. II, Lisboa, 1967, pág. 285 e segs. e JESUS PABON, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, 1961, pág. 480 e ss. e, mais recentemente, FERNANDO HONRADO, *Os Fuzilados de Outubro de 1921*, Lisboa, 1995.

<sup>(11)</sup> Cfr. ANTÓNIO JOSÉ TELO, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, 1980, pág. 250 e ss.



nente inquietude revolucionária — é a expressão perfeita de um conservadorismo pessimista e estático» (12).

Como afirmava CUNHA LEAL, anos depois, «A miscelânea ideológica dentro deste grupo raiava os limites do inverosímil porque os homens, unindo-se por questões de tática política, não procuravam interrogar-se sobre os seus princípios e a sua formação intelectual» (13).

Não se fizeram, pois, esperar as quebras à unidade partidária provocadas por dissensões mais ou menos profundas.

Logo por alturas da formação do Gabinete dos Nacionalistas encabeçado por GINESTAL MACHADO, em 15 de Novembro de 1923, meses após o nascimento do P.R.N., ÁLVARO DE CASTRO discorda da direcção do Partido e mostra-se favorável a um Governo liderado por AFONSO COSTA, recém-chegado de Paris para negociar um Ministério, na sequência da queda do 4.º Gabinete ANTÓNIO MARIA DA SILVA.

Não admira, pois, que após a falência deste efêmero executivo Nacionalista (14) — do qual CUNHA LEAL fazia parte, como Ministro das Finanças —, que, de resto, não detinha a maioria na Câmara dos Deputados, ÁLVARO DE CASTRO se aproveite da ocasião para, após reunião da Junta Consultiva do Partido Nacionalista em 13 de Dezembro de 1923, apresentar a demissão daquele organismo partidário, refazer o antigo grupo Reconstituente, *in acto*, formando novo Gabinete, com a colaboração de Democráticos e Independentes (15).

Mas, se na ala esquerda do P.R.N., os fenómenos de desagregação vinham à luz do dia, na banda direita, onde participava CUNHA LEAL, não eram menores os sinais de agitação.

No Congresso anual do partido, em Janeiro de 1924, fazem-se sentir fortes apelos ao cisionismo, a pretexto de uma intervenção de CUNHA LEAL, que ataca violentamente o Governo e o Presidente da República por defenderem a moagem, acabando, no entanto, por ser eleito um directório unitário, com a participação dos “lealistas”.

(12) Cfr. JESUS PABON, *op. cit.*, pág. 514.

(13) Cfr. CUNHA LEAL, *Os Partidos Políticos na República*, Corunha, 1932, pág. 103.

(14) O Gabinete GINESTAL MACHADO, durará menos de um mês, sendo empossado a 15-11-1923 e caindo na sequência da rejeição de uma moção de confiança a 12-12-1923.

(15) O Gabinete de ÁLVARO DE CASTRO (18-12-1923 a 6-7-1924) incluiria nas pastas da Instrução e Agricultura os seareiros ANTÓNIO SÉRGIO e AZEVEDO GOMES.

Um ano depois, no 3.º Congresso do P.R.N. em Março de 1925, realizado na vigência do executivo democrático de VITORINO GUIMARÃES, CUNHA LEAL marca posição, a propósito da continuação da política económica e financeira seguida pelo Chefe do Gabinete, apontando para o abandono dos nacionalistas das Câmaras, como forma de protesto contra a «onda de despotismo e violência com que se pretende arruinar o País».

O clima político que se vive durante todo o ano de 1925 até 18 de Março de 1926 é de um insurreccionismo latente, que nem as eleições de 8 de Novembro atenuam <sup>(16)</sup>.

É que, intacta como continuava a máquina eleitoral do P.R.P. o acto eleitoral, que registaria uma alta abstenção (cerca de 60 %), confirmaria o domínio Democrático <sup>(17)</sup>, deitando por terra as pretensões do bloco conservador em sair vitorioso das eleições, o que vem agravar as dissensões já existentes entre os Nacionalistas.

Os acontecimentos que envolvem as eleições de 1925, são motivo para que no seio dos Nacionalistas as querelas se repitam. É o caso da facção de CUNHA LEAL que critica a direcção do partido por não disputar todos os círculos e, sobretudo, por não utilizar como propagandistas das suas listas os chefes do recente movimento militar de 18 de Abril <sup>(18)</sup>.

<sup>(16)</sup> Após o golpe fracassado de 18 de Abril de 1925, sucedem-se os gabinetes de VITORINO GUIMARÃES (15-2-1925 a 1-12-1925) ANTÓNIO MARIA DA SILVA (1-07-1925 a 1-8-1925), DOMINGOS PEREIRA (1-8-1925 a 17-12-1925) ANTÓNIO MARIA DA SILVA (17-12-1925 a 30-5-1926). (Cfr. OLIVEIRA MARQUES, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, 1980, pág. 132).

<sup>(17)</sup> Foram os seguintes os resultados obtidos nas últimas eleições legislativas da I República:

	<i>Câmara</i>	<i>Senado</i>
Democráticos	83	39
Nacionalistas	36	8
Independentes	19	8
Monárquicos	7	5
Esquerdistas	6	1
União Interesses Económicos	6	3
Católicos	4	1
Socialistas	2	—

(Cfr. Oliveira Marques, *op. cit.*, pág. 128).

<sup>(18)</sup> Ver sobre o 18 de Abril, VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, vol. XI, págs. 300 ss.



Fracassado o primeiro e único teste eleitoral dos Nacionalistas, agravam-se ainda mais as divergências, enquanto, em catadupa, se sucedem inquietantes acontecimentos políticos. No domínio das conspirações militares repetem-se os golpes — 19 de Julho de 1925 —, enquanto rebenta o escândalo do Angola e Metrópole e o Presidente TEIXEIRA GOMES renuncia ao mandato presidencial.

É perante este quadro, que se agenda o 4.º Congresso do Partido Nacionalista Republicano, a realizar a 6, 7 e 8 de Março de 1926 <sup>(19)</sup>.

## **2.2. O 4.º Congresso do Partido Nacionalista e a sessão constituinte da União Liberal Republicana**

O avolumar das contradições que praticamente desde o seu início minavam o P.R.N., veio a culminar na cisão protagonizada por CUNHA LEAL e pelo grupo de correlegionários que o acompanhou na fundação da U.L.R.

Semanas antes do 4.º Congresso Nacionalista, apazado para os dias 6, 7 e 8 de Março de 1926, faziam-se já sentir as divergências de opinião que tinham como cerne a ausência de homogeneidade política do Directório e a eleição directa do Chefe do Partido.

Esta última reivindicação sustentada por CUNHA LEAL, tinha como opositores PEDRO PITA <sup>(20)</sup> e TAMAGNINI BARBOSA <sup>(21)</sup> os quais propugnavam a integral reeleição do anterior Directório. CUNHA LEAL, por seu lado, via um perigo no *status* reinante entre os nacionalistas, que procurava conciliar todas as tendências <sup>(22)</sup>.

---

<sup>(19)</sup> Sobre o ambiente político reinante nas vésperas do 28 de Maio de 1926, veja-se a obra dirigida por DAMIÃO DE PERES, *História de Portugal*, Suplemento, págs. 918 ss.

<sup>(20)</sup> PEDRO PITA leader nacionalista, Ministro do Comércio, no Gabinete GINESTAL MACHADO (15-11-1923/18-12-1923).

<sup>(21)</sup> TAMAGNINI BARBOSA, oficial sidonista, Ministro das Colónias, Ministro do Interior e Ministro das Finanças no consulado sidonista, constituirá Governo após o assassinato do «Presidente-Rei», entre 14-12-1918 e 27-1-1919.

<sup>(22)</sup> GINESTAL MACHADO, em entrevista ao *Diário de Lisboa* dias depois do Congresso afirmaria ser contra a eleição directa do chefe alegando: «Em Portugal desde os Comunistas aos democráticos a chefia provou sempre mal» in *Diário de Lisboa*, 10-3-1926.



Apresentaram-se assim ao Directório duas listas concorrentes <sup>(23)</sup> uma sustentada pelos membros afectos à linha de PEDRO PITA e TAMAGNINI BARBOSA e outra defendida por CUNHA LEAL, na qual apareciam, para além do próprio, como Presidente, VICENTE FERREIRA <sup>(24)</sup>, VASCONCELOS E SÁ <sup>(25)</sup>, RAUL LELO PORTELA <sup>(26)</sup>, MENDES CABEÇADAS <sup>(27)</sup>, SILVA RAMOS <sup>(28)</sup>, VASCO MARQUES <sup>(29)</sup> e TEÓFILO DUARTE <sup>(30)</sup>, entre outros <sup>(31)</sup>.

O incidente que dá origem à cisão nos nacionalistas surge na sequência destes acontecimentos, mas está longe de com eles ter uma proximidade factual.

Conta-se em poucas linhas.

---

<sup>(23)</sup> A divisão dos Congressistas pelas duas listas representava de algum modo uma clivagem geográfica: «Os Congressistas do Norte, ao que parece, na sua maior parte são afectos à lista em que figura o Sr. CUNHA LEAL, LELO PORTELA e ARTUR BRANDÃO. Nos Congressistas do Sul prepondera a lista apresentada pelo Directório». Cfr. *Diário do Minho* de 7-3-1926.

<sup>(24)</sup> VICENTE FERREIRA foi Ministro das Finanças do Gabinete DUARTE LEITE (16-6-1912 a 8-1-1913), Ministro das Finanças do 2.º Gabinete de ANTÓNIO GRANJO (31-8-1921 a 19-10-1921) e Ministro das Colónias do Gabinete GINESTAL MACHADO (15-11-1923 a 18-12-1923), Alto Comissário em Angola de 1926 a 1928. Em Janeiro de 1935, ingressaria como procurador à Câmara Corporativa.

<sup>(25)</sup> VASCONCELOS E SÁ, médico da armada e revolucionário do 5 de Outubro de 1910, foi Ministro (ou Secretário de Estado, em rigor) das Colónias de SIDÓNIO PAIS (15-5-1918) e Ministro da Agricultura do Gabinete GINESTAL MACHADO (15-11-1923 a 18-12-1923). Seria membro da Comissão Executiva da U.L.R.

<sup>(26)</sup> RAUL LELO PORTELA, advogado, foi Ministro da Justiça do 2.º Gabinete ANTÓNIO GRANJO (31-8-1921 a 19-10-1921). Seria membro da Comissão Executiva da U.L.R.

<sup>(27)</sup> MENDES CABEÇADAS, oficial do exército, de grande prestígio nacional. Revolucionário do 5 de Outubro de 1910 e do abortado golpe de 19 de Julho de 1925, seria, mais tarde, membro da Comissão Executiva da U.L.R. e principal artífice do 28 de Maio de 1926.

<sup>(28)</sup> SILVA RAMOS, médico, Provedor da Misericórdia de Lisboa, onde desenvolveu trabalho assinalável, de onde se salienta, a reorganização dos serviços médicos, a construção do edifício hospitalar, a reorganização das lotarias e a realização 1.º Congresso Nacional das Misericórdias. Foi Deputado às Constituintes de 1911 e partidário do grupo de «A Luta» de BRITO CAMACHO.

<sup>(29)</sup> VASCO MARQUES, advogado, Senador, seria, mais tarde membro da Comissão Executiva da U.L.R.

<sup>(30)</sup> TEÓFILO DUARTE, antigo oficial sidonista e Governador do Ultramar. Seria membro da Junta Consultiva da U.L.R.. Desempenharia em 1927 e 1928, o cargo de Governador de Timor.

<sup>(31)</sup> Cfr. *Diário de Notícias* de 4-3-1926, p. 4 e CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, cit., vol. II, p. 449.

CUNHA LEAL foi acusado em pleno Congresso, de ter aceite um lugar de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, ao abrigo de uma disposição legislativa, que o próprio CUNHA LEAL havia com dureza criticado. Este, de imediato, após dar a sua versão dos factos, deliberou abandonar o Partido, demitindo-se, outrossim, do seu cargo naquela instituição bancária.

Mas, em concreto, no que consistiu este incidente e toda a série de acontecimentos que posteriormente se desenrolou?

Os relatos insítos na imprensa da época, bem como os testemunhos memorialistas dão-nos um quadro assaz impressionante <sup>(32)</sup> — (Ver Anexos D e E) —.

Perante uma assistência de cerca de 2 500 congressistas reunidos no ginásio do Liceu Camões, no dia 6 de Março, a 1.ª Sessão do Congresso do P.R.N., abriu às 14,55 h da tarde com uma calorosa saudação ao Dr. GINESTAL MACHADO <sup>(33)</sup> que de imediato convidou AFONSO LEMOS para presidir à sessão.

Constituída a mesa — para a qual foram convidados ALVES DE OLIVEIRA, JOAQUIM BRANDÃO, CORONEL MENDES DO PAÇO, ABÍLIO MOURÃO, JOÃO BACELAR e ARTUR BRANDÃO — entrou pouco depois na sala CUNHA LEAL, que foi recebido com uma entusiástica manifestação entre vivas à República e ao P.N.R.

Seguiu-se a aprovação de uma saudação ao Presidente da República, BERNARDINO MACHADO, após a qual PEDRO PITA, em nome do Directório, leu um extenso relatório de trabalho daquele órgão dirigente, relativo ao ano anterior.

Finda a leitura do relatório, o congressista ADELINO MENDES <sup>(34)</sup> que viria a estar no centro da polémica, interpelou a mesa no sentido de saber se o relatório faz «alguma referência à nomeação de um correlegionário ali

---

<sup>(32)</sup> Cfr. *Diário de Notícias* de 7-3-1926, págs. 1, 2 e 6, de 8-3-26, págs. 1 e 2 e de 9-3-1926, págs. 1, 2 e 4; *O Século* de 7-3-1926, págs. 1 e 6, de 8-3-1926, págs. 1 e 4, 9-3-1926, págs. 1, 2 e 6; *O Distrito da Guarda* de 20-3-1926, págs. 3 e 4, CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, cit. vol. II, págs. 448 e ss.

<sup>(33)</sup> GINESTAL MACHADO, Presidente do Ministério (Nacionalista) de 15-11-1923 a 18-12-1923, eleito Presidente crónico do Directório do Partido Nacionalista nos seus quatro Congressos.

<sup>(34)</sup> Nas suas memórias, e referindo-se aos acontecimentos do 1.º Congresso Nacionalista, CUNHA LEAL não nos esclarece quem era o Congresso ADELINO MENDES. Pelas referências colhidas na imprensa da época, é retratado pejorativamente como um jornalista que escrevia «artigos de um inflamado patriotismo a 500\$00 cada». Cfr. *O Distrito da Guarda*, 23 de Março de 1926, pág. 3.



presente para o cargo de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino».

Após um breve desaguizado, logo sanado, CUNHA LEAL pediu a palavra e explicou ao Congresso a posição assumida a propósito do cargo em questão.

Segundo ele, havia sido convidado por PESTANA JUNIOR para ocupar o lugar de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino. A essa solicitação respondeu que só aceitaria se nisso concordassem os Bancos Ultramarino e de Portugal e bem assim o seu Partido. Todos estes condicionalismos, segundo afirmou, vieram a verificar-se pelo que CUNHA LEAL decidiu, com o apoio do Directório do Partido Nacionalista, aceitar o cargo em questão.

Após esta intervenção, falou de novo ADELINO MENDES, que, criticando a atitude de CUNHA LEAL apresentou uma moção condenatória daquele.

Podia ler-se na moção em causa:

«O Congresso do P.R.N. considerando que o seu prestígio colectivo sofreu com a nomeação dum seu correlegionário para vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, convida o titular desse lugar a abandoná-lo e passa à ordem do dia».

A resposta imediata de CUNHA LEAL, à moção apresentada, no que é apoiado por outros correlegionários, foi a de abandonar o Partido. No meio de grande agitação proclamou:

«À política pode dar-se tudo, tudo menos a honra. ADELINO MENDES a sua tarefa está completa! CUNHA LEAL desde este momento deixou de pertencer ao P.N.!» (Ver Anexo D).

Com esta última intervenção de CUNHA LEAL, estava dado o primeiro passo para a cisão que haveria de conduzir à U.L.R..

Todavia, nas restantes 5 sessões do Congresso, acontecimentos se produziram que pelo seu relevo, importam para a génese da U.L.R..

Desde logo e após a saída do Ginásio do Liceu Camões de CUNHA LEAL, fez-se ouvir TAMAGNINI BARBOSA. Este apelou ao Congresso para que não pronunciasse uma só palavra de recriminação para quem saíu, e que se constituísse uma comissão que efectuassem as diligências imprescindíveis para que os congressistas que saíram de novo voltassem.

A sugestão do Presidente da Mesa, a Comissão em causa seria composta por GINESTAL MACHADO, AFONSO DE LEMOS, JULIO DANTAS e general SILVEIRA.

Contudo — tal como na 3.<sup>a</sup> sessão (tarde do dia 8) GINESTAL MACHADO veio a esclarecer — na sequência dos contactos com CUNHA LEAL, para que o mesmo desistisse dos seus propósitos, este dera razões de «ordem tão íntima que entendia (GINESTAL MACHADO) que era desprimoroso insistir mais».

O consumir da cisão, viria apenas a materializar-se ao longo das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> sessões, após a eleição do novo Directório e de uma intervenção de JORGE BOTELHO MONIZ <sup>(35)</sup> que declarou formalmente no seu nome e no de outros correlegionários sair do Partido Nacionalista, nisso se fazendo acompanhar de largas centenas de Congressistas.

Mas vejamos como tudo isso se desenrolou.

Já na sessão nocturna do dia 7 de Março, JORGE BOTELHO MONIZ interveio violentamente em defesa de CUNHA LEAL dizendo nomeadamente:

«CUNHA LEAL que aqui foi vilmente atacado fez muito bem em aceitar o lugar que lhe era oferecido dentro da República. Acaitou uma indicação do Directório e é preciso que os nacionalistas tomem de facto conta dos lugares que lhe competem na administração republicana».

Desde logo se esboçaram na reunião máxima dos Nacionalistas, duas correntes de opinião, pró e contra CUNHA LEAL, as quais, no fundo, mais não traduziam do que as sempre latentes clivagens no P.R.N..

É, pois, nas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> sessões que tais correntes se vão extremando cada vez mais atingindo as raíais do paroxismo.

O relato do *Diário de Notícias* de 7-3-1926 (Anexo D) dá-nos a reprodução fiel dos acontecimentos e simultaneamente retrata com crueza o ambiente político-partidário que se evidenciava nos últimos meses da I República.

Na sequência das agitadas polémicas entre os partidários das duas correntes o Directório do Partido Nacionalista é finalmente eleito, ganhando a maioria de votos a lista encabeçada por GINESTAL MACHADO, com 946

---

<sup>(35)</sup> JORGE BOTELHO MONIZ, militar sidonista, com participação activa no 5 de Dezembro de 1918 e no 18 de Abril de 1925. Esta última tentativa revolucionária, viria a ter grande influência no desenrolar da situação política posterior, não tanto pelo incidente em si, mas sobretudo, pela absolvição de todos os implicados na conjura, após um mês de polémicas sessões no Tribunal Militar. Cf. JESUS PABON *op. cit.*, págs. 562 e ss. Viria a ser membro da Comissão Executiva da U.L.R. da qual se viria a afastar após o 28 de Maio. Foi o comandante das tropas de desembarque na Madeira, por ocasião da Revolução de Abril de 1931 contra a Ditadura Militar.



votos, enquanto que a lista vencida, afecta a CUNHA LEAL, mas liderada por AFONSO DE MELO recolhe apenas 489 votos.

A intervenção do chefe recém-eleito dos Nacionalistas, após o acto eleitoral, consumada a cisão, procura ser apaziguadora, apelando à unidade do partido.

Sem embargo da convicção manifestada por GINESTAL MACHADO, um facto desde logo chamaria a atenção: é que no acto eleitoral para o Directório, haviam entrado 1600 listas nas urnas, quando se encontravam inscritos 2500 congressistas.

Esta disparidade de números punha de alguma maneira em crise a legitimidade da lista vencedora.

Seria essa, de resto, uma das razões avançadas para a ruptura definitiva.

Antes porém, e finda a sessão da tarde do dia 8, grande número de congressistas dirigiu-se a casa de CUNHA LEAL, em manifestação.

De entre eles, LELO PORTELA, VASCONCELOS E SÁ e o Comandante CABEÇADAS propõem um Tribunal de Honra a ser constituído por figuras como ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, EGAS MONIZ e JOÃO PINTO DOS SANTOS, que julgaria se o antigo dirigente nacionalista podia ou não voltar ao Partido, solução que é aceite por CUNHA LEAL.

Contudo, a eleição do Directório nas condições antes descritas, inutiliza esta última solução e acaba por conduzir à definitiva ruptura.

Quem a anuncia é JORGE BOTELHO MONIZ na 4.<sup>a</sup> sessão (noite do dia 8), onde após saudar o novo Directório por cujos membros afiançou «tem a maior consideração pessoal», decide, «com o coração sangrando», abandonar o Partido Nacionalista. Relata depois o que se passou na manifestação a CUNHA LEAL e que, quando vinha comunicar o acordo do mesmo quanto a um tribunal de honra, soube, com espanto, que o Directório já estava eleito por 900 votos, quando estavam inscritos 2500 congressistas.

Verificou então com mágoa — diz J. BOTELHO MONIZ — que «há hoje dentro do Partido uma situação irredutível». De um lado CUNHA LEAL e do outro TAMAGNINI BARBOSA e PEDRO PITA. Nestas condições, declara, «em seu nome pessoal e no de CUNHA LEAL, MENDES CABEÇADAS, LELO PORTELA, VASCONCELOS E SÁ e TEÓFILO DUARTE», saem do Partido Nacionalista.

A decisão formal de abandono do P.R.N. acompanhado por centenas de congressistas, tornou consumado um facto que desde o início do congresso, com a interpelação de ADELINO MENDES, não podia ter outro desfecho.

É assim que, desde logo, para as duas da tarde do dia 8 de Março, é convocada no salão nobre do Teatro Nacional, uma reunião em que «sob a presidência da grande figura republicana, o Sr. Dr. ANTÓNIO JOSÉ DE



ALMEIDA, se reúnam todos os que se queiram solidarizar com a atitude nobre e honrada do Sr. CUNHA LEAL».

Ainda sem nome definido, mas apadrinhada em espírito por ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, que por motivo de doença acabaria por não se deslocar ao Teatro Nacional, mas fez saber que «estava em espírito com a assembleia», reuniram-se os partidários de CUNHA LEAL.

De entre eles destacavam-se, para além das personalidades nacionais alinhadas politicamente com as teses de CUNHA LEAL no P.R.N., muitas outras de relevo, nos núcleos provinciais dos nacionalistas.

Na sessão fundadora do que seria a U.L.R., falaram BOTELHO MONIZ, TEOFILO DUARTE, VASCONCELOS E SÁ e CUNHA LEAL, sobre a presidência de MENDES CABEÇADAS.

O discurso de CUNHA LEAL, pôs o acento tónico nas directrizes do novo agrupamento político, e fez o historial dos acontecimentos mais marcantes do passado próximo dos nacionalistas e que levaram à cisão (Ver Anexo E).

Constituída a U.L.R., cedo os seus adversários contra ela se encarniçaram, começando pelos ex-correlegionários do P.R.N., os quais por força dos acontecimentos vividos ainda a quente, encerravam o seu 4.º Congresso, na noite de 8 de Março, realizando-se a 6.ª e última sessão do mesmo, num clima de particular efervescência e numa altura em que a imprensa noticiava já a reunião do Teatro Nacional, e referia o discurso antes citado de CUNHA LEAL.

FELICIANO DA COSTA, atingido na intervenção de CUNHA LEAL, ABOIM INGLÉS, MALDONADO DE FREITAS e muito em especial TAMAGNINI BARBOSA — num discurso de duas horas — defendem-se das acusações formuladas e verberam violentamente o novo partido político.

A polémica continuaria, porém, pós-Congresso. Enquanto CUNHA LEAL em entrevista ao *Diário de Lisboa* sustentava a tese de que há muito germinava uma cabala contra ele <sup>(36)</sup>, GINESTAL MACHADO procurava reconduzir tudo a «uma questão de personalismo» <sup>(37)</sup>.

---

<sup>(36)</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, de 8-3-1926. Na mesma orientação registem-se as posições do semanário do Partido Republicano Nacionalista *Ação Nacionalista*, mais tarde órgão da U.L.R., com o nome de *União Liberal*, dirigido por LUÍS DA COSTA SANTOS, que escrevia já a 24-1-1926: «Contra Cunha Leal faz-se desde há muito adentro do nosso partido a mais torpe das campanhas e quem a dirige é o dr. Pedro Pita. /.../ Aos Directórios de concentração, que fazem que andam mas não andam entendemos que devem suceder os Directórios homogêneos, unidos e disciplinados».

<sup>(37)</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, de 10-3-1926.

Todavia, a U.L.R. era já uma realidade nascida de uma circunstância cuja lógica era imparável: desagregação daquilo que por natureza oferecia já pouca consistência, o Partido Nacionalista <sup>(38)</sup>.

Logo se constituíram as estruturas provisórias do novo Partido — que adiante estudaremos — e se requereu a constituição dum Grupo Parlamentar de vários Deputados saídos das bancadas Nacionalistas e independentes, na Câmara dos Deputados <sup>(39)</sup>.

Na apresentação do novo Grupo Parlamentar, disse CUNHA LEAL: «Queremos uma República nova, uma República diferente daquela em que temos vivido» <sup>(40)</sup>.

Uma palavra de ordem, que ao longo da trajetória da U.L.R., várias vezes seria reafirmada.

Iria iniciar-se assim uma intensa actividade propagandística da U.L.R., por todo o país, destinada a divulgar o ideário político do novo partido.

### 2.3. 1.º período: de 8 de Março a 28 de Maio de 1926

A 17 de Março de 1926, CUNHA LEAL afirmava: «Eu sei que a cisão recentemente aberta no P.R.N. tem sido encarada por muitos como uma tentativa destinada a falhar (mas) as forças eleitorais com que saímos do P.R.N., representam alguma coisa de maior do que os elementos com que contamos dentro do Parlamento» <sup>(41)</sup>.

---

<sup>(38)</sup> Afirma DAMIÃO PERES acerca da cisão nos nacionalistas: «Fundamentalmente aquela cisão não significou mais do que uma explosão das desde sempre latentes inconformidades resultantes da fruste unificação partidária dos nacionalistas agrupamento formado por parcelas de variadas origens cujo desentendimento se tornara já por algumas vezes sensível.» in *História de Portugal*, Suplemento, 1958, pág. 410.

<sup>(39)</sup> Era o seguinte o teor da declaração: «Alguns deputados que desde já abandonaram o Partido Republicano Nacionalista e outros independentes resolveram constituir-se em Grupo Parlamentar, assim o comunicando para efeitos regimentais — a) FRANCISCO PINTO DA CUNHA LEAL, JOÃO DE ORNELAS e SILVA, ALEXANDRE JOSÉ BOTELHO DE VASCONCELOS e SÁ, ARTUR BRANDÃO, CUSTÓDIO LOPES DE CASTRO, ALBINO SOARES PINTO DOS REIS JÚNIOR, ANTÓNIO PINTO DE MEIRELES BARRIGA, RAÚL LELO PORTELA, DOMINGOS AUGUSTO REIS COSTA e por JOSÉ DE NÁPOLES e devidamente autorizado FRANCISCO CUNHA LEAL». Cfr. *Diário Notícias* de 11-3-26, p. 3.

<sup>(40)</sup> Cfr. *Distrito da Guarda*, 20-3-1926, pág. 4.

<sup>(41)</sup> *Diário de Notícias*, de 17-3-1926.



E com efeito, uma análise mais detalhada à implantação da U.L.R. e do seu esforço de propaganda, confirma a tese de que a U.L.R., representava mais do que os dez Deputados que inicialmente se constituíram em Grupo Parlamentar dos Liberais Republicanos. Esse porém é tema que, com mais demora, estudaremos adiante. Por ora importa alinhar a série de acontecimentos que medeiam entre o nascimento da ULR e o 28 de Maio.

Desde logo os responsáveis da U.L.R. estabeleceram um plano de acção em que figuravam como prioridades dois pontos:

- a) Implantação pelo país da organização partidária,
- b) Divulgação e propaganda do seu ideário político.

No que diz respeito ao esforço de divulgação e propaganda pelo país, o *Anexo A* dá-nos bem a ideia da série de sessões que de norte a sul do território nacional, os principais dirigentes da U.L.R., promoveram, no espaço temporal que media entre 8 de Março e 28 de Maio.

A distribuição geográfica dessas sessões revela curiosas implicações, quer com a organização partidária, nomeadamente ao nível da criação de Comissões Políticas Municipais e Paroquiais e Centros Republicanos, quer com a origem, por círculos eleitorais, dos novos aderentes do partido, e por conseguinte, com a própria implantação do novo movimento político. — Ver Mapas II e III.

Eleitos que foram os primeiros órgãos provisórios nomeadamente a sua Comissão Organizadora <sup>(42)</sup> e definidos os Estatutos e as linhas gerais programáticas (Anexos B e C), as tarefas relativas à instalação dos serviços

---

<sup>(42)</sup> A Comissão Organizadora da U.L.R., que se manterá mesmo depois de definidos os órgãos provisórios até ao 1.º Congresso, a saber, a Comissão Executiva e a Comissão Administrativa (Estatutos da U.L.R., publicados a 21 de Abril de 1926 em *A Noite*), era constituída por (Cf. *Diário do Minho*, de 11-3-1926):

*Junta Central:*

Presidente: FRANCISCO PINTO DA CUNHA LEAL, antigo presidente do ministério e deputado;

1.º secretário: Dr. RAUL LELO PORTELA, antigo ministro e deputado.

2.º secretário: Major UTRA MACHADO, antigo ministro.

Vogais: Dr. VASCONCELOS E SÁ, antigo ministro e deputado; Dr. SILVA RAMOS, antigo deputado; Comandante MENDES CABEÇADAS, antigo deputado; TEÓFILO DUARTE, antigo governador do Ultramar; Dr. VASCO MARQUES, senador; Dr. ORNELAS DA SILVA, deputado; Capitão EURICO CAMEIRA, antigo ministro; Dr. ABÍLIO MOURÃO, antigo deputado; Dr. PEDRO NAVARRO, antigo deputado; BOTELHO MONIZ, antigo

administrativos do partido levaram a que lhe fosse cedido parte de um edifício no Largo do Calhariz, ao n.º 17, que veio a ser a sede da U.L.R. e simultaneamente o local da Redacção e Administração do seu órgão noticioso, o diário *A Noite*.

Até 28 de Maio a U.L.R. realizará sessões de propaganda política, sucessivamente, e por ordem cronológica, no Porto, Amarante, Cascais, Oliveira de Azeméis, Torres Vedras, Azambuja, Viana do Castelo, Coimbra, Braga, Penafiel, Beja, Vila Real de Santo António, Olhão, Silves, Lagos e Alenquer.

---

deputado; Comandante CARLOS PEREIRA, antigo governador do Ultramar; ZACARIAS GOMES DE LIMA, antigo deputado e Dr. PRAZERES DA COSTA, antigo deputado.

*Assuntos de Secretaria:* UTRA MACHADO, Dr. PEDRO NAVARRO, comandante CARLOS PEREIRA e ANTÓNIO MANTAS.

*Junta Administrativa:* CONSTANCIO DE OLIVEIRA, antigo deputado; tenente-coronel BRANQUINHO, ALBANO DE CARVALHO, comerciante e tenente-coronel SANTOS CORREIA.

*Comissão de Propaganda:* Dr. REIS COSTA, deputado; Dr. RIBEIRO LOPES; ESTEVÃO PIMENTEL, antigo deputado; LUZ COSTA SANTOS, jornalista; JAIME DE CASTRO, funcionário público; VITOR FALCÃO, jornalista; JOSÉ DE LAGRANGE, antigo deputado; ALBERTO TOTA, comerciante e RAUL ESTEVES DOS SANTOS, funcionário público.

*Organização do cadastro:*

Angra: Dr. ORNELAS DA SILVA, deputado.

Aveiro: Dr. ALBINO SOARES DOS REIS, deputado.

Bragança: Coronel DAVID RODRIGUES, antigo deputado.

Castelo Branco: CUNHA LEAL, antigo presidente do Ministério.

Coimbra: Dr. JOÃO BACELAR, antigo deputado; JOSÉ DE NÁPOLES, deputado e Dr. JOSÉ FERREIRA.

Guarda: Dr. ROCHA SARAIVA, Dr. JOSÉ DA SILVA RAMOS e ANTÓNIO MANTAS.

Faro: Comandante CABEÇADAS, SOUSA UVA e Dr. VITORINO MEALHA, antigos deputados.

Funchal; Dr. VASCO MARQUES, senador.

Lisboa: Dr. AURÉLIO PORTELA, médico; Dr. JOÃO PINHEIRO, antigo ministro; Dr. PEDRO NAVARRO, antigo deputado; JOSÉ DE CASTRO, funcionário público; CONSTANCIO DE OLIVEIRA, antigo deputado; ZACARIAS GOMES DE LIMA, antigo deputado; RAÚL ESTEVES DOS SANTOS, funcionário público; LUIZ COSTA SANTOS, procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa; JORGE SAAVEDRA, jornalista e ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS, funcionário da companhia das Águas.

Portalegre: Dr. VASCONCELOS E SÁ, antigo ministro e deputado.

Vila Real: Dr. RAUL LELO PORTELA, antigo ministro e deputado; Dr. FERNANDES DE ALMEIDA, senador e Dr. MANUEL VAZ.

Viseu: Dr. CARVALHO SANTOS, antigo deputado.

Horta: ANDRÉ DE FREITAS, senador.

Índia: Dr. PRAZERES DA COSTA, antigo deputado.



Em quase todas as sessões, encabeça o cortejo da representação partidária, o seu *leader* CUNHA LEAL, cujas intervenções constituíam o ponto alto destes comícios.

Na verdade, quer o relevo político do chefe da U.L.R., quer as suas capacidades oratórias, contribuíam para, de acordo com os relatos da época, transformar as digressões de propaganda do partido em acontecimentos em que a participação popular se fazia entusiasticamente <sup>(43)</sup>.

Daí que num espaço relativamente curto — cerca de dois meses e meio —, e aproveitando parte considerável das estruturas do Partido Nacionalista, a U.L.R., viesse a ganhar progressiva implantação nacional.

Disso dá notícia CUNHA LEAL, em entrevista ao *Diário de Notícias* a 22 de Abril:

«As maiores forças eleitorais do Partido Nacionalista estão nas nossas mãos: Chaves, Vila Real, Guimarães, Braga, Viana, Porto, Santo Tirso, Oliveira de Azeméis, Coimbra, Castelo Branco, Faro, Silves, Funchal, Angra.

Em Gaia, Setúbal, Torres Vedras e Vila Franca as forças dividem-se. Beja, Aljustrel e Estremoz há núcleos apreciáveis.»

A constituição de novos centros da U.L.R., designadamente de Comissões Políticas Concelhias e Paroquiais, bem como de Centros Republicanos, acompanha assim, a série de sessões políticas que o partido realiza.

As sessões da U.L.R., que se compunham, como era uso na altura, de um prévio banquete ou almoço, oferecido pelos *leaders* políticos locais, e onde, aos brindes, se usava da palavra, tinham a presença, para além do seu chefe, como salientámos, dos principais dirigentes nacionais, em regra membros da Comissão Executiva.

No lote dos políticos mais activos na propaganda lealista destacam-se essencialmente VASCONCELOS E SÁ (Porto, Amarante, Oliveira de Azeméis, Torres Vedras, Braga, Coimbra, Penafiel, Vila Real de Santo Antó-

---

<sup>(43)</sup> São inúmeras as reportagens jornalísticas que nos dão conta do entusiasmo popular às intervenções de CUNHA LEAL em sessões da U.L.R.. A título exemplificativo atente-se no relato de *A Noite* de 27-4-1926, sobre uma sessão de propaganda em Penafiel, após a alocação do chefe lealista:

«Entusiasmo indescrevível. A assistência electrizada pelas palavras sublimes do grande e formidável orador e patriota, que é CUNHA LEAL, secunda atroadoramente aqueles vivas e prorrompe na mais formidável ovação que temos presenciado».



nio, Loulé, Silves, Lagos) e ainda LELO PORTELA e JORGE BOTELHO MONIZ. Com forte presença, notam-se MENDES CABEÇADAS, SILVA RAMOS, EURICO CAMEIRA, LAGRANGE e RIBEIRO LOPES.

Outros ainda, participariam nas sessões da U.L.R., mais em função do seu prestígio local, como eram os casos de SOARES DOS REIS (Oliveira de Azeméis), ARTUR BRANDÃO (Braga), ARESTA BRANCO <sup>(44)</sup> (Beja), JOAQUIM LANÇA (Beja) ou ROCHA SARAIVA <sup>(45)</sup> (Coimbra).

O esforço de divulgação do ideário da U.L.R., fazia-se, contudo, no meio de uma situação política confusa e nem sempre favorável à prossecução dos objectivos da U.L.R..

Como antes escrevemos, é nesta altura que, com toda a virulência rebenta o escândalo do «Angola e Metrópole», e em que os seus responsáveis são julgados.

E é também nesta época que a questão dos «tabacos» se destaca na vida política nacional.

Ambas importantes, é no entanto perante a segunda que a nossa atenção mais se deverá dirigir atenta a posição do U.L.R. no problema.

Em que se traduzia a questão dos «tabacos»?

Fundamentalmente reduzia-se a saber quem, a partir de 1 de Maio de 1926, deveria explorar a indústria tabaqueira, posto que, nesta data, o contrato que conferia o monopólio da sua exploração, a troco de uma renda anual ao Estado, terminaria.

Degladiavam-se várias teses: «arrendamento das fábricas, pois cabia ao Estado o direito de tomar posse de todas as instalações da companhia monopolizadora, após o termo do contrato vigente; concessão de um novo monopólio; liberdade geral de exploração; exploração exclusiva por conta do Estado, habitualmente designada pelo vocábulo francês «Regie»» <sup>(46)</sup>.

---

<sup>(44)</sup> ARESTA BRANCO — Ministro da Marinha no presidencialato de SIDÓNIO PAIS.

<sup>(45)</sup> ROCHA SARAIVA, Professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com uma dissertação subordinada ao tema «Construção Jurídica do Estado». Regeu durante vários anos já na Faculdade de Direito de Lisboa, para onde foi transferido, as cadeiras de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Internacional Privado. Ministro da Justiça no Gabinete de CUNHA LEAL (16-12-1921 a 6-2-1922) e Ministro do Trabalho no Gabinete de ANTÓNIO MARIA DA SILVA (17-12-1922 a 15-12-1923)

<sup>(46)</sup> Cf. DAMIÃO DE PERES, *História de Portugal*, cit., pág. 411.

No seio das diversas forças políticas, apenas o Governo de ANTÓNIO MARIA SILVA, com suporte parlamentar nos Democráticos apoiavam a *régie*.

Tanto os republicanos à esquerda do P.R.P., como era o caso da Esquerda Democrática de DOMINGOS DOS SANTOS, como os partidos à direita, caso dos nacionalistas, da U.L.R. e dos Monárquicos, combatiam ferozmente o monopólio estatal e advogavam a liberdade da exploração dos tabacos.

Neste combate destacou-se particularmente CUNHA LEAL e a U.L.R.. É precisamente CUNHA LEAL quem na Câmara dos Deputados dá o tom:

«A U.L.R. combate todos os monopólios, nas mãos do Estado ou dos particulares. Não queremos que os rendimentos dos tabacos sejam assaltados por uma clientela política insaciável» <sup>(47)</sup>.

No seguimento deste discurso, o órgão oficial da U.L.R., *A Noite*, titulava em grandes letras «Contra a Regie! Guerra a todos os monopólios».

Os acontecimentos anteriores e posteriores à instituição da *régie* por despacho ministerial, solução que veio a prevalecer e que foi consequência da impossibilidade do Governo em aprovar a sua proposta na Câmara, são o retrato acabado de um sistema político em crise, perto da total desarticulação.

Vários são os relatos desta fase terminal da I República, e, em concreto, da questão dos tabacos <sup>(48)</sup>.

Atentemos na descrição de DAMIÃO DE PERES:

«... ia prosseguir em crescente ritmo a violência das opiniões, impedindo por todos os meios a aprovação das propostas governamentais e suscitando por vezes, com isso, conflitos no seio da Assembleia Parlamentar. Acrescendo à agitação desses tumultos o público das galerias intervinha também, e constituído quase exclusivamente pelos operários tabaqueiros, viajava os deputados oposicionistas» /.../

«A 28, 29 e 30 (de Abril) as sessões foram interrompidas tal a batalha de gritos, carteiras partidas e ruidosa intervenção do público das galerias» /.../

---

<sup>(47)</sup> Cf. *A Noite* de 17-4-1926.

<sup>(48)</sup> Cf. CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, vol. II, Lisboa, 1967, pág. 454 e ss.; JESUS PABÓN, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, 1951, págs. 572 e ss.



«A incompatibilidade entre os detentores do poder executivo e as oposições parlamentares assumiu tal gravidade que desde 25, deixou o Governo de fazer-se representar nas sessões daquela casa do parlamento por qualquer dos seus membros» <sup>(49)</sup>

Após a consagração de facto da *regie*, como salientámos, não desceu de tom a campanha quer da esquerda quer da direita republicana, contra o executivo de ANTÓNIO MARIA DA SILVA.

Enquanto a Esquerda Democrática (P.R.E.D.), exigia a demissão dos Democráticos e proclamava no seu órgão officioso «O Mundo»: «O Governo está fora da lei, ninguém lhe devendo respeito nem obediência», a U.L.R., através de *A Noite*, apontava, para a dissolução parlamentar e acusava: «Em plena ditadura Governamental» <sup>(50)</sup>.

A radicalização de posições leva mesmo o Governo de ANTÓNIO MARIA DA SILVA a proibir, em 24 de Maio, uma sessão da U.L.R. em Alenquer, que, não obstante, viria a realizar-se. *A Noite* reagiria desta forma à actuação governamental: «A Ditadura dos tabacos cometeu ontem o seu primeiro atentado contra a liberdade de reunião».

Outra das tónicas da U.L.R., nesta sua fase de implantação nacional, dizia respeito à falta de transparência nos processos eleitorais por parte do Governo «democrático».

A questão nada tinha de novo. Com efeito, a sistemática supremacia do P.R.P. a nível partidário, na I República, repousava na sua poderosa máquina eleitoral e na rede de influências por si comandadas <sup>(51)</sup>.

Ora, para um partido nascente, que apostava nos terrenos do eleitorado «Democrático» e que visava a vitória eleitoral, afigurava-se fundamental ganhar a batalha do recenseamento, sem a qual pouco poderia esperar.

No Parlamento CUNHA LEAL chama pois a atenção para as «traquibérias eleitorais» do Governo, dando como exemplo o Círculo de Chaves:

«A organização do recenseamento eleitoral no círculo n.º 6 — Chaves — pelos funcionários, tem sido uma coisa verdadeiramente miserável e indigna. Todos os eleitores não democráticos

<sup>(49)</sup> Cf. DAMIÃO PERES, *História de Portugal*, cit., pág. 412.

<sup>(50)</sup> Cf. *A Noite* de 12-5-1926.

<sup>(51)</sup> Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, 1983, págs. 167 ss.

são sistematicamente eliminados do recenseamento, sob os mais inverosímeis pretextos. A lei não existe...» <sup>(52)</sup>

Estas exigências eram tanto mais imperiosas, quanto era certo que a U.L.R., conseguia, nos seus escassos meses de existência, bons resultados eleitorais a nível local. Eram os casos das eleições locais entretanto realizadas para a Assembleia de Arnóia em Celorico de Basto e na Azambuja (Vila Franca de Xira), respectivamente a 26 de Abril e 11 de Maio, onde as listas “lealistas” bateriam as listas democráticas.

O período que medeia entre 8 de Março e 28 de Maio, corresponde à fase áurea da U.L.R. A fase em que simultaneamente os esforços de expansão partidária e de divulgação do ideário político, correm lado a lado, no sentido de fazer do partido um bloco forte que se pudesse opôr ao P.R.P..

É CUNHA LEAL quem o afirma:

«Preconizei desde há muito uma ditadura que dentro do regime republicano e respeitando-o ciosamente, permitisse a formação de um grande partido conservador, que pudesse num regime constitucional futuro, opôr-se ao Partido Democrático» <sup>(53)</sup>.

Assim, toda a estratégia da U.L.R., nesta fase, se circunscreve a três ideias fortes:

- «Ordem» contra a «desordem» (representada pelo P.R.P.);
- Princípio da autoridade;
- Reforço do poder executivo.

Vejamos o discurso político dos dirigentes da U.L.R., nesta fase que antecede o 28 de Maio.

O combate contra a «desordem» era simultaneamente o combate contra o monopólio do poder dos Democráticos — «A Ditadura do P.R.P.» — e contra a anarquia reinante nos Partidos e na Governação.

A propósito do apego do Poder dos Democráticos ironizava CUNHA LEAL:

«... colectivamente, o Partido Democrático, que pesa de forma descomunal, sobre a Nação transformou-se numa Sociedade de Socorros Mútuos em que, para se ser auxiliado, basta apenas a

---

<sup>(52)</sup> Cf. *A Noite* de 24-4-1926.

<sup>(53)</sup> Cf. *Diário de Lisboa*, de 8-4-1927.



apresentação da carta de filiação, com dispensa de documentos comprovativos de competência e honestidade» (54).

Paralelamente, porém, a U.L.R., criticava a existência de uma profunda indisciplina partidária quer interna quer externamente, que tinha perniciosos efeitos no Executivo:

«Não há um poder forte. Os partidos não são governados ou dirigidos por entidades conscientes e bem definidas. A anarquia dos partidos transfere-se para os Directórios; a anarquia dos Directórios transfere-se para os Governos» (55)

Este problema estava intimamente conexionado com a não existência, na globalidade dos partidos, de uma liderança única e forte. Vimos atrás, aquando da cisão do P.R.N. que conduziu à U.L.R., ter sido este um problema que esteve na base das discrepâncias existentes.

A U.L.R. apostava no *princípio da autoridade*, encarnada num chefe político, no caso, CUNHA LEAL.

Em nota de fundo intitulada «Chefes de Partido», escrevia *A Noite* (13-4-1926):

«Seguir princípios! Não acompanhar homens! Mas o que são e o que valem os princípios sem homens que os convertam em força criadora, que sugestionem, que aliciem inteligências e dedicação, que tenham o poder de persuadir e a energia de realizar».

E num artigo sob o título «Conservadores», adiantava BOTELHO MONIZ:

«A nossa democracia é, como a deles, um governo do povo pelo povo. Mas baseia-se não nas imposições de comissões políticas, não no ornear da escumalha, não nos gritos ululantes das multidões, mas no sentido reflectido das élites, no critério dos chefes, nos desejos da Nação, passados ao crivo da ciência e da experiência» (56).

---

(54) Cf. *A Noite* de 14-4-1926, Sessão em Braga.

(55) Cf. CUNHA LEAL na sessão de Oliveira de Azeméis in *A Noite* de 29-3-1926.

(56) Cf. *A Noite* de 6-4-1926.

Na mesma orientação, escrevia MOURA GUEDES no semanário de Torres Vedras *A Nossa Terra*, órgão noticioso que viria a aderir à U.L.R.:

«... constituída a U.L.R. com um programa capaz de satisfazer todos os verdadeiros patriotas, com um chefe capaz de cumprir à risca esse programa, eis-nos com o coração ao alto no posto de combate que sempre ocupamos pela ordem contra a desordem, pela autoridade contra a anarquia» <sup>(57)</sup>.

Também apelando à ordem e à autoridade, escrevia o *Distrito da Guarda* outro órgão regional da U.L.R.:

«... a U.L.R. arvora o princípio da autoridade dum chefe. É um protesto contra a desordem que pulveriza todas as correntes políticas do regimen!» <sup>(58)</sup>

Finalmente, outra tónica do discurso da U.L.R., era a do *reforço do Poder Executivo*, a qual conciliada com a tese da participação dos grupos sociais no poder, constituía o corpo das principais reformas constitucionais que os “lealistas” propunham.

Num comício em Coimbra, CUNHA LEAL sintetizava estas ideias:

«Queremos o Poder Executivo liberto de peias e com os movimentos desembaraçados.

«Caminhando a sociedade para uma feição corporativa temos de dar à corporação o seu verdadeiro significado» <sup>(59)</sup>.

Seria contudo ROCHA SARAIVA, professor de Direito Público quem, em entrevista dada à *A Noite*, a 19 de Abril de 1926, formularia a proposta jurídico-constitucional de um senado com representantes de corporações técnicas, bem como do alargamento das competências do Executivo, em particular no campo legislativo, mediante autorizações legiferantes.

Como claramente se verifica, o discurso da U.L.R., era um discurso conservador, atento às modas corporativas que vinham da Europa, sem embargo de se situar dentro de balizas republicanas.

---

<sup>(57)</sup> Cf. *A Nossa Terra* de 8-4-1926.

<sup>(58)</sup> Cf. *Distrito da Guarda* de 21-3-1926.

<sup>(59)</sup> Cf. *A Noite* de 21-4-1926.



Em Coimbra, numa sessão política realizada a 21-4-1926, é ainda ROCHA SARAIVA, quem dá ênfase a pontos doutrinários:

«Somos conservadores defendendo as instituições que são a base da nossa existência económica e política. Somos conservadores porque defendemos a propriedade e a família. Somos conservadores por preconizarmos a necessidade da existência da ordem e da hierarquia, da autoridade e da disciplina» <sup>(60)</sup>.

Por outro lado, o apelo à «*ordem*», em contraste com o que, dia a dia a situação política, social e económica evidenciava, era acompanhado de claras referências às Forças Armadas.

O «Democratismo» era erigido em inimigo número um, como exemplo, simultaneamente, da desordem e da ditadura partidária.

O P.R.P. na fase terminal da República, pouco tinha a ver com o Partido fundador do regime republicano a 5 de Outubro de 1910, impregnado de idealismo. Nesta fase histórica pouco passava de uma estrutura que se confundia com o próprio Estado, minada por clientelismos e corrupções <sup>(61)</sup>.

Não admira pois que se vivesse em clima de latente insurreccionismo militar. A U.L.R., pela voz do seu *leader*, olhava com simpatia as constantes movimentações do Exército, mas alertava para um golpe cujo desenvolvimento fosse incontrollável e se apartasse das baias republicanas:

«O Exército move-se. O Exército está inquieto. Não quer assistir ao afundar da Nação e prepara-se para intervir. Será um crime o que os militares preparam? /.../

«As nobres intenções da parte sã do exército vão salvar a pátria através da República».

«... exército agitando-se, tinindo espadas e tilitando esporas, para um movimento nobre, mas ineficaz» <sup>(62)</sup>.

Tudo isto deixa, de alguma maneira entrever, que a U.L.R., não estava ausente dos preparativos para um golpe militar. Com efeito, como veio mais tarde a confirmar-se, o principal impulso para o 28 de Maio, proveio de homens ligados à U.L.R., o mais destacado deles, o Comandante MENDES CABEÇADAS.

<sup>(60)</sup> Cf. *A Noite* de 21-4-1926.

<sup>(61)</sup> Cf. *História de Portugal* (dir. JOSÉ MATOSO), vol. VI, págs. 625 ss.

<sup>(62)</sup> Cf. *A Noite* de 14-4-1926.

Todavia, a evolução da situação política pós 28 de Maio, afastou-se decisivamente dos objectivos dos seus mentores, deixando a U.L.R., numa situação assaz delicada.

Nas vésperas do 28 de Maio, a U.L.R., graças a uma ímpar actividade de difusão das suas ideias, crescia quer em número de aderentes, quer na distribuição geográfica dos mesmos, quer na expansão das suas estruturas por todo o Portugal Continental, Insular e Colónias.

Nessa data o Partido tinha em funcionamento cerca de meia centena de Comissões Políticas Concelhias distribuídas por uma vintena de círculos eleitorais, e uma implantação a nível de aderentes que cobria zonas significativas do Continente, Ilhas e Colónias. (Ver Mapas II e III).

#### 2.4. 3.º período: de 28 de Maio a 9 de Julho de 1926

Neste capítulo, vamos descrever os factos principais protagonizados pela U.L.R., no período histórico, indicado, sem embargo de tentarmos uma interpretação dos acontecimentos.

Mal o golpe militar se tornou conhecido a generalidade das forças políticas apressaram-se em transmitir a sua opinião sobre o mesmo.

A U.L.R., por intermédio do seu órgão noticioso, a bastas vezes citada *A Noite*, logo no dia 29 de Maio, quando a situação se caracterizava ainda por grande indefinição, após o arranque da 8.ª divisão de Braga às ordens de GOMES DA COSTA, escrevia em nota de fundo:

«Não organizou a U.L.R. os acontecimentos que se estão desenrolando no país. Não os dirige, não pretendendo aproveitá-los para o seu engrandecimento político. Mas reconhece que eles nasceram do ambiente de revolta criado pela prepotência democrática.

Os manifestos revolucionários, profusamente espalhados ontem por toda a cidade, asseguram que o mais vivo sentimento republicano inspira os seus dirigentes.

Os seus propósitos consistem em sanear a administração do Estado, moralizar a vida política, integrar o regime no sentimento nacional, combater as acções funestas dos maus políticos. Esse programa só pode merecer o apoio da U.L.R. ...» <sup>(63)</sup>.

---

<sup>(63)</sup> Cf. *A Noite* de 29-5-1926. Saliente-se que este número do órgão da U.L.R., seria apreendido, não sem que antes muitos dos seus artigos tivessem visto a tesoura censória, do então ainda Governo de ANTÓNIO MARIA DA SILVA.



O programa a que *A Noite* se referia eram os panfletos lançados na noite de 27 de Maio, em nome do Comité Revolucionário chefiado por CABEÇADAS.

Nessa altura porém, tudo se precipitava. Enquanto CABEÇADAS, no Sul, com o seu grupo, soçobrava, no intuito de fazer vingar o golpe, sendo, inclusive, detido em Santarém <sup>(64)</sup> na noite do dia 28, no norte, GOMES DA COSTA saía vitorioso, e ganhava a adesão de vários aquartelamentos.

É nesta situação que, incapaz de reagir, o Governo de ANTÓNIO MARIA DA SILVA se apressa em apresentar a demissão, enquanto que no dia 30, o Presidente da República BERNARDINO MACHADO, nomeava MENDES CABEÇADAS Presidente do Ministério e Ministro da Marinha e, interinamente, das restantes pastas.

Incumbido de formar Governo, MENDES CABEÇADAS, hesita durante algum tempo, e acaba por, após o encontro de Coimbra com GOMES DA COSTA, formar um triunvirato com este e GAMA OCHOA.

Entretanto, *A Noite* na sua edição de 31 de Maio escrevia, em nota editorial:

«A U.L.R. não interveio pelos seus organismos oficiais na preparação do movimento revolucionário, todavia, devidamente autorizados, alguns dos seus membros colaboraram nos actos preparatórios da revolução. Esta circunstância deixa claramente compreender que autorizados se encontram todos os filiados do nosso partido a exercerem quaisquer funções que o Governo triunfante entenda dever submeter-lhes sem que, no entanto nesses cargos representem oficialmente o partido» <sup>(65)</sup>.

Este escrito torna claro que membros da U.L.R. «colaboraram nos actos preparatórios da Revolução», mas revela também que, ao menos nos dias seguintes mais imediatos ao golpe militar, a U.L.R. se preocupava em não tomar uma posição seguidista em relação ao movimento em curso, até porque, como se verá, dificilmente o conseguiria controlar.

---

<sup>(64)</sup> No sentido de promover a libertação de MENDES CABEÇADAS e de outro militar, GAMA OCHOA, também detido, a U.L.R. enviaria a Santarém dois dirigentes nacionais: o Cap.-Tenente CARLOS PEREIRA e o Dr. JOÃO HENRIQUES PINHEIRO, os quais chegados àquela cidade, constataram, que o Governo os mandara já libertar.

<sup>(65)</sup> Cf. *A Noite* de 31-5-1926.

São assim significativos os textos que *A Noite* dá à estampa, no período que se segue até à queda de CABEÇADAS, quanto ao progressivo afastamento entre a área vencedora do golpe e os «lealistas».

A 1 de Junho, em editorial, escrevia CUNHA LEAL:

«Como chefe de um partido, apenas peço que nos deixem exercer tranquilamente a nossa missão de propagandear os nossos princípios. Não temos a ânsia de nos instalarmos no Terreiro do Paço de tão má recordação. Fazemos os mais ardentes votos pelos progressos da Pátria e da República. Que o Exército salve ambas. E se não puder salvá-las, então outros terão que falar e agir.» <sup>(66)</sup>

Perante a vaga de indefinição que se seguiu ao golpe, a U.L.R., esforçava-se por acentuar o carácter republicano do 28 de Maio:

«Convém recordar neste momento de incerteza e dúvida, que os objectivos do movimento foram essencialmente republicanos. Serão prejudiciais, contraproducentes e perigosos, todos os actos que possam estabelecer na consciência republicana da nação o receio legítimo de que se pretende afrontar a república» <sup>(67)</sup>.

Mais radical, JORGE BOTELHO MONIZ, escrevia, no mesmo número do jornal, onde o texto antes reproduzido aparecia, as seguintes palavras:

«Nós homens da U.L.R. queríamos vencer pela organização metódica, pelo estudo, pela persuasão, pela inteligência. Os revoltosos heroicamente venceram pela força. Honra lhes seja. Adoptaram o mesmo programa que nós tínhamos. Honra nos seja a nós por nos terem distinguido entre tantos outros.

E agora nós, que não lhes pedimos nada, nem lhes pediremos nada, nem queremos nada, resta-nos dizer-lhes:

— Respeitem-nos, se querem que os respeitemos.

Trabalhem pela Pátria. Não distingam entre portugueses, senão os bons dos maus. Não exerçam violências. Não cometam injustiças. Senão... Senão, Portugal, farto de desilusões dir-lhes-á: Não!» <sup>(68)</sup>

---

<sup>(66)</sup> Cf. *A Noite* de 1-6-1926.

<sup>(67)</sup> Cf. *A Noite* de 2-6-1926.

<sup>(68)</sup> Cf. *A Noite* de 2-6-1926.



Após o precário triunvirato, resultante do encontro de Coimbra, que dividiu o poder revolucionário entre MENDES CABEÇADAS, GOMES DA COSTA e GAMA OCHOA, a U.L.R., cerra fileiras em volta de MENDES CABEÇADAS e ataca os monárquicos que apressadamente se «colam» à Revolução e a GOMES DA COSTA. Reivindica também um papel activo no processo político:

«De facto a força pública não pode governar eternamente. O seu papel, indispensável agora, tem de ser meramente transitório... Portanto concordemos todos em deixar entregue o Governo aos seus detentores normais e úteis: os bons políticos» <sup>(69)</sup>.

«Achamos óptimo que os partidos sejam afastados por algum tempo do poder. (...) Mas exigimos que isto se faça não esfacelando as forças organizadas do regime, que sempre combateram o defunto democratismo, e nenhuns contactos com ele possuíam, nem querem possuir» <sup>(70)</sup>.

Do ponto de vista das suas actividades de propaganda política, a U.L.R. interrompe a série de comícios que vinha realizando. Só irá retomar essa actividade a 28 de Junho, com uma sessão, em Moura, numa altura em que a situação se apresentava bem diversa.

Duas razões militam, em nossa opinião, para a súbita quietude propagandística da U.L.R.. Por um lado, encontravam-se suspensas as garantias e proibido o direito de reunião. Por outro, o partido, dado o seu particular posicionamento perante o novo poder, de algum modo sentia os seus movimentos tolhidos. Disso se dão conta os liberais republicanos:

«De todos os partidos, a U.L.R. é a que se encontra em situação mais difícil perante a actual situação que é chefiada por um correlegionário seu. E encontra-se porque os escrúpulos justificados desse correlegionário lhe não permitem qualquer colaboração ou o mais pequeno favor» <sup>(71)</sup>.

Mas a posição da U.L.R. torna-se ainda mais delicada com a queda de CABEÇADAS. O acontecimento é breve. Traduz-se num singelo *ultimatum*

---

<sup>(69)</sup> Artigo de JORGE BOTELHO MONIZ in *A Noite* de 8-6-1926.

<sup>(70)</sup> Artigo de JORGE BOTELHO MONIZ in *A Noite* de 5-6-1926.

<sup>(71)</sup> Cf. *A Noite* de 11-6-1926.

enviado por GOMES DA COSTA a CABEÇADAS a 17 de Junho, para que este abandone o Ministério.

CABEÇADAS que, desde a sua assunção de poderes ministeriais se tinha pautado por uma notória indefinição política procurando conciliar as várias facções envolvidas no movimento, vê-se perante o golpe de GOMES DA COSTA, constrangido a abdicar.

Antes porém, em carta que lhe envia CUNHA LEAL, às 12 horas do dia 17, o chefe da U.L.R. solidariza-se com CABEÇADAS e oferece-se para com ele resistir (ver Anexo F):

«Como vencedor, o senhor não me interessava: mas como vencido ou prestes a sê-lo, interessa-me sobremaneira (...)

Sucedo porém, que, neste momento, pretendem, meu caro Cabeçadas, alijá-lo pela violência. E, intuitivamente sinto que a si está agarrada qualquer coisa da República (...)

O senhor não tem o direito de se deixar vencer e prender como qualquer pobre diabo. (...)

Se se encontrar sozinho — e só se encontrará se o quiser — ainda assim o seu dever é resistir.» <sup>(72)</sup>

Tornou-se porém infrutífera esta tentativa de CUNHA LEAL. A queda de CABEÇADAS, que se desenhava já há algum tempo, era inevitável. Acarretou, no entanto, ao nível do posicionamento da U.L.R., várias consequências.

Em primeiro lugar CUNHA LEAL tomou a atitude de se demitir de oficial do Exército. Por outro lado a U.L.R., perdeu uma peça importante ao nível da área do poder, numa altura em que as tendências mais reaccionárias do golpe ganhavam progressivo terreno.

Assim, o apoio dado ao golpe no momento inicial, acabaria por se transformar numa posição expectante, se bem que cada vez mais crítica, com o evoluir da situação.

No dia anterior à queda de CABEÇADAS, reuniria pela primeira vez na história do Partido, a Junta Consultiva da U.L.R., o órgão que congregava todas as personalidades nacionais e regionais do maior destaque.

Para além da criação de uma espécie de «Governo sombra», ou Comissão de Estudos, de acordo com o art. 6.º dos Estatutos — ver Anexo C —,

---

<sup>(72)</sup> Cf. CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, Vol. III, pág. 30.



a U.L.R. emitiu um comunicado onde tomava posição sobre o momento político:

- «1.º — Saudar o exército e a marinha pelo seu nobre gesto de revolta contra os desmandos governamentais do partido democrático.
- 2.º — Protestar contra a generalização de insultos a todos os políticos mesmo àqueles que somente desejam o bem da Pátria. A União Liberal Republicana tem trabalhado desinteressada e audazmente pelo ressurgimento nacional, sem quaisquer responsabilidades no descalabro anterior.
- 3.º — Afirmar a necessidade, cada vez maior, da existência de grandes forças políticas organizadas e devidamente preparadas, única forma de se evitarem governos sem homogeneidade, e a ditadura parlamentar do democratismo.
- 4.º — Recomeçar uma activa propaganda legal dos seus princípios conservadores, procurando juntar todos os portugueses que desejem um governo baseado em normas de disciplina, hierarquia, autoridade e honestidade.
- 5.º — Desmentir absolutamente todas as ligações e contactos com qualquer outro partido. A U.L.R. considera-se suficientemente forte para governar só por si, e não pode auxiliar nenhum outro agrupamento sem perder a sua feição nitidamente conservadora.
- 6.º — Proibir expressamente a todos os correlegionários compromissos ou acordos com outros partidos ou grupos, políticos ou não, de forma a evitar-se a intriga infame que em volta da U.L.R. se tem feito.
- 7.º — Aguardar serenamente a obra do actual Governo, sem com ele estabelecer qualquer ligação. Entretanto se o seu auxílio for pedido para defesa do ideal republicano, ou contra os democráticos, antigos opressores do país, ou ainda contra quaisquer tentativas monárquicas ou avançadas, (em cuja viabilidade a U.L.R. não acredita) serão autorizados os seus filiados a aceitarem os postos que o Governo deles reclamar, sem qualquer compromisso ou responsabilidade para o partido.

- 8.º — Protestar contra a especulação que se vem fazendo em volta do chamado «perigo da conspiração dos partidos». Essa especulação serve apenas para dividir esforços, criando inimizades e mal entendidos entre os conservadores, e favorecendo qualquer golpe do democratismo» <sup>(73)</sup>.

Este comunicado — elaborado, repita-se, antes do afastamento do Comandante CABEÇADAS do poder — permite, quanto a esta fase histórica, elencar as dominantes bases do discurso estratégico da U.L.R.:

- a) Apoio ao golpe de 28 de Maio, enquanto movimento de rejeição da política do Partido Republicano Português;
- b) Manutenção de uma posição cuidadosa quanto ao evoluir da situação, sem prejuízo da possível participação de filiados seus, a título individual, no Governo;
- c) Prossecução de uma política isolacionista com repúdio da colaboração com outros partidos, já que a U.L.R. tem condições para «governar só por si»;
- d) Crítica aos monárquicos e a outras forças mais reaccionárias que, aderindo ao golpe pretendem inflectir a trajectória a seu favor, pela guerra a «todos os partidos».

Com a subida de GOMES DA COSTA, a U.L.R., procura manter a tónica do seu apoio com reservas ao Governo, mas constata, que o movimento é cada vez mais no sentido da marginalização de todas as organizações partidárias.

Os sinais dessa inflexão táctica e estratégica do Partido que vimos estudando detectam-se no período cronológico que a seguir veremos.

Instalado em Belém a 18 de Junho de 1926, GOMES DA COSTA, tratou de reorganizar o Executivo fazendo entrar FILOMENO DA CAMARA, um ex-nacionalista muito criticado pela U.L.R., para as Finanças, RICARDO JORGE (filho) para a Instrução, MANUEL RODRIGUES JÚNIOR para a Justiça, OCHOA para o Ultramar e ANTÓNIO CLARO para o Interior. Por seu lado, CARMONA, mantinha a pasta dos Estrangeiros, que detinha em consequência da assunção de poderes ministeriais resultantes do encontro de Coimbra.

Todavia, escassos vinte dias é quanto virá a durar a situação GOMES DA COSTA. A 9 de Julho um golpe palaciano obriga à queda do General, membro do Partido Radical, após este ter tentado, sem sucesso, impôr a demis-

---

<sup>(73)</sup> Cf. *A Noite* de 17-6-1926.



são a ÓSCAR CARMONA, ANTÓNIO CLARO e GAMA OCHOA e ter aceite o pedido de demissão de MANUEL RODRIGUES JUNIOR, Ministro da Justiça.

Na sequência destes acontecimentos, gera-se um rápido contra-golpe, que, com intervenção de diversas divisões das forças armadas, impõem a GOMES DA COSTA a seguinte solução: continuar como Presidente da República, mas sem poderes reais. O General recusa, e compelido pela força das armas é transportado para a Cidadela de Cascais e daí, mais tarde, para Angra do Heroísmo.

E qual, no espaço que medeia entre 17 de Junho e 9 de Julho, o percurso da U.L.R.?

Em nota de fundo de 19 de Junho intitulada «A Nova Situação», *A Noite* tomava posição por CABEÇADAS e acentuava bem a sua adesão ao ideário republicano:

«Fez o executivo, dentro do regime republicano uma nova experiência política. Se a experiência contra os desejos de todos nós, fôr improdutiva ou prejudicial, nem por isso o regime deixará de existir e ser um sistema capaz de dar ao País um futuro de tranquilidade, de ordem e progresso» <sup>(74)</sup>.

Contudo, a «experiência política» dos militares, não se compadecia com o livre debate de ideias. A 24 de Junho, o órgão oficioso da U.L.R., passava a incluir a chancela da Censura <sup>(75)</sup>, contra a qual desde logo o Partido se insurge <sup>(76)</sup>.

Acossada pelo visto censório, e limitada nos seus acessos ao debate com o público, em face da suspensão das garantias e do direito de reunião <sup>(77)</sup>, a U.L.R. enfrenta sérias dificuldades na divulgação das suas teses e na prossecução da sua estratégia política.

Realiza contudo uma sessão a 28 de Junho na vila alentejana de Moura em que usam da palavra além de CUNHA LEAL, VASCONCELOS E SÁ, ARESTA BRANCO, CUSTÓDIO DE CASTRO e MANUEL VAZ.

---

<sup>(74)</sup> Cf. *A Noite* de 19-6-1926.

<sup>(75)</sup> A Censura à Imprensa, implicava que nenhum jornal pudesse circular sem que 4 exemplares do mesmo fossem presentes ao Comando Geral da GNR.

<sup>(76)</sup> Exemplo desta tomada de posição é o artigo de RIBEIRO LOPES, intitulado «A Censura», onde se vitupera este «golpe certo contra a liberdade de pensamento». Cf. *A Noite* de 24-6-1926.

<sup>(77)</sup> O que motiva o adiamento da muito anunciada — já desde antes do 28 de Maio — apresentação das Comissões Políticas da U.L.R. por Lisboa, em sessão pública.

Na oportunidade os «lealistas» reafirmaram que o programa de GOMES DA COSTA tem muita coisa aproveitável e que, as discordâncias existentes se reportam, não quanto à maioria dos princípios mas quanto aos processos. E um desses processos era, sem dúvida, «o combate a todos os partidos políticos», levado a cabo pelas facções mais direitistas da nova situação.

Sem tibiezas, o recém criado *Revolução Nacional*, dirigido por ARMANDO PINTO CORREIA, ajudante de campo de GOMES DA COSTA, e jornal tido como próximo das teses de MARTINHO NOBRE DE MELO <sup>(78)</sup> proclamava:

«Não queremos equiparar o partido do Sr. CUNHA LEAL à nefasta quadrilha de ANTÓNIO MARIA DA SILVA; o que afirmamos e com a segurança que nos dá o empirismo da história é que todos os partidos, todos sem excepção... são organizações prejudiciais.» <sup>(79)</sup>

É óbvio que se entrechocam nesta situação vários pontos de vista estratégicos inconciliáveis, nomeadamente, os que defendiam uma solução ditatorial apartidária polarizada em volta de GOMES DA COSTA — embora, de acordo com algumas teses, este não passasse de mero títere nas mãos dos seus manobreadores —, e a posição da U.R.L., de reconhecer a este partido um papel liderante na nova situação política, em face do seu passado de combate contra o democratismo.

Escreve *A Noite*, nas suas edições de 25 e 26 de Junho:

«A nossa situação é bem clara. Não pode prestar-se a dúvidas: apoiamos inteiramente os ideais em redor dos quais se conglomeraram esforços e organizaram elementos para a revolução nacional.

---

<sup>(78)</sup> MARTINHO NOBRE DE MELO, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, e que, de acordo com CUNHA LEAL (cfr. *As Minhas Memórias*, vol. III, pág. 58), havia aderido à U.L.R., pertencia à Cruzada Nuno ÁLVARES PEREIRA, organização que se reivindicava do suprapartidarismo, e que pugnava por um nacionalismo tradicionalista «culto dos heróis», «família tradicional», «valores mentais e morais da sociedade portuguesa». Não é porém claro o papel de MARTINHO NOBRE DE MELO nos acontecimentos anteriores e posteriores ao 28 de Maio. Se antes, a sintonia entre este professor de Direito e a U.L.R., se afigurava evidente — ver entrevista à *A Noite*, de 22-3-1926 —, no período posterior, o projecto de NOBRE DE MELO, como se constata pelas teses defendidas pela *Revolução Nacional*, visava claramente o afastamento da U.L.R. do tabuleiro do poder, e a substituição desse partido por uma «União Nacional» de matriz autoritária. Cf. ANTÓNIO MOTA PINTO, *Os Camisas Azuis (Ideologia, Élités e Movimentos Fascistas em Portugal)*, Lisboa, 1994, p. 65.

<sup>(79)</sup> Cf. *Revolução Nacional*, de 29-6-1926.



Mas como partido político conservador discordamos de qualquer tentativa no sentido de destruir as organizações patrióticas e sinceras que se constituíram para combater os erros do passado.

Homens dignos que nos presamos de ser não podemos colaborar ou apoiar aqueles que nos equiparam à associação de socorros mútuos chamada P.R.P.».

«Saiba o Governo corresponder a estas aspirações que traduzem o sentimento geral da Nação, actuando sempre com energia mas sem violências revoltantes e contraproducentes e não lhe faltará a colaboração desinteressada dos republicanos que se agremiam sob a bandeira do nosso partido, obedecendo a sugestões dum alto pensamento patriótico».

Os ventos não corriam, porém, de feição à U.L.R., cuja actuação política era um impecilho sério, ao grupo GOMES DA COSTA — MARTINHO NOBRE DE MELO.

Este último passa ao ataque, e, em conferência na Sociedade de Geografia na noite de 24 de Junho, aponta para a integral reformulação da vida social, económica e política do País, defendendo o modelo corporativista, única solução para salvar a Nação, segundo a ideia daquele professor de Direito.

A estratégia de NOBRE DE MELO afigurava-se clara. Na ausência de qualquer projecto de reformulação da Sociedade, por parte dos militares, impunha-se dar corpo à Revolução, e transmitir a ideia de que à força das armas, deveria somar-se uma Ideia e um Homem. Só que esta estratégia passava pela eliminação das forças políticas estruturadas, situadas na mesma área política, o que era o caso da U.L.R.

A marginalização da U.L.R. começou desde logo com os impedimentos à livre expressão do Partido através da imprensa. As edições de 2 e 3 de Julho de *A Noite*, são particularmente atingidas. Três notas editoriais subordinadas aos títulos «Os Monárquicos e o Governo», «Uma Conferência», «Os Tabacos» e bem assim uma entrevista de CUNHA LEAL ao *Diário de Lisboa*, onde o líder da U.L.R. criticava a actuação do director da *Revolução Nacional*, são suprimidas.

Em resposta, a política editorial de *A Noite*, passa a encarar o Governo de GOMES DA COSTA com menos complacência e mais crítica:

«Perante a obra dispersa do actual Governo, sem programa definido, sem acção de conjunto, sem regras gerais de obediência há muita gente desiludida.

Mais uma vez a previsão, o estudo, a organização antecipada, são sacrificados em Portugal à desorientação do momento ou à embriaguez do triunfo» <sup>(80)</sup>.

O culminar de todo este processo de afastamento da U.L.R. centra-se numa projectada Conferência de CUNHA LEAL na Sociedade de Geografia, que vinha sendo divulgada há alguns dias no órgão dos «lealistas».

Aprazada para o dia 3 de Julho, e subordinada ao título «Aspiração a um Portugal maior», a conferência constituía, objectivamente, uma resposta à que dias antes MARTINHO NOBRE DE MELO havia produzido.

Tornava-se agora claro que dificilmente o grupo dos apaniguados do professor de Direito, cuja influência sobre GOMES DA COSTA era grande, toleraria tal manifestação de irreverência.

E na verdade assim se verificou. Por intermédio do Comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão das Forças Armadas, a Conferência foi proibida à última hora, quando a ela estava prevista a presença de GOMES DA COSTA e outros membros do Governo <sup>(81)</sup>.

A réplica de CUNHA LEAL e da U.L.R. a esta posição de força do Governo foi imediata.

Apesar de proibido, o texto da Conferência seria distribuído em opúsculo e inclusive, o último número de *A Noite*, semi-clandestino, publicá-lo-ia na íntegra, bem como os artigos censurados de edições anteriores, atrás citados.

Na sequência destes factos, *A Noite* suspende a sua publicação a 5 de Julho <sup>(82)</sup> e nesse mesmo número publica uma missiva de CUNHA LEAL a GOMES DA COSTA, em género de Carta Aberta.

---

<sup>(80)</sup> Cf. artigo de JORGE BOTELHO MONIZ «O Supremo Paradoxo», in *A Noite*, de 1-7-1926.

<sup>(81)</sup> GOMES DA COSTA diria mais tarde, numa entrevista ao *Diário de Lisboa* a 30-7-1926, que não concordava com a proibição e que até gostaria de a ela ter assistido. E adiantava: «Agora compreendo: não lhes convinha que Cunha Leal falasse».

Note-se que no dia aprazado, a *Revolução Nacional* (3-7-1926), afirmava:

«A Conferência do Chefe da U.L.R. significa neste momento um desafio atirado à cara de nós todos, os que nos batemos pela honra da Nação, conspurcada pelos políticos...»

Ou seja, MARTINHO NOBRE DE MELO e o seu grupo, não ficaram inocentes neste episódio.

<sup>(82)</sup> ARNALDO MADUREIRA na sua obra — «*O 28 de Maio*» (*Elementos para a sua compreensão*), vol. II, Lisboa, 1982, pág. 117 —, sustenta que o fim de *A Noite* prendeu-se também com dificuldades financeiras. Não temos porém dados que nos permitam confirmar ou infirmar tal alegação.



Eis alguns extractos da mesma (ver o texto integral em Anexo H):

«Esperávamos nós que um Governo presidido por si desse à U.L.R., ao menos, aquelas liberdades que os democráticos nos haviam roubado. Enganámo-nos porém.

(...)

«A censura corta os nossos artigos mais inocentes».

«No sábado o comandante da Divisão, obedecendo a não sei que instruções, amordaçou-me a voz, impedindo-me de ir falar sobre matéria doutrinária naquela Sala da Sociedade de Geografia onde o Sr. MARTINHO NOBRE DE MELO, dias antes, pudera sobre o mesmo assunto, dizer de sua justiça».

(...)

«General, sendo assim, vou cessar temporariamente a publicação de *A Noite*, até que o senhor, arrependendo-se do caminho trilhado, corra essa fraudulagem que o rodeia e o pretende atirar para o abismo e restitua à Liberdade o valor dos seus direitos».

Com este acto encerra-se um capítulo decisivo na vida da U.L.R. O seu órgão periódico jamais voltará a publicar-se <sup>(83)</sup> e com ele, parte importante da capacidade de intervenção da U.L.R. perder-se-ia.

E se é certo que a queda de GOMES DA COSTA, implicou, por arrastamento, o declínio do grupo de MARTINHO NOBRE DE MELO, não se registou concomitantemente um alargamento do espaço de manobra dos «lealistas».

Bem ao invés, a ascensão de CARMONA, representou decisivamente, a passagem para uma «Diadura Militar» antipartidária de cunho marcadamente reaccionário, que viria a ter em SINEL DE CORDES, o novo Ministro das Finanças, o homem mais influente.

A terceira fase da Ditadura Militar que com vários percalços se prolonga até Abril de 1928, data da posse de OLIVEIRA SALAZAR nas Finanças, pronuncia assim o fim político da U.L.R.

Mas o que pretendia CUNHA LEAL expor na sua malograda Conferência de 3 de Julho?

---

<sup>(83)</sup> Nem chegaria a ver a luz do dia o apregoado órgão doutrinário *Ressurgimento*, anunciado na edição de 5 de Julho de 1926 de *A Noite*.

Na sua essência tratava-se de desenvolver as ideias bases que, após o 28 de Maio os lealistas vinham propugnando, agora reponderadas perante os novos acontecimentos políticos<sup>(84)</sup>. Assim (ver Anexo G):

a) Crítica aos homens do exército por apelarem sempre à violência — «Homens de armas são sempre seduzidos por métodos belicosos» — já que a U.L.R. entende que a violência «soreliana» está em crise;

b) Defesa do «entrelaçamento das classes»;

c) Guerra ao Partido Democrático;

d) Necessidade de uma Ditadura para salvar a Nação mas uma ditadura apenas temporária, e de «homens bons, de toda as proveniências sociais» e que se encaminhe progressivamente para uma feição civil;

e) A vitória do 28 de Maio não foi só do Exército mas também daqueles que a prepararam, e, entre esses, da U.L.R.;

f) Defesa intransigente do *Partido Político*, dos sindicatos e grêmios consequências da progressiva sindicalização da sociedade;

g) Aposta nas alterações constitucionais que confirmam maior apelo à colaboração dos técnicos por meio de representação das classes (Senado) e modificação do sistema eleitoral;

h) O exército deve apoiar-se num dos Partidos existentes, nos partidos que combateram o Democratismo, pois é nestes que existem os homens capazes de dar à obra de reconstrução nacional um concurso diferente».

Estas «Aspirações para um Portugal maior» dos lealistas, não passaram, em boa verdade, fazendo jus ao seu título, de meras aspirações.

A quarta e última fase da U.L.R., no nosso esboço de percurso histórico, ajudar-nos-á a compreendê-lo.

## 2.5. 4.º Período: de 9 de Julho de 1926 a meados de 1930

No dia 9 de Julho de 1926, o novo Governo, presidido por ÓSCAR CARMONA, encontrava-se constituído. SINEL DE CORDES era o novo Ministro das Finanças, BETTENCOURT RODRIGUES, Ministro dos Negócios Estrangeiros, MANUEL RODRIGUES, Ministro da Justiça, JOÃO BELO nas Colónias, PASSOS E SOUSA no Comércio, JAIME AFREIXO na Marinha, RIBEIRO CAS-

---

<sup>(84)</sup> Cf. o texto da Conferência «Aspirações de um Portugal Maior», in *A Noite*, de 5-7-1926.



TANHO no Interior, ALVES PEDROSA na Agricultura e TEIXEIRA BOTELHO na Instrução.

A situação de OSCAR CARMONA, que se mantém até à sua eleição para Presidente da República em 25 de Março de 1928, conhece alguma estabilidade, sem embargo de sofrer diversas recomposições ministeriais, e ter assistido às sublevações de Fevereiro de 1927. Com ele a Ditadura Militar envereda por um rumo novo, significativamente simbolizado pelo papel de SINEL DE CORDES na pasta financeira.

SINEL DE CORDES, um dos nomes fortes da nova situação orientará as finanças públicas durante dois anos em termos que mereceram acerbas críticas, quer dos republicanos conservadores quer dos republicanos progressistas.

E como, nesse *interim*, se pautava a U.L.R.?

Se bem que, com menos intensidade do que durante a fase imediatamente anterior ao 28 de Maio, os lealistas retomaram as actividades partidárias destinadas a tornar explícita a ideia de que, se se identificavam com a situação política saída do 28 de Maio, estavam longe de apoiar a solução governativa vigente.

Em Outubro e Novembro de 1926 CUNHA LEAL, terá, em duas realizações da U.L.R., a oportunidade de vincar claramente as suas ideias.

Na inauguração de um novo centro político da U.L.R. em Lisboa, no Largo Trindade Coelho, a 30 de Outubro, proclamava:

«A U.L.R. não pede à situação benesses, assim como não lhe dá o apoio. Quer apenas o que queria antes da Revolução: liberdade para afirmar por todo o país os seus princípios de Governo» <sup>(85)</sup>.

Mas, mais enfaticamente, dias depois, a 20 de Novembro, num Banquete de homenagem ao líder da U.L.R., no Liceu Camões, é este que afirma:

«...os da U.L.R. querem actuar dentro da situação, de acordo com os seus elementos republicanos ou com aqueles de cujo espírito esteja varrida a ideia de uma traição.

---

<sup>(85)</sup> In *O Distrito da Guarda*, de 17-11-1926.

A verdade obriga-me a dizer que se estou do lado da Situação não estou ao lado do Governo» <sup>(86)</sup>.

Nas vésperas da tentativa insurreccional de Fevereiro de 1927, da qual, aliás a U.L.R. se demarcaria <sup>(87)</sup>, o agrupamento partidário lealista, reiniciava um novo périplo de sessões políticas.

Com o aval de PASSOS E SOUSA, então Ministro da Guerra, e que mantinha com CUNHA LEAL, relações cordiais <sup>(88)</sup>, a U.L.R. realizou um conjunto de sessões com início a 20 de Janeiro de 1927 em Olhão, Faro, Loulé, Portimão e Tavira.

Este conjunto de actividades destinadas naturalmente a divulgar o seu ideário, mas também a demonstrar ao Governo, a força, implantação e crescimento da U.L.R., foram acompanhadas por um outro tipo de iniciativas <sup>(89)</sup>, das quais é justo salientar a carta de Cunha Leal ao Ministro da Guerra em 27 de Janeiro de 1927 (ver Anexo I).

Este conjunto de actividades destinadas naturalmente a divulgar o seu ideário, mas também a demonstrar ao Governo, a força, implantação e crescimento da U.L.R., foram acompanhadas por um outro tipo de iniciativas <sup>(89)</sup>, das quais é justo salientar a carta de Cunha Leal ao Ministro da Guerra em 27 de Janeiro de 1927 (Ver Anexo I).

Nesta missiva, publicada, contudo, muitos meses mais tarde, num opúsculo conjuntamente com outros documentos, e reproduzida, por exemplo, em *O Distrito da Guarda* na sua edição de 26 de Junho de 1927,

---

<sup>(86)</sup> In *O Direito da Guarda*, de 28-11-1926 e DAMIÃO DE PERES, *História de Portugal*, (Suplemento), pág. 434.

<sup>(87)</sup> Exemplo sintomático da posição da U.L.R. face ao golpe de Fevereiro de 1927, é a local inserta num dos órgãos oficioso da U.L.R. *A Opinião*, de Oliveira de Aze-meis, que, na sua edição de 12-2-1927 escreve:

«O criminoso movimento revolucionário que sucessivamente eclodiu no Porto e em Lisboa, levado a efeito por elementos os mais heterogêneos mas que predominavam os democráticos, foi esmagado pelas tropas fiéis ao Governo». (Cfr. sobre a revolta de Fevereiro de 1927 FILOMENA BANDEIRA, «*A Oposição Externa à Ditadura: a revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa*», in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, vol. II, pág. 29 e ss.

<sup>(88)</sup> Cf. CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, vol. III, pág. 69.

<sup>(89)</sup> Cf. Comunicado da ULR publicado no *O Distrito da Guarda*, de 16-1-1927, em que se refere ter na reunião da Comissão Executiva do partido, tomado conhecimento da adesão de distintas individualidades do meio político e social, e a constituição de várias comissões em diversos pontos do país.



CUNHA LEAL, fazia o ponto da situação quanto à U.L.R. e o Governo, por contraposição com as outras forças políticas.

A U.L.R., demarcava-se dos partidos republicanos, na altura agrupados na «Frente Única», posto que estes apenas pautavam a sua acção pela fórmula de «revolução», mas, igualmente, distanciava-se dos monárquicos. Daí, CUNHA LEAL concluiu que o único partido com um desiderato pacífico, era a U.L.R., e que a seu favor tinha quer um programa conservador moldado aos interesses da Nação, quer uma progressiva implantação no país.

Esboçadas as posições essenciais da U.L.R., perante a situação política, CUNHA LEAL propunha uma aproximação partidária do Governo com a U.L.R., consciente embora da inviabilidade prática de tal solução. Recorde-se que PASSOS E SOUSA, dadas as boas relações que mantinha com CUNHA LEAL era a ponte possível entre a U.L.R. e o Governo. Contudo a orientação global do Executivo era bem diversa e o próprio Ministro da Guerra, encontrava-se minoritário, no seio daquele órgão.

Assim, a conclusão da missiva de CUNHA LEAL só podia ser uma: renunciar momentaneamente à intervenção activa no processo político.

Esta peripécia do percurso histórico da U.L.R., neste conturbado pós 28 de Maio, marca mais ainda o afastamento da U.L.R. do palco político.

Na verdade, os acontecimentos significativos em que o Partido da União Liberal Republicana teve voz activa nos anos seguintes — 1927, 1928, 1929 e 1930 —, contam-se pelos dedos das mãos e marcaram, cada um deles, mais um passo de distância entre a U.L.R. e a «situação».

Importantes verdadeiramente devemos realçar duas conferências de CUNHA LEAL: a primeira em Dezembro de 1927, proibida, e a segunda em Janeiro de 1930 que veio a realizar-se. Esta última pronuncia o exílio deste para Espanha, após o conflito com OLIVEIRA SALAZAR. Marcantes também a questão do «Empréstimo externo» surgida em fins de 1927, em que a U.L.R. teve um papel destacado, e a renúncia ao apoio à eleição presidencial de OSCAR CARMONA, em 1928.

Vejamos estes acontecimentos por ordem cronológica.

A 18 de Junho de 1927, após um interregno de 5 meses, a Comissão Executiva emite um comunicado em que vem causticar a situação política, por lhe ter negado o «direito de intervenção na vida administrativa da República», declinando qualquer responsabilidade nos actos da Ditadura <sup>(90)</sup>. (Ver Anexo J).

<sup>(90)</sup> Cf. *O Distrito da Guarda*, de 26-6-1927.

Responsabilidades que a U.L.R. viria a exigir do Governo, aquando do caso do Empréstimo Externo, meses depois. Antes porém, um grupo de oficiais das forças armadas, solicita a CUNHA LEAL, a realização de uma Conferência, aprazada para o 1.º de Dezembro de 1927, a propósito desta data histórica.

CUNHA LEAL acede e, de acordo com o seu depoimento memorialista <sup>(91)</sup>, após entrevista com OSCAR CARMONA, este faz-lhe sentir a sua intenção de assumir a presidência de tal acto. Todavia, horas antes da reunião, o *leader* da U.L.R., toma conhecimento da proibição da mesma, ordenada por aquele que, dias antes, se propunha avaliar com a sua presença a citada conferência. Segundo a justificação deste último, havia sido o seu Ministro do Interior, VICENTE DE FREITAS, que, informado de que poderiam acontecer atentados contra CUNHA LEAL e o próprio Presidente do Ministério, sugeriria o cancelamento da realização aprazada.

Consumado este acto, a prelecção subordinada ao título «Nacionalismo» viria à luz do dia, por meio de um panfleto posto a circular ainda no próprio mês de Dezembro de 1927. (Ver Anexo K).

As linhas desse texto apontam para a necessidade da legitimação da situação ditatorial através de eleições, procurando fundamentar essa proposta nos exemplos históricos nacionais portadores de uma matriz nacionalista. Assim, CUNHA LEAL propunha a criação de uma nova lei eleitoral mediante a qual se elegeriam as Corporações Administrativas, após o que em Assembleia Constituinte, conjuntamente com grupos profissionais, sociedades científicas, professorado, Forças Armadas e clero, se elaboraria a nova Constituição. Só assim a «Situação» poderia verdadeiramente «nacionalizar-se», na expressão do chefe da U.L.R.

Na sequência destas teses, ou independentemente delas, o que é certo é que a situação Carmona, prepararia a elaboração da lei eleitoral, que o haveria de crismar como Presidente da República, embora olvidasse a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte.

Antes porém um novo acontecimento vem agitar as hostes da U.L.R.: o apelidado Empréstimo Externo <sup>(92)</sup>.

<sup>(91)</sup> Cf. *As Minhas Memórias*, vol. III, pág. 88 e ss.

<sup>(92)</sup> Sobre o Empréstimo Externo ver para além do relato de CUNHA LEAL in *As Minhas Memórias*, vol. III, pág. 131 e ss., os documentos insertos no *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, 1927.



Não curando de aprofundar as implicações sociais e económicas do decantado empréstimo, e das condições que a tal conduziram, importa tão só notar que as consequências da progressiva degradação da situação económica e financeira do país colocaram o problema de se ter de recorrer ao crédito externo. Todavia, se existia quase unanimidade das forças políticas quanto à necessidade do empréstimo em si, toda a Oposição levantava sérias reservas quanto à forma como o mesmo estava a ser conduzido.

Assim é que, quando o Governo português, por imposição da Banca inglesa, decidiu solicitar da Sociedade das Nações, em concreto do seu Comité Financeiro, que estabelecesse as condições em que o empréstimo seria realizado, com o inevitável desprestígio nacional que tal solução acarretaria, a Oposição ao Governo ergueria um protesto formal. Fê-lo porém de modo diverso consoante os grupos oposicionistas. Enquanto a Liga de Paris, sucedânea da Frente Única, que reunia a generalidade dos antigos Partidos Republicanos, enviou uma carta à Sociedade das Nações, onde alertava aquela instituição, para o facto do empréstimo em causa nenhuma legalidade ou legitimidade possuírem, a Comissão Executiva da U.L.R., em carta ao Presidente da República, protestava contra a humilhação em que se traduzia a solicitação portuguesa à Sociedade das Nações <sup>(93)</sup>.

CUNHA LEAL mostrar-se-ia particularmente activo neste combate, através de um conjunto de missivas publicadas no *Século* e no *Diário de Notícias* a 19 de Dezembro de 1927 e a 21 do mesmo mês, onde procurava desmontar não só a improcedência da metodologia que o Ministro das Finanças, SINEL DE CORDES se propunha dar ao caso, como, também, a desastrosa política financeira do citado ministro.

O desenlace deste episódio, viria a dar-se a 9 de Março de 1928, reconhecendo o Governo, finalmente, não serem aceitáveis as condições impostas pelo Comité Financeiro da Sociedade das Nações. A 18 de Abril desse mesmo ano, e após as eleições presidenciais, uma recomposição ministerial, arredaria SINEL DE CORDES das Finanças, para, em seu lugar, convidar OLIVEIRA SALAZAR.

Entretanto faziam-se sentir as primeiras deserções na U.L.R. O caso mais sintomático foi o de JORGE BOTELHO MONIZ, que viria a divergir das teses da U.L.R., quanto ao empréstimo externo, quando se encontrava à

---

<sup>(93)</sup> Cf. CUNHA LEAL, *O Empréstimo Externo, Alguns Documentos*, Lisboa, 1927, pág. 5 e ss.

frente do jornal *A Situação*, porta-voz oficioso do Governo e subsidiado pelo Ministério das Finanças <sup>(94)</sup>.

Para preencher as vagas entretanto abertas na Comissão Executiva da U.L.R., esta escolheria, a 22 de Janeiro de 1928, BISSAIA BARRETO <sup>(95)</sup> e ROCHA SARAIVA.

O ano de 1928, irá ser palco de mais uma divergência da U.L.R. em relação ao Governo. É o caso dos prolegómenos da eleição presidencial.

A atitude inicial do partido é a de apresentar um candidato próprio. Assim o define a comissão executiva da U.L.R. em Janeiro de 1928 <sup>(96)</sup>.

Todavia, em Março, aquele órgão executivo envia uma nota ao Governo, em resposta a outra recebida daquele, onde admite a possibilidade da U.L.R. apoiar o representante governamental OSCAR CARMONA, à Presidência, condicionando-a porém «à efectivação de actos republicanos».

Após aguardar resposta, e na ausência desta, a U.L.R. deliberou que «não se tendo apresentado ao sufrágio nenhum outro candidato o acto eleitoral deixou de lhe interessar» <sup>(97)</sup>.

OSCAR CARMONA seria eleito a 25 de Março de 1928. De imediato foi constituído novo Governo, sobre a presidência de VICENTE DE FREITAS, e a participação de SALAZAR, nas Finanças, como já dissémos.

O último e decisivo conflito com Ditadura Militar, agora já liderada pelo seu novo homem forte, OLIVEIRA SALAZAR — que, curiosamente a U.L.R. tinha apadrinhado na sua ascensão ao poder <sup>(98)</sup> —, e os «lealistas», vai dar-se a propósito de uma conferência proferida por CUNHA LEAL, a 4 de Janeiro de 1930, na Associação Comercial de Lisboa.

Na segunda quinzena de Dezembro de 1929, CUNHA LEAL, na altura Governador do Banco de Angola, é convidado pelas direcções dos Bancos Nacional Ultramarino, de Angola e do Comércio e Ultramar, a expor publi-

---

<sup>(94)</sup> Cf. CUNHA LEAL *As Minhas Memórias*, vol. III, pág. 158. Note-se que, já em Abril de 1928, Botelho Moniz havia sido nomeado pelo Governo português como Delegado à Conferência Económica em Génova. Cf. MANUEL BRAGA DA CRUZ, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, 1986, p. 86.

<sup>(95)</sup> BISSAIA BARRETO, viria posteriormente a aderir ao Estado Novo.

<sup>(96)</sup> Cf. *O Comércio de Penafiel*, de 21-1-1928.

<sup>(97)</sup> Cf. *O Comércio de Penafiel*, de 24-3-1928.

<sup>(98)</sup> O *Distrito da Guarda* de 6-5-1928, órgão da U.L.R., elogia e destaca a posse de OLIVEIRA SALAZAR, para as Finanças. No seu labor memorialista, CUNHA LEAL refere que em começos de 1929, a Comissão Executiva da U.L.R., apontava o nome de SALAZAR, como a personalidade indicada para pôr termo ao prolongamento excessivo da Ditadura e ascender a chefe do Executivo. (Cf. *As Minhas Memórias*, vol. III, pág. 208).



camente o seu pensamento sobre a questão do crédito provincial, numa altura em que a crise mundial colocava aquela Colónia portuguesa numa situação grave.

A orientação de CUNHA LEAL era, em traços sucintos, a de que o Tesouro da Metrópole devia tomar sobre si o *deficit* provincial e bem assim fornecer dinheiro para resolver a crise conjuntamente com a criação de um Banco de Fomento destinado a desenvolver a agricultura e o comércio na Província. Diversamente, a orientação de OLIVEIRA SALAZAR, como Ministro das Finanças, era a de se recusar a suprir os *deficits* angolanos, sem que, e essa era a linha mestra do pensamento salazarista, se equilibrasse previamente o Orçamento continental.

Se bem que fossem marcantes as divergências financeiras entre CUNHA LEAL e SALAZAR, o que sobretudo se afigurava insustentável para o que viria a ser o Chefe do Governo português por largos anos, era a discordância vir de quem vinha. Ou seja, as origens do conflito não se prendem, quanto a nós, com o fundo do problema, mas decorrem do choque entre duas estratégias e duas personalidades em oposição.

Não se faria pois esperar a resposta de OLIVEIRA SALAZAR, o qual utilizando um expediente jurídico bem heterodoxo, acabaria por afastar CUNHA LEAL das funções de Governador do Banco de Angola. Pelo Decreto n.º 17 889, de 24 de Janeiro de 1930, estipulava-se ser condição essencial para o exercício das funções de Governador a concordância absoluta deste com a orientação do Governo, circunstância que obviamente, segundo SALAZAR, se não verificava naquela circunstância.

Afastado CUNHA LEAL das Funções de Governador do Banco de Angola, e colocado este decididamente na Oposição à política salazarista, uma série de actos de política financeira em relação a Angola e a vinda a público do Acto Colonial, são motivo para novas críticas contundentes do ainda *leader* da U.L.R.

Em princípios de Junho de 1930 e na sequência de várias intervenções públicas, é publicado o opúsculo «Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português», uma violenta contestação da política salazarista.

Com este último acto consumava-se o corte, sendo CUNHA LEAL preso e dias depois deportado para os Açores, após o que se exilaria na Corunha <sup>(99)</sup> de onde só regressaria em 1933.

---

<sup>(99)</sup> A actividade oposicionista de CUNHA LEAL continuará em terras de Espanha e França. Os oposicionistas, após a formação da Frente Única, posteriormente transmutada em Liga de Paris, que inicialmente agrupava os vultos maiores dos Partidos Republicanos de Esquerda, vêm engrossar as suas hostes a partir de 1930, com o exílio de

A deportação de CUNHA LEAL não opera, de imediato, o fim às actividades políticas da U.L.R.. Todavia, a confluência desse e de outros factores aniquila por completo o percurso visível do partido que iniciara o seu combate em 1926, se bem que, como no início destas notas dissémos, existam indícios da existência da U.L.R., pelo menos até 1933.

A última reunião de que temos conhecimento do órgão dirigente da U.L.R. data de 24 de Agosto de 1930. No comunicado então emitido, são endereçadas saudações e manifestada solidariedade a CUNHA LEAL, deportado nas Ilhas, e faz-se uma afirmação de fé inquebrantável nos ideais da Liberdade e Democracia. O mais sintomático deste texto é no entanto o apelo à união de todos os republicanos, na sequência de uma nota do Directório do Partido Nacionalista Republicano.

Nesta altura porém, as divergências no seio da própria U.L.R. são evidentes. Alguns nomes significativos do partido haviam aderido ao apelidado «Estado Novo», enquanto outros propugnavam a militância na «Aliança Republicana Socialista».

Dos primeiros e para além do já referido JORGE BOTELHO MONIZ, devem salientar-se outros nomes. É o caso do até então dirigente da U.L.R. e deputado pelo círculo de Oliveira de Azeméis <sup>(100)</sup>, ALBINO SOARES DOS REIS, que virá a fazer parte do elenco governativo presidido por SALAZAR a 5 de Julho de 1932, e bem assim os casos de BISSAIA BARRETO e TEÓFILO DUARTE <sup>(101)</sup>.

A generalidade dos restantes correlegionários acabaram, no entanto, por enveredar por uma postura anti-salazarista, seguindo CUNHA LEAL, como seriam os casos de ROCHA SARAIVA ou MENDES CABEÇADAS.

Todas estas dissensões, conciliadas com o exílio do chefe carismático do Partido, e pelo aparecimento das estruturas jurídicas base do Estado Novo, conduzem irremediavelmente ao fim da U.L.R.

---

numerosos políticos republicanos que tendo pautado a sua acção por uma atitude expectante ou mesmo simpática em relação ao 28 de Maio, viram as suas expectativas defraudadas. CUNHA LEAL participa em 22 e 23 de Novembro de 1931, em Beyris (França) numa Conferência Política de Oposicionistas, com AFONSO COSTA, JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS, PINA DE MORAIS, LAGO CERQUEIRA, JAIME MORAIS e JAIME CORTESÃO — Cf. A. M. OLIVEIRA MARQUES (Direcção), *A Unidade da Oposição à Ditadura*, 1928-1931, Lisboa, 1973 e A. M. OLIVEIRA MARQUES (Direcção), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar* (1927-1928), Lisboa, 1976.

<sup>(100)</sup> Cf. *A Opinião*, de Oliveira de Azeméis, de 30-4-1927.

<sup>(101)</sup> O próprio ministro das Obras Públicas de SALAZAR, DUARTE PACHECO, de acordo com o informe que nos dá CUNHA LEAL nas suas *Memórias*, (vol. III, pág. 309), tivera marcada para 30 de Maio de 1926, a sua adesão à U.L.R.



### 3. Conclusões

O percurso histórico da U.L.R., nos escassos 4 anos de vida que teve, permitem-nos ensaiar um conjunto de reflexões, a título de conclusões, sobre as características do partido, a sua orientação ideológica e o papel que teve no tempo histórico em que actuou.

Sendo certo que se trata de uma organização política de carácter partidário, em que o colectivo prevalece sobre a vontade individual dos militantes ou dos dirigentes, o certo é que, as posições dos liberais republicanos, estavam profundamente marcadas pelas características, a personalidade e a estratégia política do seu líder, CUNHA LEAL.

Isso explica que as tentativas de explicação dos fenómenos políticos que levaram à queda da I República, ao surgimento da Ditadura Militar e à consolidação do salazarismo, partam usualmente do estudo das grandes figuras políticas individualmente consideradas, e nelas de CUNHA LEAL, por exemplo, e esqueçam o papel das organizações.

Veremos este ponto adiante, mas porque o objecto do nosso trabalho é estudar a organização e não uma personalidade isoladamente, começaremos por caracterizar o partido político.

Como MARCELO REBELO DE SOUSA refere, a realidade partidária nas duas primeiras décadas do séc. XX entre nós, «carece em absoluto de enquadramento constitucional e legal» <sup>(102)</sup>. O Estado ignora juridicamente a existência de partidos, a sua estrutura interna, os seus objectivos e funções. E a essa conclusão, não se opõe a limitadíssima referência que a revisão constitucional de 1919-21, introduziu no texto de 1911, com a criação de um Conselho parlamentar composto por 18 membros nomeados pelos diversos partidos e por eles comunicados à mesa do Congresso.

A legislação ordinária, designadamente as leis eleitorais, nada referem que aponte para a legalização dos partidos políticos, pelo que acompanhamos a reflexão daquele professor de Direito, quando nota que o Estado liberal português vigente até 1926, praticamente ignorou no plano jurídico os partidos políticos.

E semelhante situação manter-se-á, sem qualquer diferença, durante o período que nos propusémos estudar (1926-30), sendo certo que só após a

---

<sup>(102)</sup> Cfr. *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, cit., págs. 221 e ss.

entrada em vigor da Constituição de 1933, é legítimo ponderar, como vimos de início, se o texto constitucional admitia implicitamente ou não a existência dos partidos políticos.

Todavia, se o enquadramento jurídico, quer do ponto de vista da Constituição quer da Lei, não oferece sensíveis diferenças, a verdade é que, da óptica das condições concretas de actuação a situação muda, com o advento da Ditadura Militar, como verificámos.

Ou seja, os partidos, na fase terminal da I República, são realidades de facto, alheias ao Direito Constitucional.

A U.L.R., não apresenta nenhuma diferença qualitativa, do ponto de vista da sua organização e estrutura interna, por comparação com os outros partidos existentes na altura.

O modelo vertido nos Estatutos da U.L.R. — ver Anexo C — não se afasta substancialmente do existente nos restantes partidos republicanos, designadamente daquele que constitui a referência básica para todos eles, o P.R.P. <sup>(103)</sup>. Mudam as designações dos órgãos nacionais — Comissão Executiva, em vez do tradicional «Directório», Representação parlamentar, em vez de Grupo Parlamentar — mas a definição das funções é sensivelmente idêntica <sup>(104)</sup>.

Onde nos parece que se nota uma diferença, é na criação do presidente da Comissão Executiva, com competências alargadas (art. 7.º, al. d), figura que não aparece, pelo menos com esta amplitude, nos estatutos dos restantes partidos republicanos.

Recorde-se que a questão da chefia partidária, foi um dos pontos centrais que originou a cisão no Partido Republicano Nacionalista e que deu origem à U.L.R.. Os liberais republicanos, batiam-se pelo «princípio da chefia», como forma de combater a indefinição e a incapacidade de acção dos tradicionais directórios republicanos.

Importa notar que a tradição partidária republicana apontava para a colegialidade na chefia do partido, princípio que o P.R.P., na sua organização interna, havia mantido sempre — o Directório do P.R.P., não tinha formalmente um presidente, mas um simples secretário. Os restantes partidos

---

<sup>(103)</sup> Cf. OLIVEIRA MARQUES, *A I República, as Estruturas de Base*, cit., pág. 580.

<sup>(104)</sup> Cf. *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, 1921, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, 1919, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, 1923.



republicanos, mesmo os partidos republicanos conservadores, não haviam inovado nessa matéria.

A U.L.R., consagrava pois um Presidente da Comissão Executiva, eleito em lista separada pelo Congresso.

O reforço da posição político-institucional do chefe do partido, não representa apenas uma simples alteração orgânica ou estatutária, mas é antes um princípio político que a U.L.R. sempre defenderá, no âmbito de uma lógica política de reforço dos órgãos executivos (a nível nacional ou a nível partidário), em prejuízo dos órgãos de tipo assembleia. Este anti-parlamentarismo estrutural, compagina-se com o seu ideário conservador, próximo de um certo tipo de corporativismo, reflectindo, naturalmente as influências ideológicas que nos anos 20 e 30, marcaram a Europa.

E se o modelo organizatório não primava pela originalidade, excepção feita ao assinalado «princípio da Chefia», os modos e as formas de actuação política, filiam-se também, no que era comum à época, nos outros partidos republicanos.

Assim, a necessidade de divulgação do ideário e das acções da U.L.R., levam-na a publicar um jornal de periodicidade diária *A Noite*, à semelhança das restantes organizações partidárias que à sua conta controlavam ou editavam órgãos de imprensa. O próprio modelo de implantação do partido, segue os passos tradicionais, ou seja, tratando-se de uma cisão no P.N.R., as estruturas locais deste partido que simpatizam com os cisionistas, aderem à U.L.R., e fazem valer a sua influência como líderes locais.

Nesse esforço de implantação, a metodologia usada é invariavelmente a mesma: realização de almoços — designados por sessões políticas —, com a presença do chefe do partido, CUNHA LEAL, e de algumas personalidades nacionais e locais, a que se seguiam as várias intervenções políticas de fundo.

A análise da implantação geográfica da U.L.R., — Mapas II e III — quando conciliada com as localidades onde se realizaram sessões políticas, na fase mais activa do partido — até ao 28 de Maio — não permite resultados seguros <sup>(105)</sup>.

---

<sup>(105)</sup> A elaboração dos mapas II e III, teve como única fonte, a imprensa da U.L.R., designadamente *A Noite*, que publicava diariamente, a lista nominativa dos novos aderentes ao partido e bem assim, referia a inauguração das Comissões Concelhias e dos Centros Republicanos por todo o país. Não são conhecidas outras fontes — designadamente o cadastro do partido ou a estatística política, com a referência aos eleitores recen-

O partido tinha um número importante de comissões ou centros republicanos constituídos em todo o Minho, nos actuais distritos de Coimbra, da Guarda e de Lisboa e no Algarve. Por seu lado, os aderentes contavam-se por algumas centenas em Lisboa, Braga, Covilhã e Faro, mas no total, à data de 5 de Julho de 1926, não contabilizámos mais de dois milhares, nas listas nominativas que *A Noite* publicava.

Comparativamente, importaria saber qual o grau de implantação dos restantes partidos republicanos, investigação que, em boa verdade, se encontra por fazer.

Sabe-se que o P.R.P., como partido largamente dominante no sistema partidário da I República, estava firmemente implantado em todo o país aos níveis distrital, concelhio e paroquial. Escreve OLIVEIRA MARQUES, que em 1914, tinha comissões distritais em todos os distritos excepto na Guarda e comissões municipais em 243 dos 263 concelhos do continente.

Mas é evidente que a comparação, a fazer-se, deve sê-lo com os partidos republicanos conservadores, que tentaram disputar a supremacia ao P.R.P., como é o caso do Partido Evolucionista e dos seus sucedâneos, Liberal e Nacionalista.

Os únicos trabalhos que conhecemos dizem respeito ao Partido Evolucionista. Escreve OLIVEIRA MARQUES, e complementa-o MANUEL ROQUE AZEVEDO, que os Evolucionistas, no auge da popularidade e do prestígio, não dispunham senão de cinco a seis juntas distritais, um terço do país, e que a representação municipal era «escassa e pontual».

Ou seja, à parte o P.R.P., as restantes forças partidárias, mesmo aquelas que alcançaram alguma projecção eleitoral, como o Partido Republicano Liberal ou o Partido Evolucionista encontravam-se fracamente implantadas no território nacional.

---

seados e número de votantes nas eleições legislativas ou administrativas que possam complementar ou corrigir os dados que utilizámos. De resto, idêntica dificuldade se levanta, em relação ao estudo de outros partidos republicanos, inclusive o P.R.P., cujos cadastros ou estão incompletos ou pura e simplesmente não existem. Por exemplo, na análise do Partido Republicano Evolucionista empreendida por MANUEL ROQUE AZEVEDO in *Nova História*, n.º 2, Dezembro de 1984, págs. 74 e ss. o Autor assinala idêntica dificuldade.

Apesar disso, e graças aos esforços de OLIVEIRA MARQUES, o P.R.P., é de todos, o partido melhor estudado nesse aspecto, cfr. *A I República, As Estruturas de Base*, págs. 581 e ss.



Quanto ao número de militantes, escasseiam os dados para a necessária confrontação. MANUEL ROQUE AZEVEDO, no estudo citado, recenseia ao longo de 8 anos de actividade do Partido Evolucionista, um número total de 10 409 adesões. Mas não esclarece se nessa contabilidade exclui as deserções que entretanto foram ocorrendo.

Comparativamente, não deixa de ser significativo, termos contado um número de adesões à U.L.R. superior a um milhar, num espaço de cerca de 3 meses.

Mas, repita-se, não são números indiscutíveis, dado que, por exemplo, *A Noite* não referenciava as deserções partidárias que certamente existiram, nem a estatística apurada se pode considerar assente em fontes completas e rigorosas.

O nascimento da U.L.R., no contexto histórico da chamada «República Velha» e da queda do regime republicano, não pode desligar-se da evolução do regime político, do sistema de governo e do sistema de partidos.

O sistema político português da I República, designadamente a sua fase terminal que é objecto deste estudo, vem sendo analisado de dois pontos de vista, aparentemente inconciliáveis. De um lado os que, como a norte-americana da Universidade do Arizona, KATHLEEN C. SCHWARTZMAN, analisam a vida política em termos de uma instabilidade política estrutural, com instabilidade a nível do executivo, proliferação de partidos, dispersão do voto parlamentar, levantamentos monárquicos, tumultos civis e proclamações militares, que teriam justificado a instalação de um regime ditatorial<sup>(106)</sup>. Do outro os que lêem o sistema partidário e de governo da I República, em termos de multipartidarismo de partido dominante que lentamente caminha para uma paralisia da dinâmica do sistema de governo parlamentar, apesar da tentativa de racionalização introduzida com a reforma constitucional de 1919-21, como é o caso de MARCELO REBELO DE SOUSA<sup>(107)</sup>.

Julgamos que ambas as perspectivas se conciliam. O ponto de encontro de ambas traça-o com nitidez ANTÓNIO COSTA PINTO, quando refere que o «eixo analítico mais apropriado para a análise da queda do regime

---

<sup>(106)</sup> Cf. *Instabilidade Democrática nos países semiperiféricos. A primeira República Portuguesa* in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens à Autarcia*, cit., vol. I, págs. 145 ss.

<sup>(107)</sup> Cf. *op. cit.*, págs. 167 e ss.

republicano remete para as relações civil-militar no âmbito de uma crise de legitimidade da I República» <sup>(108)</sup>.

Perfilhamos, inteiramente este ponto de vista. Em certo sentido o drama da I República, não resulta tanto da instabilidade estrutural, ou da dominância de um partido, mas sim, do facto de não existir uma oposição leal com a perspectiva de aceder ao poder por via eleitoral. É exacto que o sistema partidário, na fase terminal da I República acentua o papel dominante do P.R.P., na justa medida em que a alternância se revela impossível <sup>(109)</sup>. Mas não é menos exacto que a ausência de rotativismo, e a impossibilidade dos mecanismos eleitorais provocarem a alternância, empurram os partidos republicanos conservadores para as mãos dos militares, ao mesmo tempo que assumem um discurso e uma prática anti-parlamentares.

Houve, no pós-guerra de 1914-18 governos de coligação, é certo, mas sempre precários e transitórios, que invariavelmente desembocavam no «antónio-maria-silvismo».

É justo reconhecer que a República Velha lutou desesperadamente para racionalizar o parlamentarismo e para regressar ao rotativismo oitocentista. Mas sempre sem êxito. A Direita da República, tentou, vezes sem conta e sob as mais variadas designações, organizar-se, constituir-se em polo alternativo aos democráticos e conquistar pela força do voto a oportunidade de governar. Foi esse o projecto — sempre encabeçado por líderes mais ou menos carismáticos — do Partido Evolucionista, do Partido Liberal Republicano, do Partido Republicano Nacionalista e finalmente da União Liberal Republicana.

Ou seja, o nascimento da U.L.R., filia-se neste movimento global que vem desde ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA e dos seus evolucionistas <sup>(110)</sup>, e que passa por BARROS QUEIRÓS, ANTÓNIO GRANJO e GINESTAL MACHADO, para confluir em CUNHA LEAL.

A ideia é a mesma: organizar um grande partido conservador — a Direita da República — que pudesse competir eleitoralmente com os Democráticos — a Esquerda da República. E é nessa óptica que faz sentido chamar a esses partidos, partidos republicanos conservadores.

<sup>(108)</sup> Cf. *Os Camisas Azuis, Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal*, Lisboa, 1994, pág. 68.

<sup>(109)</sup> Vejam-se as inglórias passagens pelo Governo do Partido Liberal e do Partido Nacionalista.

<sup>(110)</sup> E talvez essa linha de continuidade explique a adesão de ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA ao projecto de CUNHA LEAL, como vimos.



Incapazes, contudo, de chegar ao poder pelo voto, a oposição republicano-conservadora radicalizou-se cada vez mais. É isso que explica o sistemático apelo aos «militares» e inclusive, como se demonstrou no caso da U.L.R., uma participação directa, através de militantes seus, na sublevação de 28 de Maio. É isso que explica também a momentânea coincidência, a partir de 1924, das posições e atitudes políticas entre a minoritária e aguerrida extrema direita da Cruzada NUNO ÁLVARES ou do Integralismo Lusitano, o não menos minoritário grupo dos seareiros e as principais cabeças do republicanismo conservador, de vocação mais popular, como CUNHA LEAL <sup>(111)</sup>. Uma convergência de posições que logo a seguir se desfaz, é certo, mas que engrossou o extraordinário leque de movimentos que esteve por detrás do 28 de Maio.

Não admira, assim, como escreve MANUEL BRAGA DA CRUZ, que quase todos os partidos adversários do P.R.P., «se tenham regozijado com o levantamento» de 28 de Maio <sup>(112)</sup>.

Mas as águas vão separar-se rapidamente. De um lado os que como a U.L.R. e CUNHA LEAL, queriam a reforma do sistema político e constitucional, em termos que possibilitassem a alternância democrática entre um grande partido republicano de Esquerda e outro de Direita. Do outro os que, influenciados pela literatura de referência sobre a tomada do poder pelos partidos fascistas na Europa, estão cada vez mais próximos do corporativismo integral de coloração fascizante.

<sup>(111)</sup> Há uma notória identidade de pontos de vista entre dois homens política e pessoalmente incompatíveis, como RAUL PROENÇA e CUNHA LEAL, a propósito, por exemplo, da defesa da «ditadura transitória» que dê lugar a uma reforma constitucional que ponha fim ao predomínio dos «democráticos». PROENÇA, tal como SÉRGIO, aliás, defenderão muito claramente uma Ditadura em benefício da Nação, uma «ditadura trabalhista». Cf. *Seara Nova*, n.º 32, de 1-3-1924 e n.º 57, de 24-10-1925. Veja-se a esse propósito o excelente artigo de FERNANDO FARELO LOPES, «O Liberalismo decadente da *Seara Nova* (Algumas Hipóteses)» in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, págs. 142 e ss.

<sup>(112)</sup> Cf. *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, 1986, págs. 77. Neste contexto não parece fundamentada a opinião de RAUL REGO in *História da República*, vol. IV, cit. p. 264, que transforma CUNHA LEAL no grande mentor da «ditadura» e num frustrado candidato a Ditador, pós 28 de Maio. A defesa da Ditadura à maneira romana, é muito mais forte nos textos de PROENÇA, do que nos de CUNHA LEAL. De resto, como no texto acima sustentamos, a oposição ao P.R.P., como os Radicais, os nacionalistas ou os liberais republicanos, invocava em uníssono em 1925/26, o fim da «ditadura de António Maria da Silva» e a reforma profunda do regime.

O caminho histórico da U.L.R., como vimos, é um rápido e estreito percurso, onde as elites políticas e militares conservadores, de matriz republicana, vão cedendo o lugar aos radicais de direita.

Um grupo de historiadores e investigadores, referem o papel da U.L.R. e de CUNHA LEAL, no processo conducente ao 28 de Maio, acentuando a deriva ditatorial quase fascizante do discurso político de ambos. São os casos, entre outros de RAUL REGO <sup>(113)</sup> e ANTÓNIO JOSÉ TELO <sup>(114)</sup>. O primeiro atribui-lhe responsabilidades na preparação política do «ditador que há-de vir», e o segundo, na mesma linha, acentua as intervenções de CUNHA LEAL, na fase anterior ao 28 de Maio, como tendentes a «auto-promover-se» como o ditador a ser escolhido pelos militares.

Por complexa que tenha sido a actuação da U.L.R. enquanto partido no pós e no pré-28 de Maio, uma coisa é certa: alguns dos seus dirigentes estiveram na preparação do golpe que nascerá na cidade minhota de Braga. Os documentos antes referidos dimanados do próprio partido atestam-no e os depoimentos memorialistas confirmam-no.

Mas a verdade é que o 28 de Maio tem origem num «pot-pourri» de partidos, movimentos e tendências, da extrema esquerda à extrema direita, irmanados num ponto comum: derrubar os «democráticos». Fazer da U.L.R. e de CUNHA LEAL, numa espécie de ajuste de contas histórico, os únicos ou principais responsáveis da Ditadura Militar e posteriormente do salazarismo, é um exercício de especulação histórica sem qualquer sustentação documental ou testemunhal.

O papel dos partidos republicanos de esquerda e mesmo de extrema-esquerda, no pré e no pós-28 de Maio, está mal estudado. Sabe-se que GOMES DA COSTA à data do golpe, era militante do Partido Republicano Radical, uma formação extremista de contornos socializantes, mas o novelo que leva à participação dos importantes grupos radicais no seio do Exército não foi ainda completamente desenrolado. Mesmo os partidos mais moderados como a Esquerda Democrática de DOMINGUES DOS SANTOS, fizeram durante os últimos meses da República constantes apelos à rebelião militar.

Ou seja, e como bem escreve RUI RAMOS na História de Portugal coordenada por JOSÉ MATOSO <sup>(115)</sup>, a historiografia nacional sempre tentou per-

---

<sup>(113)</sup> Cf. *História da República*, vol. V, cit. págs. 84, 134 e 150.

<sup>(114)</sup> Cf. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2.º vol., Lisboa, 1980, pág. 176.

<sup>(115)</sup> Cf. *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, 1994, p. 629.



ceber o 28 de Maio à luz de alguns conciliábulos reaccionários promovidos por meia dúzia de simpatizantes do fascismo. Esquece-se o papel do republicanismo de esquerda nessa análise. Como antes se indicou, o que PROENÇA ou SÉRGIO anunciavam como mezinha para os problemas do país — a «ditadura das reformas», ou o «governo nacional extraordinário» — era exactamente o mesmo que pediam a Cruzada NUNO ÁLVARES ou o fascista TRINDADE COELHO. De resto mesmo os políticos republicanos do sistema, como DOMINGOS PEREIRA, MANUEL MARIA COELHO E ÁLVARO DE CASTRO, apenas discutam o facto da «ditadura ser bem republicana», compreendendo perfeitamente a sua necessidade <sup>(116)</sup>.

É neste contexto que a U.L.R. e CUNHA LEAL se inserem, ao fazerem a defesa da reforma do sistema político e a solução transitória da «ditadura».

Terá a U.L.R. cedido às modas fascizantes que por essa época varriam a Europa?

Nada o permite sustentar. Trata-se sem dúvida de um partido conservador — os seus dirigentes repeti-lo-ão vezes sem conta — à Direita do espectro político na altura existente, tendo este por referência central o P.R.P., que acolhe o velho nacionalismo republicano e absorve um difuso corporativismo inspirado em OLIVEIRA MARTINS e SAMPAIO BRUNO. Mas está bem longe de qualquer adesão ao «fascio di combattimenti» italianos.

Por muito que alguma imprensa integralista da época quisesse ver em CUNHA LEAL o «Mussolini português» <sup>(117)</sup>, o certo é que este se manterá fiel ao pensamento democrático republicano.

A U.L.R., foi, dos vários partidos republicanos conservadores, aquele que por mais tempo manteve uma relação expectante em relação ao novo poder militar. Mas a sua última real oportunidade dá-se na Primavera e no Verão de 1927, quando CUNHA LEAL, após vários contactos com o Ministro da Guerra, PASSOS E SOUSA, decide retomar a actividade do partido.

Mas nessa altura, poucas dúvidas existiam de que a direita radical controlava o Exército e o poder político <sup>(118)</sup>. E os «compagnon de route» dos “lealistas”, já haviam começado o processo de «adesivagem» ao salazarismo nascente.

Morreria a U.L.R. e começaria então a longa saga oposicionista de CUNHA LEAL a SALAZAR. Mas essa é outra história por contar.

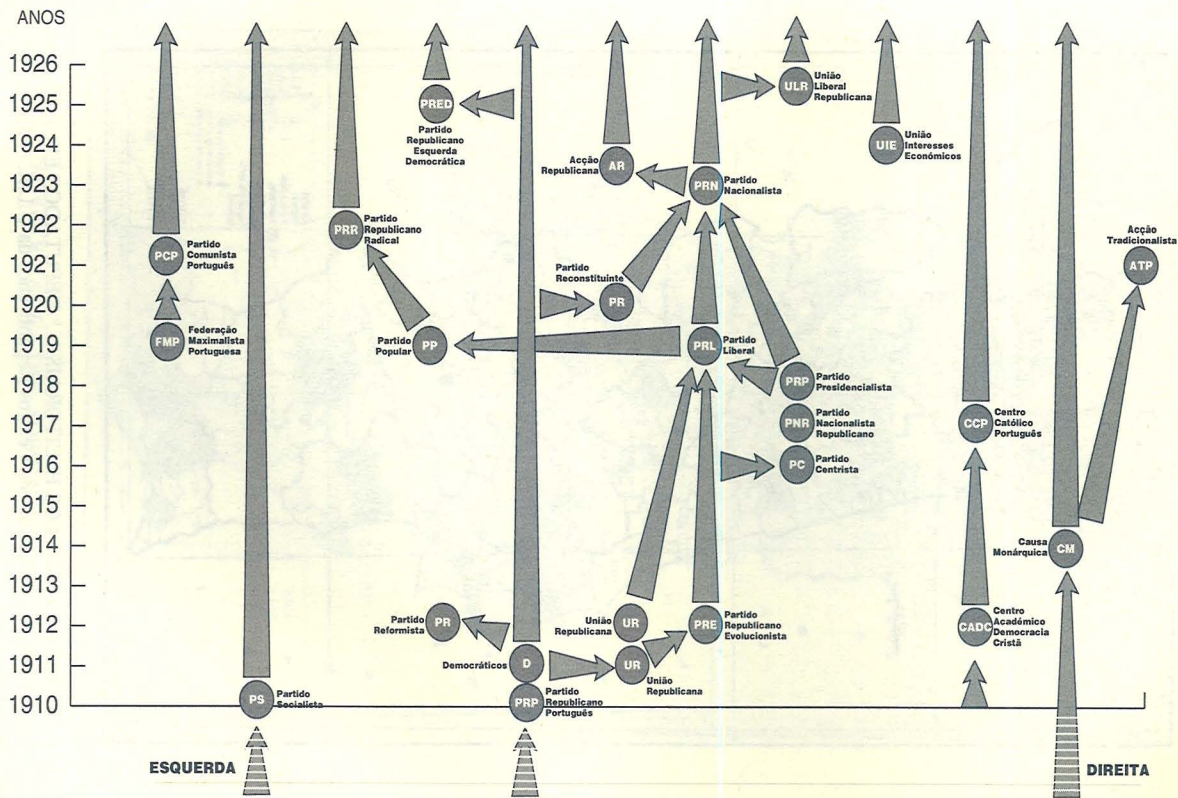
<sup>(116)</sup> Cf. *História de Portugal* (coord. JOSÉ MATOSO), vol. VI, cit. pág. 630.

<sup>(117)</sup> Cf. *A Ditadura*, 30-4-1926, pág. 1

<sup>(118)</sup> Vejam-se as memórias de um dos últimos militares republicanos à frente dos governos da Ditadura Militar, IVENS FERRAZ, *A Ascensão de Salazar*, Lisboa, 1988.

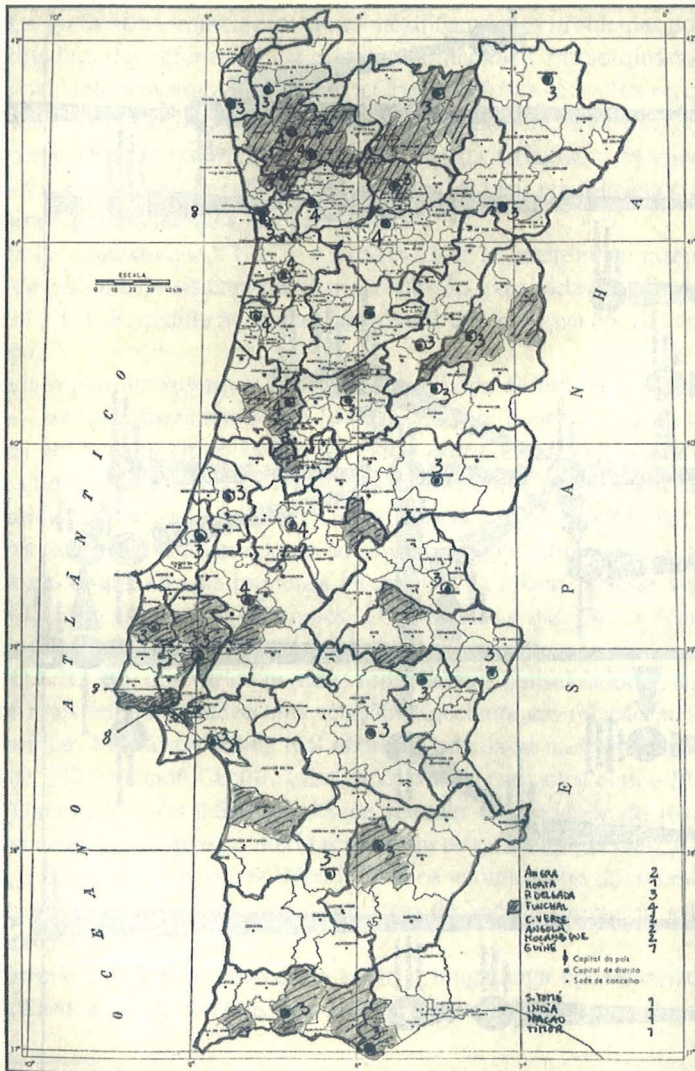
MAPA I

Partidos Políticos na I República





MAPA II  
Portugal Continental

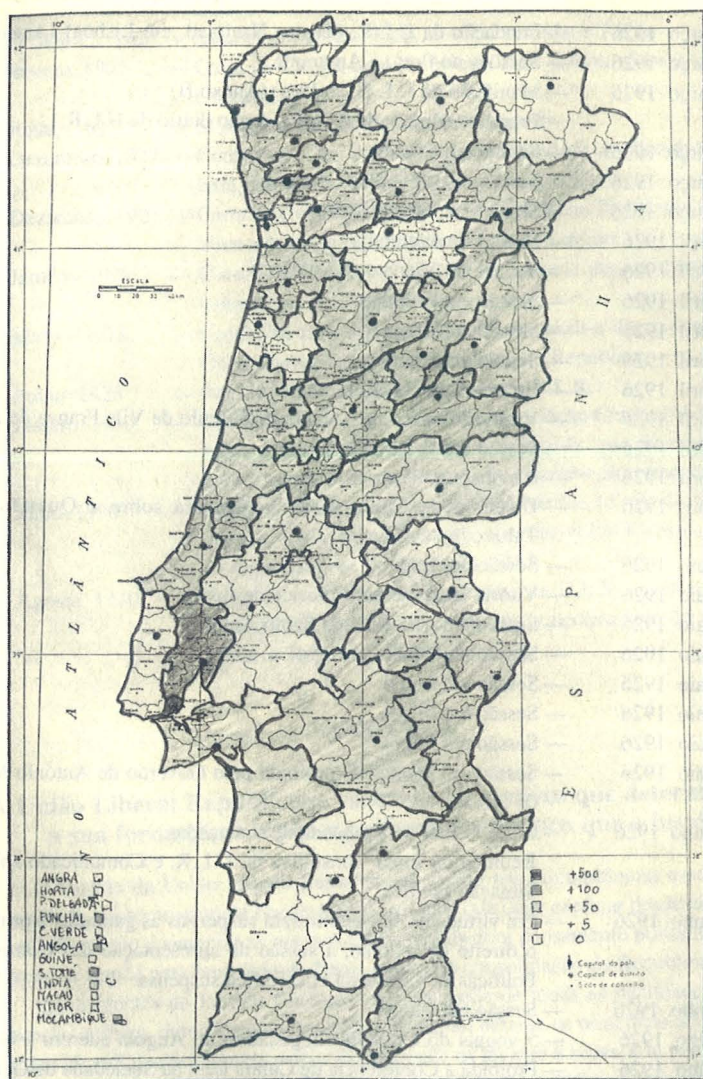


SEDES DE CÍRCULOS ELEITORAIS/N.º DEPUTADOS EM 1926.

Comissões Concelhias ou Centros Republicanos da U.L.R. (1926).

FONTE: A Noite (1926).

MAPA III  
Portugal Continental



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ADERENTES DA U.L.R. (1926)

FONTE: *A Noite* (1926).



## ANEXO A

### Cronologia das principais actividades da U.L.R.

- 08 Março 1926 — Fundação da U.L.R. (Teatro Nacional, em Lisboa) (Anexo C)
- 13 Março 1926 — Sessões no Porto e Amarante
- 18 Março 1926 — Manifesto da U.L.R. ao País. (Anexo B)  
Primeiro número de *A Noite*, órgão diário da U.L.R.
- 22 Março 1926 — Sessão em Cascais
- 29 Março 1926 — Sessão em Oliveira de Azeméis
- 31 Março 1926 — Sessão em Torres Vedras
- 09 Abril 1926 — Sessão na Azambuja
- 12 Abril 1926 — Sessão em Viana do Castelo
- 13 Abril 1926 — Sessão em Coimbra
- 14 Abril 1926 — Sessão em Braga
- 19 Abril 1926 — Sessão em Coimbra
- 21 Abril 1926 — Estatutos da U.L.R. (Anexo C)
- 26 Abril 1926 — Vitória Eleitoral na Azambuja (Círculo de Vila Franca de Xira)
- 27 Abril 1926 — Sessão em Penafiel
- 28 Abril 1926 — Banquete no Porto
- 29 Abril 1926 — Discurso de Cunha Leal na Câmara sobre a Questão dos Tabacos
- 03 Maio 1926 — Sessão em Beja
- 11 Maio 1926 — Vitória Eleitoral em Celorico de Basto
- 17 Maio 1926 — Sessão em Vila Real de Santo António
- 18 Maio 1926 — Sessão em Olhão
- 19 Maio 1926 — Sessão em Loulé
- 20 Maio 1926 — Sessão em Silves
- 21 Maio 1926 — Sessão em Lagos
- 24 Maio 1926 — Sessão em Alenquer (proibida pelo Governo de António Maria da Silva)
- 17 Junho 1926 — Carta Aberta ao Comandante Cabeçadas.  
Reunião da Junta Consultiva da U.L.R. e Comunicado sobre a Situação Política
- 19 Junho 1926 — Em virtude de se encontrarem suspensas as garantias e proibido o direito de reunião, a sessão de apresentação das Comissões Políticas de Lisboa da U.L.R. fica suspensa
- 28 Junho 1926 — Sessão em Moura
- 01 Julho 1926 — 5 vogais do Conselho Legislativo de Angola aderem à U.L.R.
- 03 Julho 1926 — Proibida a Conferência de Cunha Leal na Sociedade de Geografia «Aspiração de um Portugal Maior» (Anexo G)
- 05 Julho 1926 — Carta de Cunha Leal a Gomes da Costa. (Anexo H)  
Suspensão do órgão diário da U.L.R. *A Noite*, em virtude de cortes efectuados pela censura.

- A Noite* publica na íntegra a Conferência de Cunha Leal que havia sido proibida.
- 21 Novembro 1926 — Almoço de homenagem a Cunha Leal no Liceu Camões, em Lisboa
- 20-27 Janeiro 1927 — Sessões em Olhão, Faro, Loulé, Portimão e Tavira
- 27 Janeiro 1927 — Carta de Cunha Leal ao Ministro da Guerra (Passos e Sousa) (Anexo I)
- 18 Junho 1927 — Manifesto ao País da U.L.R. (Anexo J)
- 01 Dezembro 1927 — Conferência de Cunha Leal na Sociedade de Geografia, proibida, intitulada «Nacionalismo» (Anexo K)
- 14 Dezembro 1927 — Carta da Comissão Executiva da U.L.R. ao Presidente da República sobre a questão do Empréstimo Externo
- 22 Janeiro 1928 — Comissão Executiva da U.L.R. reúne e decide preencher as vagas abertas neste órgão
- 24 Março 1928 — Comissão Executiva da U.L.R. renuncia a dar o seu apoio a Óscar Carmona para a Presidência da República
- 16 Junho 1928 — Reunião da Comissão Executiva da U.L.R.
- 04 Janeiro 1930 — Conferência de Cunha Leal na Associação Comercial de Lisboa sobre o Problema do Crédito em Angola, que dá origem a um conflito com Salazar, na altura já Ministro das Finanças.
- Maio 1930 — Prisão de Cunha Leal pela Polícia Política e Deportação para os Açores. Viria, posteriormente, a exilar-se em Espanha, de onde só regressará em princípios de 1933.
- 24 Agosto 1930 — Reunião da Comissão Executiva da U.L.R., após a saída de Cunha Leal do País, expressando a necessidade da União de todos os Republicanos do País.

## ANEXO B

### Ao País

#### **A União Liberal Republicana esclarece os motivos que determinaram a sua formação e expõe o pensamento político que a inspira**

O Partido da União Liberal Republicana, criado nas circunstâncias emocionantes que são do conhecimento da Nação inteira, entende que deve explicar desde já as causas da sua formação e anunciar as normas fundamentais dum pensamento político, cuja realização se impõe para benefício da Pátria e urgente consolidação da República.

Os dirigentes do Partido Nacionalista, carecendo de todas as faculdades de compreensão política, duma absoluta imobilidade mental perante os principais acontecimentos da vida pública portuguesa e sem a cultura que os levasse à necessária percepção dos fenómenos sociais, económicos e financeiros que tanto complicam hoje a ciência da Administração Pública, inhábéis, portanto, para o cumprimento do programa do Partido, a cuja direcção injustamente se alcandoraram, estavam inutilizando, dia a dia, para a vida do Regime, o partido político que constituía a segunda força constitucional.



Na impossibilidade de corrigir a desorientação da maioria dos seus colegas, CUNHA LEAL vira-se já coagido a abandonar definitivamente o Directório. Um personalismo irreductível, uma sensibilidade exagerada para a provável glória de mandar, levaram os principais dirigentes à sublevação das forças ainda pouco homogêneas do partido nacionalista e, supondo aproveitar a combatividade de certos elementos partidários, tentarem despertar aquele velho ódio que, por mais duma vez, ensanguentou a história da República. Ao mesmo tempo, porém, que lisongeavam as mais desordenadas paixões dos correligionários, os mesmos dirigentes mantinham perante os governos adversários, uma atitude passiva ou cautelosamente oposicionista, conforme as circunstâncias.

Perante esta política interna desagregadora, a maior parte do partido, tendo em CUNHA LEAL a sua máxima figura representativa, deliberou reagir.

Era necessário robustecer a fé nos princípios, que constituíam o motivo único da nossa existência política, era necessário fazer do estudo, da competência e da disciplina uma afirmação de partido do governo mais eficaz e consentânea com os interesses do País do que uma oposição truculenta e desvairada.

Logo na primeira sessão seria submetida à soberania do Congresso uma proposta de alteração à lei orgânica do Partido, cujo objectivo imediato era a escolha de um Directório, com um Presidente, que receberia directamente da Assembleia um mandato de disciplina e coesão.

Entretanto, e no decorrer da mesma sessão do congresso, interrogada a mesa sobre a nomeação dum correligionário para o exercício do cargo de Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino, foi dada a palavra a CUNHA LEAL que longamente e documentadamente expôs os motivos de aceitação daquele cargo para o qual, de resto, fora designado pelo Directório do seu Partido.

Coerente com a sua memorável campanha contra a primeira Reforma Bancária, o grande parlamentar só consentiu na sua nomeação quando esta se pôde realizar ao abrigo duma nova reforma, cuja doutrina obtivera dele, durante a discussão parlamentar, a mais plena concordância.

E se uma grande parte da Assembleia compreendeu e sentiu a elevação moral do orador, uma outra conservou-se fiel às sugestões que recebera.

Nada mais era necessário.

Da nossa parte também nada mais havia a opôr.

Nas mais acerbas discussões entre aqueles que servem a mesma causa, há um limite para além do qual cessam todas as dúvidas. Transpor esse limite, marcado imperativamente por um consenso unânime é asfixiar toda a vida dos princípios num ambiente de ressentimentos pessoais.

E como a Democracia se não serve com escravos que se odeiam, mas com homens que pensam, a nossa atitude é coerente e o nosso pensamento é claro.

\* \* \*

Não é o programa do Partido que vamos expor. Esse virá a público em breves dias. Por agora, pretendemos apenas fazer a nossa apresentação e definir a orientação geral do novo agrupamento político, a União Liberal Republicana, e a sua posição relativamente a alguns dos mais instantes problemas actuais do governo.

Acima de tudo, entendemos que, sendo de acção e de vibrante marcha para o Futuro, o momento em que nos constituímos, não podemos, contudo, de maneira nenhuma, esquecer o Passado, deixando de prestar-lhe o mérito, sem o qual não se compreende a existência de uma nação independente. Durante a época atormentada da consolidação do regime, dir-se-ia que nem sequer nos lembrávamos de que ele existiu e que Portugal, velha nação europeia, nenhum valor ligava às suas passadas glórias. Urge modificar este estado de espírito. À mesquinhez da vida de hoje, temos de contrapor, em frequente evocação, a grandeza antiga, para que, uma vez esta readquirida, nela não ingressemos com ar de estranheza. Procuremos, na confiante audácia dos velhos tempos a energia moça que revigore a Raça. Prestigiemos a nossa história, ensinemo-la com carinho aos nossos filhos, reatemos o fio da Tradição inconscientemente quebrado, e voltaremos, apagada a vil tristeza, a ter a decisão e a fé que fazem grandes as nações pequenas.

Procuraremos transformar as escolas em instrumento de formação do carácter e de educação cívica, conseguindo assim, pela valorização consequente da célula social atacar, na origem, os males que nos afligem e que, aliás, por uma espécie de neurastenia colectiva, frequentemente exageramos.

Trataremos simultaneamente do desenvolvimento da instrução, em especial, da técnica e profissional. Com efeito, criado pela educação, em cada ser português urge intensificar pela instrução o seu valor que, sem norte e sem bússola, só contribuiria para aumentar a confusão social em que nos debatemos.

Na conjugação destes dois princípios fundamentais: a formação do carácter e do patriotismo pela Escola, a partir da primária, cuja obrigatoriedade de frequência é necessário efectivar, e o desenvolvimento progressivo do ensino, subordinados ao reatamento da tradição nacional, sob todas as formas compatíveis com as normas da Democracia, reside a ideia mater do novo Partido, e na sua realização consiste o seu objectivo remoto.

Dentro desta orientação tem, pois, o professor, a mais alta missão a cumprir, e o ministério da Instrução responsabilidades máximas.

Em especial, há que atender à transformação das escolas primárias oficiais por forma a poderem ser frequentadas por crianças de todas as classes sociais, para que desempenhem a nobre missão, que lhe confiam as verdadeiras democracias de preparar cidadãos capazes de lutarem pelo bem comum, pondo acima dos interesses pessoais as elevadas aspirações da sua Pátria.

### Questão Religiosa

A legítima preocupação do respeito pela Tradição e o sereno exame das realidades impõe-nos, em matéria religiosa, que se dê satisfação às aspirações legítimas da consciência católica. É absurdo que nos esqueçamos que vivemos num país de católicos, que têm direito, como portugueses, a que a sua fé seja considerada com simpatia pelo Estado, e não sistematicamente hostilizada.

Nesta ordem de ideias defendemos o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja e da hierarquia religiosa e a liberdade de ensino religioso nas escolas particulares.



### **Relações Externas**

Sob o ponto de vista das relações internacionais, lembrados de que desde a Grande Guerra, temos o direito de exigir um lugar, em harmonia com o esforço realizado e com as nossas legítimas aspirações, faremos da aliança com a nobre nação inglesa um motivo de orgulho e de justificada confiança. Ao lado da Inglaterra, pois, cumpridos os deveres que nos impõe essa aliança, para que nela, desassombradamente, ocupemos o lugar que nos compete, de nação pundonorosa e livre, à qual a velha aliada ainda recentemente deu inequívoca prova de consideração e apreço. Com as outras nações procuraremos manter as cordiais relações que, felizmente, existem, especializando aquelas com as quais nos unem laços de afinidades étnicas e sentimentais ou de interesses económicos, procurando realizar os necessários tratados de comércio por forma consentânea com os interesses nacionais.

### **Revisão Constitucional**

Sob o ponto de vista constitucional, julgamos necessário alterar o estatuto fundamental no sentido de maior independência e coesão de Poderes, suprimindo todas as disposições que já não podem considerar-se matéria de direito constitucional, procurando conseguir assim um maior respeito pelos princípios a estabelecer e uma maior responsabilidade pela sua não observância. Dentro desta orientação, merecer-nos-á especial cuidado tudo quanto respeite a alta consideração devida ao Poder Judicial, nunca suficientemente prestigiado num povo livre e cónscio dos seus deveres cívicos e promoveremos a modificação na composição do Senado da República de modo a fazer um maior apelo à colaboração dos técnicos, por meio da representação de classes. Igualmente trabalharemos para que seja publicado imediatamente o novo Código Administrativo e a reforma judiciária, simplificada a forma do processo no sentido de melhorar e tornar menos dispendiosa para as partes a aplicação de justiça e de serem votadas as leis de incompatibilidades de funções e de responsabilidade ministerial.

### **Questão Colonial**

A questão colonial, resolvida a questão monetária e bancária, apresenta-se-nos sob os seguintes aspectos dominantes: recursos materiais a obter pela metrópole para a valorização económica das colónias, principalmente Angola e Moçambique; maior fiscalização efectiva do governo central para acabar com os desmandos e fantasias das administrações locais; remodelação da organização administrativa, suprimindo a uniformidade de preceitos inaplicável a colónias de tão diferentes características, para o que é necessário agrupá-las em diversas categorias; intensificação do ensino colonial na metrópole com o fim de preparar convenientemente o recrutamento de funcionários e de colonos; adopção em bases prudentes, de uma política de emigração de portugueses para as colónias, a fim de evitar a sua desnacionalização no futuro, recorrendo para este fim também às missões religiosas portuguesas, e auxílio decidido aos capitães que ao Ultramar queiram destinar-se. Supomos que dentro destes aspectos cabem importantes realizações pela pasta das Colónias, lembrando, a propósito, e também, a defesa dos nossos históricos direitos no Padroado do Oriente que, desde o início da República, sempre foram olhados com cuidado.

### **Finanças**

Em matéria de finanças cifram-se os nossos objectivos immediatos em uma eficaz compressão de despesas que torne possível o equilibrio de facto do orçamento, remodelação do regime fiscal pela simplificação dos impostos, seu mecanismo e melhor repartição da tributação, estabilização do valor da moeda como preparação para a sua conversão numa nova paridade e liberdade de comércio e de indústria na questão dos Tabacos.

Não temos, de modo algum, a ilusão de que o problema português seja um problema exclusivamente de governo.

Muito podem, é certo, os governos quando exerçam por forma honesta e competente a sua acção. Mas é preciso não esquecer que, se a Nação não os auxiliar, com espírito de abnegação e patriotismo, diremos mais, de sacrificio que as circunstâncias ainda exigem, ninguém pode supor que a qualidade de político e partidário dê, seja a quem for, o dom miraculoso de dispensar os esforços dos governados. Não desejamos fazer promessas que não possamos cumprir e por isso falamos a linguagem franca e rude da verdade. Assim, inscrevemos como primeira medida de carácter financeiro a compressão de despesas supérfluas, com o objectivo de não ter de recorrer a mais impostos ou de possivelmente os reduzir, conseguindo e mantendo o equilibrio orçamental para a consolidação do nosso crédito.

A melhor repartição da tributação é um problema que se impõe, por forma tão evidente, que entendemos não carecer de justificação especial.

Quanto às avultadas receitas que podem provir da exploração dos Tabacos entendemos dever buscá-las no regime da liberdade, cuja experiência, pelo menos, convém fazer, dadas as tendências da opinião pública que neste particular cumpre respeitar e de tal assunto, dada a sua magnitude e importância, não faremos questão fechada.

### **Economia Nacional**

No campo especial da economia nacional esforçar-nos-emos por auxiliar o seu levantamento por forma a adquirir uma posição de independência política, e desta seja a consequência lógica.

Para tanto, procuraremos a rápida utilização da energia das quedas de água, e ocupar-nos-emos de uma eficaz protecção à agricultura, pelo estabelecimento de prémios de cultura, escolas experimentais e desenvolvimento do crédito agrícola e à indústria e comércio por meio da revisão de pautas no sentido proteccionista, salvaguardando, porém, os legítimos interesses da lavoura e os da exportação metropolitana e colonial.

### **Autonomia das Ilhas**

Inscreveremos no nosso programa a satisfação das reivindicações de autonomia administrativa e financeira por parte das ilhas adjacentes, cuja justiça não se pode contestar.



### Questão Social

Em matéria social, procuraremos manter o necessário equilíbrio de classes, satisfazendo as justas aspirações de umas e defendendo os legítimos direitos das outras.

No capítulo da Assistência Pública, reformaremos a legislação vigente, estabelecendo um plano de assistência, conforme os modernos ensinamentos da ciência, baseado na descentralização dos serviços, sua federação, larga autonomia e competente fiscalização, de forma a desenvolver e a ordenar os actuais serviços e animar e auxiliar a iniciativa particular.

Do mesmo modo procuraremos intervir no aperfeiçoamento dos serviços de previdência e seguros sociais, procurando também reconhecer a existência jurídica de certos sindicatos. Não esqueceremos também os graves problemas da crise de construção e do inquilinato.

### Força Armada

Queremos respeitada e forte a força armada de terra e mar. Uma nação independente tem de ter sempre a preocupação da eficiência actual dos seus órgãos de defesa. Urge que a Nação olhe com desvanecimento e justificado orgulho para a Marinha e para o Exército que lhe garantem a inviolabilidade do território e a manutenção da própria honra nacional.

Principal e legítima depositária das fartas tradições de glória da nossa Pátria, a Força Armada tem uma alta missão a cumprir no levantamento moral da Nação. Só desejamos facultar-lhe os meios para que a realize, atendendo-a nas suas justas reclamações e pondo-a em condições de lhe ser tributada pelo País a admiração que em tempos passados nunca lhe foi regateada.

\* \* \*

Finalmente, num país de aspirações messeânicas, devemos declarar que não nos propomos realizar transformações bruscas, sejam de que natureza forem, bem como que, partido de ordem, desejaremos sempre actuar no campo da luta legal. Trabalhando para o Futuro, a nossa acção tem de ser necessariamente ponderada. Como homens de governo, a nossa missão também é restrita. Dela não sairemos.

O ressurgimento de Portugal só pode conseguir-se pelo esforço de todos. Procuraremos fazer frutificar esse esforço, com fé e tenacidade inquebrantáveis. Nada nos fará sair deste caminho e desta orientação.

Sempre lembrados de que Portugal não cabe nas cidades de Lisboa e Porto, e de que, ao lado delas, está a vasta Província, com as suas populações em labuta incessante no trabalho duro dos campos, esperamos, que para o nosso lado venham os homens de boa vontade. Com a ajuda destes e com a severa disciplina que no interesse geral imporemos à nossa organização, estamos convencidos de que, em breve, melhores dias virão à nossa Pátria, restituída à sua grandeza antiga, dentro da fórmula republicana.

15 de Março de 1926.

*A Comissão Organizadora*

FONTE: *A Noite*, 18 de Março 1926, p. 3.

## ANEXO C

### Estatutos da União Liberal Republicana

#### Da Constituição, Fins e Deveres

##### Artigo 1.º

O partido «União Liberal Republicana» (U.L.R.) tem os fins e objectivos consignados no seu programa político e rege-se pelo presente Estatuto.

##### Artigo 2.º

Constituem a U.L.R. as entidades e cidadãos portugueses filiados e inscritos no respectivo registo partidário.

##### Artigo 3.º

As entidades e cidadãos designados no artigo anterior têm por dever:

- 1) Observar o seu Estatuto e os regulamentos que dele derivam;
- 2) Acatar as deliberações dos Congressos e Assembleias partidárias e dos organismos dirigentes, de harmonia com as disposições estatutárias e regulamentares;
- 3) Exercer os cargos para que forem eleitos ou nomeados e cooperarem na acção partidária;
- 4) Contribuir, conforme os seus recursos, para os cofres da «Comissão Administrativa» e das colectividades partidárias a que pertencam.

##### Artigo 4.º

A filiação e a inscrição das entidades ou cidadãos na U.L.R. faz-se perante as «Comissões Políticas» e os «Centros», devendo os respectivos boletins serem enviados à Comissão Executiva para Organização do Registo Geral do Partido.

Parágrafo único. A cada filiado será fornecido, pela Comissão Executiva, um bilhete de identidade.

#### Da Organização Partidária

##### Artigo 5.º

A «Organização Partidária» excepto nas Colónias, é formada pelas seguintes entidades:

- 1) Comissão Executiva.
- 2) Representação Parlamentar.
- 3) Junta Consultiva.
- 4) Comissão Administrativa.
- 5) Comissões de «Círculo Eleitoral».
- 6) Comissões Municipais.
- 7) Comissões Paroquiais.



Parágrafo único. Nas Colónias, até se definir a respectiva organização, a Comissão Executiva providenciará como melhor for julgado para os interesses do Partido.

### **Da Comissão Executiva**

#### **Artigo 6.º**

Dirige a U.L.R. uma «Comissão Executiva» com sede em Lisboa, composta de um Presidente, 5 vogais efectivos e 5 vogais substitutos.

Parágrafo Primeiro. A Comissão Executiva é eleita pelos Congressos.

Parágrafo Segundo. A eleição será por escrutínio secreto e a lista designará, separadamente, o voto para o cargo do Presidente e o relativo aos vogais efectivos e substitutos.

#### **Artigo 7.º**

Compete especialmente ao Presidente da Comissão Executiva:

- a) Velar pelo cumprimento do Estatuto e votos dos Congressos e Assembleias partidárias.
- b) Dirigir os trabalhos da Comissão Executiva.
- c) Representar o Partido e a sua Comissão Executiva, em todos os actos em que devem ser representados, podendo porém delegar essas funções em qualquer membro da Comissão Executiva.
- d) Assumir os poderes do Congresso quando circunstâncias graves e os supremos interesses do partido assim o exijam, devendo, neste caso, ser convocado um congresso extraordinário dentro do mais curto prazo.

Parágrafo único. Na vacatura do Presidente, a Comissão Executiva designará um dos seus membros para exercer esse cargo até à reunião do primeiro Congresso.

#### **Artigo 8.º**

Compete à Comissão Executiva:

- a) Orientar e dirigir a vida partidária.
- b) Definir e orientar a atitude política do Partido.
- c) Indicar às Comissões Políticas, por intermédio das Comissões de Círculo Eleitoral, os nomes dos candidatos a parlamentares do Partido, e os trabalhos eleitorais já realizados a fim de manter a unidade da acção partidária.
- d) Convocar, ou ouvir por escrito, as entidades que formam a Organização partidária, sempre que o julgue necessário aos interesses do Partido.
- e) Elaborar o seu relatório para ser presente aos Congressos.
- f) Resolver os conflitos entre as entidades ou correligionários, sem prejuízo do disposto na alínea 5 do artigo 29.º
- g) Irradiar as entidades ou correligionários que entenda não devam continuar no partido, sem prejuízo do disposto na alínea b) do artigo 29.º
- h) Alterar, em casos urgentes, depois de ouvida a Junta consultiva, o Estatuto, alterações que serão submetidas à resolução definitiva do 1.º Congresso.

- i) Nomear, suspender e demitir o pessoal da Secretaria Geral e Arquivo do Partido.
- j) Elaborar o seu regimento e todos os regulamentos necessários à boa execução do Estatuto.
- k) Assistir, quando o julgue conveniente, a todas as reuniões das entidades que formam a organização partidária

### Da Representação Parlamentar

#### Artigo 9.º

A «Representação Parlamentar» é constituída pelos deputados e senadores, filiados no Partido, e a sua acção política será orientada pela Comissão Executiva.

#### Artigo 10.º

A «Representação Parlamentar», em sessão conjunta com a Comissão Executiva, convocada e presidida pelo Presidente desta, reunirá no começo de cada sessão legislativa, para escolher os *leaders* e *sub-leaders* nas duas Câmaras do Congresso da República.

Parágrafo primeiro. Se o Presidente da Comissão executiva for parlamentar, exercerá, por direito próprio, o cargo de *leader* da Câmara a que pertencer.

Parágrafo segundo. À Junta Parlamentar, que é constituída pelos *leaders* e *sub-leaders* das duas Câmaras, compete:

- a) Comparecer, quando o julgue necessário, às reuniões da Comissão Executiva, a fim de obter as directivas da sua acção política, para o fim consignado na última parte do artigo 9.º
- b) Elaborar o respectivo relatório para ser presente ao Congresso.

### Da Junta Consultiva

#### Artigo 11.º

A Junta consultiva com sede em Lisboa, é constituída:

- 1) Pela Comissão Executiva.
- 2) Pela Comissão Administrativa.
- 3) Pelos ex-vogais efectivos e substitutos da Comissão Executiva.
- 4) Pelos Ministros e ex-Ministros.
- 5) Pela «Representação Parlamentar» e pelos antigos deputados e senadores.
- 6) Pelos Altos Comissários e ex-Altos Comissários, Governadores e ex-Governadores de Província e Distrito e Secretários Provinciais das Colónias.
- 7) Pelos Governadores Cíveis e ex-Governadores Cíveis.
- 8) Pelos Presidentes das Comissões do «Círculo Eleitoral» e pelos presidentes da Comissão Municipal e Paroquial de Lisboa.
- 9) Pelos Presidentes da Direcção dos Centros Partidários.
- 10) Pelos directores dos jornais partidários.
- 11) Pelos Procuradores das Comissões de «Círculo Eleitoral» referidos no artigo 17.º



### Artigo 12.º

A Junta Consultiva reunirá, convocada pelo Presidente da Comissão Executiva, oito dias após o termo dos Congressos, a fim de eleger a sua mesa, que será constituída por um Presidente, um vice-Presidente, dois secretários e dois vice-secretários.

Parágrafo primeiro. A Junta Consultiva, trimestralmente, terá uma reunião ordinária e todas as mais para que for convocada pelo seu Presidente, pelo Presidente da Comissão Executiva, ou a solicitação de pelo menos 25 dos seus membros, dirigida ao Presidente da Junta.

Parágrafo segundo. A Junta Consultiva funcionará legitimamente desde que o número dos presentes, além da mesa, não seja inferior a 25 e as suas resoluções serão tomadas por maioria absoluta de votos dos assistentes.

### Artigo 13.º

Compete à Junta Consultiva:

- 1) Solicitar da Comissão Executiva a convocação de congressos extraordinários, fundamentando a necessidade dessas convocações.
- 2) Dar parecer sobre todos os assuntos em que for consultada pela Comissão Executiva.
- 3) Pedir à Comissão Executiva os esclarecimentos que interessam à vida do Partido.
- 4) Estudar, nas suas reuniões trimestrais, as questões de interesse público e partidário.
- 5) Resolver sobre as questões que lhe forem presentes, nas reuniões para que for convocada.
- 6) Eleger Comissões para o estudo das questões referidas na alínea 4) e para as que lhe forem submetidas.

Parágrafo único. De todas as sessões será lavrada a respectiva acta, da qual será enviada uma cópia à Comissão Executiva.

### Da Comissão Administrativa

### Artigo 14.º

A Comissão Administrativa, com sede em Lisboa, é composta de 5 membros efectivos e 5 substitutos, eleitos pelo Congresso.

Parágrafo único. Na sua primeira reunião, após a eleição, escolherá o Presidente, secretário e tesoureiro.

### Artigo 15.º

Compete à Comissão Administrativa, de acordo com as indicações da Comissão Executiva:

- 1) Administrar o cofre do Partido.
- 2) Arrecadar todas as receitas e pagar todas as despesas.

- 3) Corresponder-se com todas as entidades partidárias com o fim de obter as receitas precisas.
- 4) Elaborar o respectivo relatório e contas da sua gerência, para serem presentes aos Congressos.

### **Das Comissões Políticas**

#### **Artigo 16.º**

Na sede de cada Círculo Eleitoral funcionará uma «Comissão de Círculo Eleitoral», composta dos Presidentes das Comissões Municipais do respectivo círculo.

Parágrafo primeiro. Os presidentes das Comissões Municipais dos Concelhos que não são sedes de círculo, podem delegar a sua representação em correligionários residentes na área do círculo.

#### **Artigo 17.º**

Cada Comissão de Círculo Eleitoral designará um Procurador, com residência permanente em Lisboa, que junto da Comissão Executiva tratará dos assuntos partidários respectivos.

#### **Artigo 18.º**

Compete especialmente à Comissão de Círculo Eleitoral:

- 1) Eleger o seu presidente, secretário e tesoureiro.
- 2) Coordenar e dirigir, de acordo com a Comissão Executiva, a acção eleitoral e partidária na área da sua jurisdição.
- 3) Organizar o registo partidário do Círculo, enviando uma cópia à Comissão Executiva e posteriormente todas as alterações havidas, de conformidade com os boletins de inscrição e filiação, adoptados pela Secretaria Geral.
- 4) Informar acerca da viabilidade das candidaturas que a Comissão Executiva lhe indicar para as eleições de deputados e senadores.
- 5) Nomear e indicar à Comissão Executiva o Procurador a que se refere o artigo 17.º

Parágrafo único. Quando um Distrito administrativo tiver mais de uma comissão de círculo eleitoral, devem manter, entre si, estreitas relações, podendo reunir conjuntamente, a convite de qualquer dos presidentes, a fim de se estabelecer a necessária unidade de acção.

#### **Artigo 19.º**

As Comissões Municipais funcionarão na sede do respectivo concelho e são compostas de três a sete membros efectivos e outros tantos substitutos e são eleitas pelos correligionários residentes no concelho.



Artigo 20.º

Compete especialmente às Comissões Municipais:

- 1) Eleger o seu presidente, secretário e tesoureiro.
- 2) Coordenar e dirigir, de acordo com a Comissão do círculo eleitoral, a acção eleitoral e partidária na área da sua jurisdição.
- 3) Organizar o registo partidário do Concelho, enviando uma cópia à Comissão de círculo eleitoral respectivo e posteriormente todas as alterações havidas, de conformidade com os boletins de inscrição e filiação adoptados pela Secretaria Geral.

Artigo 21.º

As Comissões Paroquiais funcionarão na sede da respectiva freguesia e são compostas de três a cinco membros efectivos e outros tantos substitutos e são eleitas pelos correligionários residentes na freguesia.

Artigo 22.º

Compete especialmente às Comissões Paroquiais:

- 1) Eleger o seu presidente, secretário e tesoureiro.
- 2) Coordenar e dirigir, de acordo com a comissão municipal, a acção eleitoral e partidária na área da sua jurisdição.
- 3) Preparar e promover o respectivo recenseamento eleitoral e o registo partidário, enviando, deste último, uma cópia à Comissão Municipal e, posteriormente, todas as alterações havidas, de conformidade com os boletins de inscrição e filiação adoptados pela Secretaria Geral.

Artigo 23.º

Todas as reclamações ou pretensões de carácter individual ou colectivo de natureza local, dirigidas à Comissão Executiva, devem ser enviadas a esta pela respectiva Comissão do Círculo Eleitoral, que as informará devidamente.

**Dos Congressos**

Artigo 24.º

A soberania partidária reside nos seus Congressos, constituídos de conformidade com as disposições estatutárias.

Artigo 25.º

Os Congressos reunirão, trienalmente, no primeiro trimestre do ano respectivo, convocados pela Comissão Executiva.

Parágrafo único. Poderão realizar-se Congressos extraordinários convocados pelo presidente da Comissão Executiva, ou por esta a solicitação da Junta Consultiva.

Artigo 26.º

No primeiro trimestre de cada ano, em que não tiver reunido o Congresso a que se refere o art. 25.º, reunirá a U.L.R. em Assembleia Partidária, convocada pela Comissão Executiva.

Parágrafo primeiro. As assembleias partidárias têm por fim promover uma intensa solidariedade entre os correligionários e apreciar os factos e acontecimentos políticos que interessem a marcha do Partido em ligação com os interesses da República e do País.

Parágrafo segundo. Nas assembleias partidárias só poderão ser tratados os assuntos para que forem expressamente convocadas.

Artigo 27.º

Os Congressos e Assembleias partidárias consideram-se legitimamente constituídas desde que o número dos presentes não seja inferior a cem.

Parágrafo único. As deliberações são sempre tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes a cada votação.

Artigo 28.º

Os Congressos e Assembleias Partidárias são constituídos:

- 1) Pela Comissão Executiva.
- 2) Pela Representação Parlamentar.
- 3) Pela Junta Consultiva.
- 4) Pela Comissão Administrativa.
- 5) Por três membros de cada Comissão de Círculo Eleitoral.
- 6) Por dois membros de cada Comissão Municipal.
- 7) Por cada membro de cada Comissão Paroquial.
- 8) Por um membro de cada representação partidária nos corpos administrativos: distrital, municipal e paroquial.
- 9) Por um membro de cada corpo redactorial dos jornais e publicações periódicas do Partido.
- 10) Por um membro dos corpos dirigentes de cada Centro, Escola ou Associação do Partido.

Parágrafo único. Os membros a que se referem as alíneas 5 a 10 com residência, ou sede nas ilhas adjacentes ou colónias, podem fazer-se representar por correligionários residentes na Metrópole.

Artigo 29.º

Compete aos Congressos nos termos do artigo 25.º

- 1) Eleger a Comissão Executiva e a Comissão Administrativa.
- 2) Interpretar, modificar ou substituir o programa partidário e o seu Estatuto, de conformidade com o artigo 33.º e seus parágrafos.



- 3) Apreciar e votar quaisquer propostas da iniciativa da Comissão Executiva, ou que lhe sejam apresentadas por qualquer outra entidade partidária ou correligionários.
- 4) Discutir e votar os relatórios das Comissões Executiva e Administrativa, e da Junta Parlamentar.
- 5) Conhecer e julgar definitivamente os conflitos partidários e a irradiação de qualquer entidade ou correligionários, quando a ele recorra.

Artigo 30.º

Compete aos Congressos convocados nos termos do parágrafo único do artigo 25.º: Apreciar e votar somente os assuntos para que foram expressamente convocados.

**Dos Centros, Associações e Escolas**

Artigo 31.º

São considerados Centros, Associações e Escolas da U.L.R. as agremiações constituídas por correligionários, e que, como tais, hajam sido reconhecidas pela Comissão Executiva.

**Dos Jornais e Publicações**

Artigo 32.º

Serão considerados partidários todos os jornais ou publicações regulares que, defendendo as doutrinas do programa partidário, como tal forem reconhecidos pela Comissão Executiva.

**Da Revisão Estatutária**

Artigo 33.º

O Estatuto da U.L.R. só pode ser revisto ou alterado pelos Congressos do Partido.

Parágrafo primeiro. Quaisquer propostas de revisão ou alteração do Estatuto, da autoria quer de entidades partidárias ou de correligionários devem ser enviadas à Comissão Executiva, até 31 de Dezembro do ano anterior à realização dos Congressos a que se refere o art. 25.º, e até à data marcada pela referida Comissão Executiva, quando se trate de Congressos a que se refere o § único do mencionado artigo.

Parágrafo segundo: Logo que sejam recebidas as propostas mencionadas no § anterior, a Comissão Executiva remetê-las-á à Junta Consultiva para esta as estudar e dar o seu parecer, rejeitando-as, modificando-as ou adoptando-as.

Parágrafo terceiro. Nos Congressos terão preferência para discussão e votação, as propostas que tenham obtido parecer favorável da Junta Consultiva.

**Disposições Diversas**

Artigo 34.º

O presente Estatuto elaborado de conformidade com as resoluções tomadas na Assembleia reunida em Lisboa, no Salão do Teatro Nacional em 8 de Março de 1926, entra em vigor no dia em que for publicado no jornal *A Noite*, órgão da U.L.R.

Artigo 35.º

A Comissão executiva até à realização do 1.º Congresso fica assim constituída:

**Presidente:**

FRANCISCO PINTO DA CUNHA LEAL, oficial de Engenharia, antigo Presidente do Ministério, Deputado.

**Vogais efectivos:**

Dr. ALEXANDRE JOSÉ BOTELHO DE VASCONCELOS E SÁ, capitão de mar e guerra Médico, antigo Ministro, Deputado.

JOSÉ MENDES CABEÇADAS, capitão de mar e guerra, antigo Deputado.

Dr. RAUL LELO PORTELA, advogado, antigo Ministro, Deputado.

Dr. JOSÉ DA SILVA RAMOS, médico, provedor da Misericórdia de Lisboa, antigo Deputado.

Dr. VASCO GONÇALVES MARQUES, Advogado, Senador.

**Vogais substitutos:**

RODRIGO ALFREDO PEREIRA DE CASTRO, proprietário, antigo senador.

FERNANDO UTRA MACHADO, oficial do Exército, antigo Ministro.

JOSÉ DE VASCONCELOS DE SOUSA E NAPOLES, proprietário e Deputado.

Dr. ARTUR RIBEIRO LOPES, advogado.

JORGE BOTELHO MONIZ, oficial do Exército, antigo Deputado.

Artigo 36.º

A Comissão Administrativa até à realização do 1.º Congresso fica assim constituída:

**Efectivos:**

CONSTÂNCIO DE OLIVEIRA, funcionário superior da C.M.L., antigo Deputado.

JOAQUIM DOS SANTOS CORREIA, oficial do Exército, antigo secretário provincial de Angola.

DAVID BRANQUINHO, oficial do Exército, antigo Deputado.

ALBANO DE CARVALHO, comerciante.

EUGÉNIO LIMA, funcionário público.

**Substitutos:**

ANDRÉ DE FREITAS, funcionário público, antigo Senador.

ZACARIAS GOMES DE LIMA, proprietário, antigo Deputado.

Dr. JOSÉ MARREIROS, Advogado.

JOSÉ LAGRANGE SILVA, proprietário, antigo Deputado.

MANUEL MENDES, funcionário público.

FONTE: *A Noite*, 21 de Abril 1926, p. 3.



## ANEXO D

### 4.º Congresso do Partido Nacionalista Republicano

(6, 7 e 8 de Março de 1926)

FONTE: *Diário de Notícias* de 7-3-1926, págs. 1 e 4

(CUNHA LEAL) «Agradece ao orador que o antecedeu o ter-lhe proporcionado ensejo de falar neste assunto. Já sabia que alguém do seu partido recortava artigos de um pasquim que para aí se publica, e ele não lê, chamado *Seara Nova*, para formar um «dossier» que traria para ali. Vai responder à Assembleia porque tem para isso um dever moral, e se ela lhe não der razão saberá o caminho que tem a seguir. Pede a todos serenidade, a mesma com que vai falar. E se algum homem de bem, depois de o ouvir, tiver ainda dúvidas, que o interroge porque se sujeita ao seu julgamento. Nem outra coisa pede senão que a Assembleia arme em tribunal, mas ouvindo-o primeiro.

Julga-se no direito, como republicano de desempenhar qualquer cargo público para que se sinta competente. Foi convidado pelo sr. PESTANA JÚNIOR <sup>(1)</sup> para ocupar aquele lugar. Acentua, antes de mais nada que sendo reitor da Universidade de Coimbra, lugar que exerceu sem remuneração alguma e até com sacrifício material, foi dele corrido sem protesto de uma só voz no Parlamento. Respondeu primeiro ao Sr. Pestana Júnior impondo a condição de que os Bancos Ultramarino e de Portugal, bem como o seu partido, concordassem com a sua nomeação. Declarou, porém, depois que das mãos do Sr. PESTANA JÚNIOR não aceitaria aquela nomeação. Este respondeu-lhe que isso não impediria de o nomear.

Lembra o orador um discurso que proferiu na Câmara referente a um decreto que considerou uma violência e diz que a esse discurso foram buscar a acusação que lhe fazem: tinha cometido um acto ignóbil aceitando à sombra desse decreto a sua nomeação.

Ora, o seu discurso foi publicado na folha oficial sem pelo orador ter sido revisto, como lá, segundo a praxe em tais casos, se declara. Por isso, acrescenta, a gramática desse extracto é por vezes inferior à sua. (Risos).

Pois bem: declara que não tem hoje como ontem, de alterar seja o que for ao seu discurso, adrede alterado sim, mas por um tarado da *Seara Nova*, para quem vai todo o seu desprezo.

Noutro discurso por ele proferido também no Parlamento há outras palavras que bem esclarecem o seu caso. O que estranha é que o venham enxovalhar na sua honra dentro do seu próprio partido.

---

<sup>(119)</sup> PESTANA JÚNIOR, advogado, foi deputado às Constituintes de 1911, e reeleito até à revolução Sidonista, regressando à Câmara dos Deputados de 1922 a 1926. Era membro do Partido Republicano Português, acompanhando, mais tarde, a dissidência que levou em 1925 à formação do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Ministro das Finanças do Gabinete de JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS.

Referia-se esse discurso de que também lê algumas passagens, à questão das contas do Estado com o Banco de Portugal, dando razão em tese à atitude do Estado, mas discordando, porém, da forma de se pôr em prática o princípio. Lá afirmou que os Srs. PESTANA JÚNIOR e VITORINO GUIMARÃES <sup>(120)</sup> tinham seguido a negregada política do Sr. ÁLVARO DE CASTRO <sup>(121)</sup> em matéria administrativa.

Conta o que sucedeu depois.

O Banco Nacional Ultramarino reuniu um dia a sua assembleia geral e pediu-lhe a reforma dos estatutos, propondo espontaneamente a sua direcção a nomeação de vários governadores e vice-governadores, devendo ser três deles escolhidos pelo Governo. E assim lho pediu em officio como um especial favor. O Governo aprovou a alteração dos estatutos e esteve um mês ou dois sem nomear os três vice-governadores, até que o Banco insistiu de novo por aquela nomeação.

Pergunta agora à consciência de cada um dos que o ouvem se, com o apoio do seu partido, restaria alguma dúvida sobre o seu direito de aceitar aquela nomeação.

Mas há mais:

Um dia, o Sr. Dr. DOMINGOS PEREIRA <sup>(122)</sup>, a quem presta a sua homenagem, alvitrou em conselho de ministros, que se desse um daqueles lugares ao P.N., declarando que veria com satisfação que este indicasse o nome do orador para ocupar tal cargo. É um grande amigo do Sr. Dr. DOMINGOS PEREIRA, amizade que vem de longe. Uma vez que o orador esteve preso, foi procurado pelo seu amigo que venceu inúmeras dificuldades para lhe poder falar, e por ele avisado de que se projectava um assalto a sua casa, pedindo-lhe então um bilhete para ir buscar a esposa do orador e salvá-la da possível fúria de possíveis assassinos. Não a encontrando em casa, procurou-a por toda a parte até que a encontrou e a pôde tranquilizar.

O Sr. LELO PORTELA interrompendo: — Quem indicou o nome de V. Ex.<sup>a</sup> para esse cargo foi o Directório do seu partido.

O Sr. VASCONCELOS E SÁ — V. Ex.<sup>a</sup> não queria aceitar!

O orador continuando, manifesta a sua maior gratidão ao Sr. Dr. DOMINGOS PEREIRA e pergunta onde estavam naquele momento os seus amigos?

Tem filhos, a quem precisa dar de comer. Não é um ente excepcional que só tenha deveres e que não possa ter direitos.

Uma voz — Mas V. Ex.<sup>a</sup> só aqui foi acusado por um homem!

<sup>(120)</sup> VITORINO GUIMARÃES, coronel da Administração militar e professor, *leader* na Câmara dos Deputados do Partido Republicano de 1911 a 1916. Ministro das Finanças em 1915, 1922 e 1923, nos Gabinetes de JOSÉ DE CASTRO, CUNHA LEAL e ANTÓNIO MARIA DA SILVA. Presidente do Ministério em 1915. Um dos obreiros da reforma financeira e económica do Banco Nacional Ultramarino.

<sup>(121)</sup> ÁLVARO DE CASTRO, official do exército e advogado, Ministro da Justiça no Gabinete AFONSO COSTA, em Janeiro de 1913, Ministro das Finanças do Gabinete AZEVEDO COUTINHO em Dezembro de 1914. *Leader* do Partido Reconstituente, cisão do Partido Democrático ocorrido em 1923. Presidente do Ministério entre 20 e 30-XI-1920 e entre 18-XII-1923 e 6-VII-1924.

<sup>(122)</sup> DOMINGOS PEREIRA, Presidente de Ministérios Democráticos por três vezes de 30-III-1919 a 29-VI-1919, de 21-I-1920 a 8-III-1920 e de 1-VIII-1925 a 17-XIII-1925.



E fazendo um último e triste comentário, continua o Sr. CUNHA LEAL, vai terminar:

«Se os homens públicos têm de ser réus de todas as acusações infundadas que lhes façam não hão-de encontrar entre os seus correligionários a defesa a que têm legítimo direito, para que serve então que exponham a sua vida e os seus interesses na hora própria? Assim não vale a pena ser um homem público! Ah! eu compreendo bem de onde parte essa cabala, movida por répteis que mordem na sombra, seres sem dignidade de que não sabem atacar cara a cara! Venham para aqui, que é a sua obrigação, atacar frente a frente, de cara descoberta! Sou homem para eles, para me bater pela palavra e com os braços se tanto for preciso! (Entusiásticos aplausos. O orador é muito abraçado. Vários congressistas pedem a palavra sobre este incidente).

O Sr. MALDONADO DE FREITAS declara que o Sr. CUNHA LEAL tem de viver dentro da unidade do Partido.

O Sr. ADELINO MENDES: — Estamos a laborar num lamentável erro. Eu não acusei o Sr. CUNHA LEAL ...

O Sr. MALDONADO DE FREITAS: — Em todo o caso V. Ex.<sup>a</sup> prestou-nos um serviço, um bom serviço, um serviço de amigo, porque deu ensejo a esclarecer este assunto. Parece até combinado, embora se tenha a certeza de que não foi.

— O Sr. CUNHA LEAL: Eu já estava prevenido pelo Sr. CARLOS PEREIRA da calúnia que corria pelos cafés a meu respeito. O Sr. FILOMENO DA CÂMARA <sup>(123)</sup> também me afirmou uma vez que o P.N. tinha o dever de marcar sempre a sua posição, todas as posições compatíveis com o mérito dos seus homens. Sou da mesma opinião, e assim o afirmo claramente, alto e bom som.

O Sr. MALDONADO DE FREITAS prossegue: — O Sr. CUNHA LEAL disse que o Sr. Dr. DOMINGOS PEREIRA esperara cinco horas para quando esteve preso lhe prestar o serviço de sossegar a sua família. Pois acredito que também muitos correligionários seus procuraram fazer tudo para lhe ser dada a liberdade. É preciso, Sr. CUNHA LEAL, que saiba que nenhum correligionário abandonou a sua causa. O partido soube sempre em todas as emergências cumprir o seu dever. É preciso que os dirigentes desçam até ao âmago do partido para poderem ter a certeza do seu carinho. — Somos sempre nós, os apaixonados da ideia, que arrastados na mesma onda de exaltação nos esquecemos de que deve haver calma e ponderação.

No partido nacionalista vive a alma portuguesa, com uma fé absoluta nos destinos da Pátria. Não façamos personalismo, para que este todo se conserve uno e firme.

Os partidos só são grandes quando interpretam a vontade da nação e não a de um ou dois homens.

O orador refere-se depois ao 18 de Abril e 19 de Julho, prestando as suas homenagens aos Srs. Comandantes CABEÇADAS e FILOMENO DA CÂMARA. Faz em seguida um

---

<sup>(123)</sup> FILOMENO DA CÂMARA, oficial da armada, revolucionário do fracassado golpe de 18 de Abril de 1925. Veio a ser efêmero Ministro das Finanças, durante a Ditadura Militar, no consulado de GOMES DA COSTA.

elogio caloroso do Sr. CUNHA LEAL apelando para a união do partido, esperando que para se conseguir esse fim diminuam todos os atritos. ...

Cabe agora a vez de falar, para explicações ao Sr. ADELINO MENDES.

Depois de saudar a mesa e o Congresso, diz parecer-lhe que com grave escândalo da assembleia e maior ainda dos marechais do partido Unionista. (Sic).

(Rumores e apartes. Uma voz: nem lhe sabe o nome!)

O orador: tenho a declarar que nunca fui unionista nem receio o barulho! Emendo o engano. O que eu pedi foi apenas um esclarecimento que me disseram se no relatório havia alguma referência à nomeação de um correligionário para desempenhar as funções de vice-governador do Banco Ultramarino. A minha pergunta leal visava a saber se foi o directório que indicou essa nomeação. Queria apurar se depois da campanha na Câmara de Deputados sobre a questão dos bancos o Directório abdicou da doutrina partidária indicando aquela nomeação. O Sr. CUNHA LEAL acudiu precipitadamente à estacada e concluiu a sua explicação, dizendo que tinha filhos e precisava de viver. (Novos protestos e apartes, etc.).

Quando o deixam falar, o orador objecta a isto apenas o seguinte: é que tem conseguido sempre da sua profissão o necessário para viver com honradês sem jamais ter tido de pedir favores aos poderes públicos. Considera aquele acto do directório um atentado aos princípios que regem o partido, porque os princípios nos partidos políticos estão acima de tudo. E os princípios do P.N. são a campanha constante e acérrima ao Partido Democrático. (Voltam os apartes num infernal barulho).

O orador: — O aparte é a eloquência de quem não sabe falar! Devemos combater sempre o Partido Democrático. (Apoiados). No dia em que o P.N. pretender colher o excesso de dividendo que o P.D. distribui aos seus correligionários, o P.N. desaparecerá!

O Sr. COSTA SANTOS: — Seria curioso que V. Ex.<sup>a</sup> dissesse ao Congresso os serviços que tem prestado ao nosso partido.

O orador: — Sêria curioso que V. Ex.<sup>a</sup> me dissesse que espécie de serviços me tem pedido o partido. O partido nem sabe que eu existo, nem precisa de saber, porque eu não ando à volta dos seus marechais a pedir-lhes favores! (Apoiados).

Uma voz: — Isto é só dos engraxadores! Quem trabalha é desprezado!

O orador: — Para viver eu não preciso que me nomeiem vice-governador do Banco Ultramarino!

(Rebenta furiosa pateada. Gritos de: Fóra! Fóra! O Sr. CUNHA LEAL e o Sr. GINES-TAL MACHADO pedem a palavra para explicações. Outras vozes: Fale! Fale! A assembleia está dividida. Uns pateiam desesperadamente, outros aplaudem e berram que se deixe falar o orador.)

O Dr. ADELINO MENDES, por entre o formidável tumulto, pergunta que liberdade é aquela, em que só se consente que uma determinada corrente de opinião se pronuncie?

— Então havemos de pensar todos pela cabeça de meia dúzia de homens que fazem parte do Directório? Não posso sujeitar-me ao absurdo deste dogmatismo. Então porque um homem discorda, acaso ofende alguém? Vozes da esquerda: — Fale! Fale!

(Ninguém se entende. Prossegue o tumulto. Os jornalistas são positivamente escorraçados dos seus lugares, o que provoca também os seus protestos. No meio desta ver-



dadeira barafunda, o Sr. ADELINO MENDES pretende prosseguir, mas por largos momentos é absolutamente impossível ouvi-lo. Alguns congressistas, no mais condenável desprezo por quem está ali a trabalhar para o público e para eles, põem-se de pé sobre a nossa mesa! Há um momento em que os representantes da Imprensa ameaçam abandonar a sala se esta incorrecta atitude se mantém. O presidente deita água na fervura, procurando acalmar os ânimos exaltadíssimos).

O Sr. ADELINO MENDES continua a falar no meio do tumulto, mas ninguém o ouve. A custo percebemos que ele não quer aduzir os seus serviços prestados à República porque não quer que lhos paguem.

— É uma insinuação? Perguntam.

— Não é. Apenas uma declaração, expressa com toda a franqueza, com rudeza, se quiserem.

O orador, concretizando, por último as suas considerações, manda para a mesa a seguinte moção, que provoca o recrudescer em tempestade dos protestos da assembleia:

«O Congresso do P.R.N. considerando que o seu prestígio colectivo sofreu com a nomeação dum seu correligionário para vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, convida o titular desse lugar a abandoná-lo, e passa à ordem do dia».

Por parte do Directório tem a palavra para explicações o Sr. Dr. GINESTAL MACHADO. (Aplausos e vivas à República, ao partido, ao prestígio colectivo, de mistura com alguns morras ao sidonismo).

Começa por afirmar ser um mau serviço que o Congresso presta ao partido e à República o continuar a atitude que assumiu. O incidente que se levantou atinge o Directório, porque foi ele próprio, do que toma inteira responsabilidade, que apresentou uma lista de nomes, entre os quais deveria ser escolhido para o lugar em questão.

Toma também a responsabilidade de ter indicado CUNHA LEAL para esse lugar, mas fê-lo sem contestação de nenhum dos colegas, porque CUNHA LEAL, pela sua competência e o seu carácter, está muito bem nesse lugar.

Calcula que o incidente deva estar liquidado e é tempo de se entrar em trabalho que dignifique o partido e o regime.

(Durante o discurso do Sr. Dr. GINESTAL MACHADO, o Sr. CUNHA LEAL manifestou uma profunda comoção).

O Sr. CUNHA LEAL sobe agora ao estrado. Toda a Assembleia, de pé, o aplaude.

— À política pode dar-se tudo, afirma energicamente o orador, tudo menos a honra. ADELINO MENDES, a sua tarefa está completa! CUNHA LEAL desde este momento deixou de pertencer ao P.N.!

Erguem-se protestos:

— Não! Não! Não cairá! Não pode ser!

O orador: — Ouçam-me! Desde esta hora, sob a minha palavra de honra...

(Novos protestos procurando evitar que o Sr. CUNHA LEAL prossiga).

O orador: — Ouçam-me! Tenho o direito de me fazer ouvir! É o último serviço que presto ao P.N.. Devo ao partido o meu lugar de deputado. Atiro-o à cara de ADELINO MENDES! Renuncio!

(Sensação e novos protestos.)

O orador grita com maior energia: — Se me não querem ouvir saio imediatamente por aquela porta! (Restabelece-se o silêncio). Devo ainda ao P.N. um lugar que tantos engulhos causa a ADELINO MENDES. Não em obediência às suas insinuações, mas porque me foi dado por indicação do P.N., dou-o ao Sr. ADELINO MENDES! E agora uma última coisa, como despedida. PEDRO PITA e TAMAGNINI BARBOSA: vocês conheciam-me! Venceram! Os meus parabéns.

(Rebenta formidável tumulto. O Sr. CUNHA LEAL pretende sair, mas vê-se rodeado de amigos, de pessoas que o abraçam e pretendem retê-lo. O Sr. PEDRO PITA, de pé sobre a mesa da presidência, grita também: — Pelo amor de Deus! CUNHA LEAL não tem razão!)

Vozes: — Vamos embora! Está tudo acabado!

#### 4.º Congresso do Partido Nacionalista Republicano (*Continuação*) (6, 7 e 8 de Março de 1926)

FONTE: *Diário de Notícias* de 8-3-1926, págs. 1 e 2

“Recebido com palmas, usa da palavra o Sr. Dr. JOÃO BACELAR. Referindo-se a boatos que até ele chegaram de que qualquer coisa de grave se preparava, declara que nunca julgou que haveria um correligionário que usasse dos processos que foram adoptados para afastar um valor indiscutível, não compreendendo como quem levantou o incidente, ainda não foi irradiado do partido, nem foi logo posto fóra da sala. (Calorosas palmas).

Estranha que o Sr. ADELINO MENDES pudesse ter usado da palavra e o Sr. CUNHA LEAL se visse forçado a sair.

Vozes: — Saía por que quis!

Outros congressistas dão vivas ao Sr. CUNHA LEAL, e o orador continua insistindo, entre grande agitação, que o Congresso não procedeu como devia, porque a única atitude a seguir deveria ser interromper a sessão e não a reabrir sem terem sido tentadas todas as «démarches» para o Sr. CUNHA LEAL voltar a assistir ao Congresso.

Os congressistas manifestam-se ruidosamente pró e contra esta opinião, enquanto o presidente agita a campanha e o orador tenta continuar as suas considerações!

Uma voz: — Nada de personalismos! Só se fazem aqui insinuações!

Outra voz: — Não vêem que tudo isto são manejos do Partido Democrático?

Serenado o tumulto, o Sr. Dr. JOÃO BACELAR termina o seu discurso afirmando que o Congresso esqueceu lamentavelmente os altos serviços prestados ao partido pelo Sr. CUNHA LEAL. Aludiu à injustiça das palavras do Sr. FILOMENO DA CAMARA, que deveria conhecer melhor do que ninguém o carácter do Sr. CUNHA LEAL.

O Sr. FILOMENO DA CAMARA: — Obrigado pela sua lição, mas não preciso dela.

Terminou fazendo votos para que o Sr. TAMAGNINI BARBOSA, na orientação do partido seja mais feliz do que foi na política partidária, e ainda por que aos que ficam num futuro Congresso não lhes venha a acontecer o mesmo que ao Sr. CUNHA LEAL. Por último apresenta as suas despedidas, porque também ele se afasta do partido.

O Sr. PEDRO PITA expõe as provas de solidariedade partidária dada ao Sr. JOÃO BACELAR, que não tinha o direito de pôr a questão nos termos em que a pôs. Se estava



na disposição de abandonar o partido, desde que safu uma vez não voltasse para ele. (Calorosos aplausos).

Vozes: — Muito bem! Assim é que é!

O orador: — Nunca neguei, nem deixei de conhecer as qualidades do Sr. CUNHA LEAL, mas também nunca ignorei os seus defeitos. (Apoiados e não apoiados).

Vozes: — Só ele é que tem defeitos!

O orador: — Nunca tive dúvidas sobre a honestidade do Sr. CUNHA LEAL. Se os seus defeitos não diminuem o seu valor como homem e como político nem por isso provam que o P.N. sem ele não possa continuar a viver. Explica depois que foram roubados 300 cartões com a sua assinatura e vendidos à porta a cinco escudos cada um. Um deles foi vendido por um oficial do exército, o tenente MARQUES! (Sensação). Por isso, vai propôr que nos próximos Congressos as representações só possam delegar-se em quem possa provar, com o seu cartão de identidade, que está filiado no partido. Por último afirma que nada vale um homem em comparação com uma força que é partidária, que é republicana e sobretudo uma força da Pátria.

Dada a palavra ao Dr. TEÓFILO DUARTE, começa o orador afirmando ter tido conhecimento de que ia ser recebido com pateada e por isso veio, alargando-se em seguida em considerações sobre as suas ideias políticas.

O estado de indisciplina dentro do partido tem sido constante, declara o Sr. TEÓFILO DUARTE, continuando defendendo os seus pontos de vista sobre a eleição dum chefe por sufrágio do partido. Põe acima dos personalismos os princípios, e declara que se não se prestar a CUNHA LEAL a homenagem a que ele tem direito, ir-se-á também embora.

Quando pensava que as sessões corresse com elevação, assistiu ao incidente levantado por um desastrado, para não chamar outra coisa ao Sr. ADELINO MENDES, e não viu, como era justo, o directório em peso levantar-se e colocar-se ao lado do Sr. CUNHA LEAL.

Encontramo-nos num beco sem saída. É preciso saber qual é a atitude do Congresso a este respeito. Entende que o Sr. CUNHA LEAL, depois das explicações que lhe foram dadas, não pode deixar de desistir dos seus propósitos. É preciso dar-lhe uma satisfação proporcional ao insulto que recebeu no Congresso. O Sr. ADELINO MENDES não foi mais do que o intérprete de um certo número de indivíduos que andam pelos cafés a caluniar CUNHA LEAL. Vai propôr uma plataforma para resolver o assunto o que lhe parece razoável.

Qual preferem: a pena de escrever do Sr. ADELINO MENDES ou a espada fulgurante do Sr. CABEÇADAS?

Vozes: — A espada! A espada!

Qual preferem: a competência financeira do Sr. VICENTE FERREIRA e outros ou a minha espada e a do Sr. BOTELHO MONIZ, que já se desembainharam contra os democráticos?

Outras vozes: — Venha a plataforma!

O orador continua a alargar-se em considerações várias, e a respeito de plataforma resume-a propondo que vá o Congresso em peso a casa do Sr. CUNHA LEAL convencê-

-lo a voltar ao P.N., mas como simples soldado, e que para presidente do Directório seja eleito o Sr. PEDRO PITA (Apoiados e não apoiados).

O Sr. PEDRO PITA: — Essa é calva de mais!

O Sr. TAMAGNINI BARBOSA apoia este aparte.

Torna a falar o Sr. MALDONADO DE FREITAS, que discorda do orador antecedente e diz que a proposta do Sr. ADELINO MENDES nem foi posta à discussão.

Entende que o Congresso não tem que ir a casa do Sr. CUNHA LEAL, porque seria desconsiderar a comissão eleita na primeira sessão para resolver o incidente.

(O tumulto é indescritível neste momento, porque os congressistas se manifestam a favor e contra as palavras do orador).

As intrigas dos cafés é que entraram no seio do partido, e essas intrigas deveriam ser esquecidas à entrada do Congresso.

Continua o tumulto e o orador vai prosseguindo no seu discurso, não concordando com a revisão da carta orgânica porque a não acha necessária.

Um congressista requer que a mesa vá com o Directório a casa do Sr. CUNHA LEAL. (Este requerimento perde-se no infernal tumulto da assembleia).

O Sr. BOTELHO MONIZ requer a generalização do debate sobre este assunto muito grave para a vida do partido.

Vozes discordam: — É preciso trabalhar! Quem não é do P.N. que se vá embora!

O Sr. TEÓFILO DUARTE: — Cá está um que estava na cama enquanto eu me batia no Parque Eduardo VII!

Outras vozes: — Ordem do dia! Ordem do dia!

Outra voz: — Calem a boca! Vão fazer rolhas!

(Recrudescer o tumulto. A confusão é enorme).

O Sr. AZEREDO ANTAS, agora na presidência, concorda que se passe à ordem do dia (Apoiados e não apoiados). Põe em seguida à votação o requerimento do Sr. BOTELHO MONIZ.

De todos os lados pedem a palavra.

Um congressista, já rouco, avança para a mesa e diz que é nacionalista há 16 anos (!), que veio do Algarve e quer falar.

O Sr. BOTELHO MONIZ insiste no seu requerimento para generalizar o debate.

Discorda o Sr. TAMAGNINI BARBOSA, que por sua vez requer que ele seja encerrado sobre as palavras do Sr. GINESTAL MACHADO.

Uns aplaudem. Outros pateiam. Tumulato indescritível.

Uma voz: — Querem escangalhar o partido!

Outra voz: — Pois escangalhe-se! Mas todos têm o direito de dizer aqui da sua justiça!

O Sr. TEÓFILO DUARTE, no meio de infernal barulho, também formula um requerimento: Que os requerimentos dos Srs. MONIZ e T. BARBOSA fiquem considerados sem efeito.

Para restabelecer o silêncio, o presidente dá murros em cima da mesa. Cruzam-se violentos apartes. Os ânimos estão exaltadíssimos.



O Sr. TEÓFILO DUARTE insiste por que os dois requerimentos sejam postos fóra da discussão. O assunto está arrumado...

— Requeiro mais uma vez que a minha proposta de há pouco...

(Novos protestos. O orador não pode continuar).

É posto à votação o requerimento do Sr. BOTELHO MONIZ sobre a generalização do debate.

A votação é feita por braços erguidos. Estabelece-se confusão sobre o seu resultado. Rompe furiosa pateada.

Um viva irónico aclama a união do partido!

Vozes: — Trabalhos! Trabalhos! Ordem do dia!

Há murros na mesa da presidência, rodeada de congressistas que protestam a seu modo. Tudo berra. De todos os lados surgem oradores a fazer discursos de que ninguém percebe palavra.

O Sr. TEÓFILO DUARTE: — Fala o irmão do comandante CABEÇADAS!

— Não fala nada! Não fala nada!

Como uma «scie», um congressista grita sem interrupção:

— Ordem do dia! Ordem do dia! Ordem do dia! etc.

A mesa manda dizer aos jornalistas que foi rejeitado o requerimento do Sr. BOTELHO MONIZ.

Este, porém, consegue que a votação do seu requerimento seja submetida à contra-prova.

É rejeitado, com violentos protestos dos que aprovaram. Destes, os que estão mais próximo da mesa da Imprensa desataram à bengalada sobre ela com grande pânico dos jornalistas.

Há um jornalista que ainda pede a... recontraprova! (sic).

O Sr. BOTELHO MONIZ volta a falar, declarando que o não faz em seu nome pessoal, mas em nome de todos os amigos do Sr. CUNHA LEAL.

O Sr. TEÓFILO DUARTE increpa-o, perguntando-lhe quem o incumbira daquela missão e afirmando que os amigos de CUNHA LEAL não saiam.

Continuando, o Sr. BOTELHO MONIZ afirma que não deseja cisões, mas sim a união do partido.

Pede que o não interrompam com apoiados ou não apoiados porque as suas palavras são gravíssimas. O Sr. PEDRO PITA afirmou que tinham sido roubados 300 bilhetes de congressistas. Se assim é, o Congresso funciona ilegalmente.

Sobre esta história dos bilhetes roubados levanta-se grande borborinho, que se prolonga por bastante tempo.

Serenado o tumulto o Sr. BOTELHO MONIZ continua falando, em nome de alguns amigos do Sr. CUNHA LEAL, repetindo a afirmação de que o Congresso está funcionando irregularmente.

Aumenta o barulho e junto da mesa da presidência agitam-se alguns partidários do Sr. CUNHA LEAL, em atitude hostil.

Um deles afirma que enquanto não puder falar, ninguém mais falará ali.

Não há palavras que possam descrever o tumulto que se levanta a cada nova tentativa do Sr. BOTELHO MONIZ para falar.

Uma voz comenta, conseguindo dominar o barulho: — E é com partidos assim que a República há-de viver!

Serenos, por dever do ofício, estão apenas os jornalistas. Mas por pouco tempo assim podem manter-se.

O Sr. TAMAGNINI BARBOSA pede silêncio para que o Sr. BOTELHO MONIZ possa falar.

O Sr. MANUEL DA SILVA SIMPLÍCIO, interrompendo: — Silêncio, que manda o patrão!

Aqui ardeu Tróia. Avançam congressistas da esquerda em atitude agressiva sobre os da direita, alguns erguendo as cadeiras no ar. A mesa da Imprensa anda numa dança. Sobre os jornalistas caem por tabela alguns murros, o que os obriga a uma legítima e inérgica defesa, tomando logo a única atitude de protesto possível — abandonar a sala. Assim o fazem, mas são procurados pelo Sr. Dr. GINESTAL MACHADO, que lhes dá todas as satisfações e lhes pede o seu regresso.

Obedecendo, como lhes cumpria, são recebidos com uma vibrante salva de palmas e vivas à imprensa.

Tem a palavra o Sr. TAMAGNINI BARBOSA.

Principia o seu discurso por saudar a imprensa, pedindo aos seus representantes que não considerem como voluntários quaisquer desacatos sofridos, dizendo interpretar o sentir de todos os congressistas prestando-lhes as suas mais calorosas e sinceras homenagens. (Calorosas palmas).

Agradecendo o regresso dos jornalistas, começou as suas considerações por se referir às palavras do Sr. Dr. JOÃO BACELAR, afirmando que não lhe pesa na consciência a prática de qualquer acto digno de censura. Presta a sua rendida homenagem à memória de SIDONIO PAIS (muitas palmas), afirmando que não repudia um só dos seus actos como político e torna essa homenagem extensiva aos monárquicos que confiadamente aderiram. Relembra ter sido ele quem dominou o movimento de Monsanto e da monarquia do Norte, dizendo que bastava apenas esse acto para fazer esquecer qualquer erro que tivesse cometido.

Elogia o Sr. capitão CAMEIRA, que apesar de vencido nos seus pontos de vista, contudo conservou-se no agrupamento a que pertence porque a maioria assim o determinou. (O Congresso aplaudiu calorosamente o Sr. capitão CAMEIRA, que manifestava uma enorme comoção).

Refere-se a BOTELHO MONIZ e TEÓFILO DUARTE, esperando que eles não se afastem porque o partido muito tem a esperar do seu valor e da sua lealdade.

Aquele dos congressistas que apodou de patrão o Sr. TAMAGNINI BARBOSA pede licença para o interromper, ao que este responde: «Não dou licença nenhuma!»

Ouvem-se vozes: — Ponham-no lá fora!

Serenados os ânimos o orador prossegue:

— Neguei a licença que me pediam porque quem me pediu foi incorrecto para comigo.

Há pouco, quando dali falava, solicitando atenção para que o Sr. BOTELHO MONIZ pudesse dizer da sua justiça...



O Sr. MANUEL DA SILVA SIMPLÍCIO pretende interromper de novo, e rebenta grave tumulto em que de novo também se vêem envolvidos os jornalistas, visto que uma onda de congressistas exaltados avança de roldão para pôr na rua o interruptor do Sr. TAMAGNINI. Tinteiros e frascos de goma entornam-se-nos sobre o fato. Há murros, bengaladas, cadeiras erguidas, increpações insultuosas... O Sr. MANUEL DA SILVA SIMPLÍCIO é agredido e posto na rua, depois de ter rebolado pelo chão sob os socos e pontapés dos que o empurraram, defendendo-se como pôde e retribuindo com valentia a agressão.

O Sr. TEÓFILO DUARTE, de pé sobre uma cadeira, grita como um possesso: — Querem pancada, hão-de tê-la!

Os jornalistas resolvem de novo abandonar a sala. É impossível trabalhar assim. A intervenção dos Srs. TAMAGNINI BARBOSA e GINESTAL MACHADO, por quem todos temos a maior consideração, mais uma vez nos faz desistir deste propósito. Posta em ordem com grande custo, a papelada dispersa e confundida, vai voltar-se ao trabalho.

Uma voz reclama aflitivamente um médico para um congressista que está com uma perna partida, consequência da balbúrdia. Não pudémos averiguar o nome desse congressista nem o destino que lhe deram.

Mais uma vez o Sr. TAMAGNINI BARBOSA agradece a atitude da imprensa, que apesar de enxovalhada, continua exercendo, com profundo sacrifício, a sua nobilíssima missão.

Entrando propriamente na discussão do relatório, começa por se referir ao problema das estradas, fazendo votos por que o empréstimo obtido seja inteiramente consagrado ao melhoramento das nossas estradas.

Nessa altura, à entrada do Sr. comandante CABEÇADAS, produziu-se uma prolongada manifestação de apreço, sendo o homenageado conduzido junto da presidência, de onde agradece as palavras com que o receberam. Muito comovido, o Sr. CABEÇADAS exclama que o homem que maiores serviços tem prestado ao partido foi desconsiderado e o Congresso não o desagravou.

Não acredita na sinceridade da comissão que foi procurar o Sr. CUNHA LEAL. Quem deve ir a casa dele é o Congresso em peso, porque CUNHA LEAL é indispensável ao partido.

Vozes: — Abatam bandeiras!

O Sr. LELO PORTELA pede também a todos os congressistas que o acompanhem a casa do Sr. Cunha Leal.

Secunda-o o Sr. VASCONCELOS E SÁ.

Vozes: — Apoiado! Apoiado!

Outras vozes: — Não apoiado!

(Aplausos e pateada).

Saem alguns. Os que ficam, ironicamente, de pé sobre as cadeiras, acenam com lenços para os que partem, dos quais, muitos, por sua vez, já da porta, lhes respondem com um gesto pouco decente, da heráldica franciscana!

Há vivas ao P.N. e ao Dr. PEDRO PITA.

Vozes: — Não fazem cá falta! Deixá-los ir!

Verifica-se que ficaram ainda na sala grande número de congressistas.

O Sr. FRANCISCO CRUZ: — Eu quero saudar a comissão que foi a casa do Sr. CUNHA LEAL. São homens honrados que sabem cumprir o seu dever! (Apoiados calorosos).

O Sr. TAMAGNINI BARBOSA, serenados os ânimos, continua a apreciar largamente o relatório do Directório, sobretudo na parte que se refere à necessidade de resolver os problemas das estradas, da nossa organização militar, da fiscalização da pesca, dando o seu voto às soluções que a esses problemas dá o Directório.

Termina com vivas a Portugal, à República e ao P.N., que são entusiasticamente correspondidos.

O Sr. GINESTAL MACHADO, recebido com uma grandiosa manifestação de simpatia, falando em nome da comissão organizadora do Congresso, esclarece o caso dos bilhetes de admissão roubados, que foram cerca de 270.

Na véspera do Congresso, à 1 hora da noite, quando, vindo de Santarém, chegava à sede do Directório soube do roubo dos bilhetes. Felizmente os ladrões são sempre imprevidentes, já o disse Lombroso, e não se lembraram que os bilhetes precisavam ter a assinatura do Sr. PEDRO PITA.

Não a tinham, e nem todos, também, a rubrica do Sr. PORTELA. A propósito, verificado que ele está do outro lado, porque já se pode falar em adversários, dentro do partido, afasta dele a menor suspeita porque honrado. Quem está presente trouxe bilhete verdadeiro. Os portadores de bilhetes falsos não puderam ali entrar.

E conclui:

— Meus senhores, vamos trabalhar pelo partido nacionalista. (Aplausos).

O Sr. EURICO CAMEIRA agradece as saudações que lhe fizeram e pede que o não interrompam. A todos declara que quando foi um dos maiores elementos que contribuiu para a união dos presidencialistas aos nacionalistas, fê-lo com a convicção de que ingressava num partido de ordem e não num partido de desordem. Não sabe se poderá continuar a servi-lo. Recorda que o seu programa era a guerra sem tréguas ao Partido Democrático e a reorganização da República. Evoca as figuras dos mártires de 19 de Outubro. Afirma que não odeia ninguém e serve a Pátria como pode e como lhe deixam. Explica, em largas considerações, os motivos que levaram à junção partidária de sidonistas e nacionalistas, protesta contra as discussões de «pontapés de burro», que para ele não servem, repudia as acusações de traidor, porque nunca atraíçoou ninguém, e explica que permitiu a inclusão do seu nome na lista da oposição por concordar, segundo as suas velhas ideias políticas, com a eleição do presidente do Directório por sufrágio directo do partido.

O Sr. CUNHA LEAL acaba de cair. O seu dever é ir para junto dele, e é o que vai fazer. Só deve ao P.N. favores de ordem moral, mas deve a seus filhos a honradez do seu nome que quer manter impoluta. Por isso se despede de todos com saudade, e parte. Tinha posto a condição de que a corrente que fosse vencida se subordinaria à vencedora. Não quer dizer se concorda ou não com o gesto da pessoa que chefiou aquela corrente. Cafú, segui-lo-á.

(A noite aproxima-se e é já com dificuldade que se trabalha na semi-obscuridade da sala).



O Sr. GINESTAL MACHADO, voltando a falar, confirma as declarações do Sr. Cameira no tocante ao ingresso dos presidencialistas. O Sr. CAMEIRA está em presença do Congresso que é soberano nas suas deliberações.

Não atraíçoa os seus princípios, pois que logo de começo os defendeu, acatando aquelas decisões. Respeita a doutrina do orador, que é contrária à sua, mas sobre ela ainda nada se discutiu. Afinal não cafu ninguém. Houve, sim, quem abandonasse o partido, mas por uma questão pessoal. O Sr. CAMEIRA não pode, pois, abandonar um partido de que não tem um único agravo. Pede-lhe que pense e considere algumas horas de reflexão, ao menos, antes de definitivamente se pronunciar. O Congresso deu todas as explicações, significou a sua consideração a quem devia significá-la. (Muitos aplausos).

O Sr. EURICO CAMEIRA promete que antes de terminar o Congresso dirá a sua última palavra sobre a sua resolução e agradece as manifestações de que foi alvo.

Fala ainda o Sr. JANUÁRIO BAPTISTA, protestando contra o tempo que se tem perdido a tratar de um assunto banal e apreciando também o relatório principalmente na parte em que se refere à questão colonial, a mais importante de todas e que deve interessar a toda a gente. Diz que a questão do Banco de Angola e Metrópole se prende com o banco emissor, que violentamente ataca. Sobre a questão dos tabacos pronuncia-se contra a «regie», defendendo o monopólio, e pedindo que o Congresso a discuta. Conclui mandando para a mesa uma moção de aprovação ao relatório e dando um voto de confiança à acção do grupo parlamentar.

O relatório é aprovado por aclamação.

O Sr. ANTÓNIO LOPES propõe a nomeação de uma comissão de cinco membros para levar a efeito a criação de um jornal partidário.

Apesar do adiantado da hora fala ainda o Sr. ABOIM INGLEZ. Reclama que se oriente o grupo parlamentar do partido. A questão dos tabacos é de muito difícil resolução. É pela liberdade do trabalho. A administração do Estado foi péssima na «régie», como tem sido em muitas outras coisas. Se viesse a «régie» seria uma avalanche de novos empregados públicos. Defendo portanto a liberdade de indústria condicionada, aduzindo largos argumentos a seu favor.

O Sr. Dr. GINESTAL MACHADO agradece a prova de confiança que o Congresso deu ao Directório e lembra que o relatório aprovado alvitava que uma comissão fosse convidar a ingressar no partido os Srs. Dr. FERREIRA DE MIRA, FERREIRA DA ROCHA e Dr. MOURA PINTO. Esse alvitre é já um voto do Congresso. Presta-lhes homenagem e propõe que se nomeie essa comissão. Assim se faz, nomeando-se por aclamação todos os presidentes das sessões do Congresso, para assim dar maior solenidade a esse convite.

A mesa reclama silêncio para se anunciar o resultado da votação do novo Directório, que foi a seguinte:

Lista vencedora — Efectivos: GINESTAL MACHADO, 946 votos; ABOIM INGLÊS, 898; LOPES CARDOSO, 885; FILOMENO DA CÂMARA, 928; TAMAGNINI BARBOSA, 928; JÚLIO DANTAS, 892; PEDRO PITA, 879.

Substitutos: ALBERTO JORDÃO COSTA, 911 votos; ANTÓNIO A. DE OLIVEIRA JÚNIOR, 908; BELCHIOR DE FIGUEIREDO, 915; JOAQUIM MENDES DO AMARAL, 910; JOSÉ FELICIANO DA COSTA, 898; JOSÉ MARQUES LOUREIRO, 912; MELO E SIMAS, 908.

Lista vencida — Efectivos: Dr. AFONSO DE MELO, 489 votos; LADISLAU PARREIRA, 474; VICENTE FERREIRA, 506; MENDES CABEÇADAS, 522; SILVA RAMOS, 454; BARROS QUEIRÓS, 489; Dr. VASCO MARQUES, 424.

Substitutos: Dr. ABÍLIO MOURÃO, 468 votos; Dr. CASTRO E LEMOS, 495; Dr. ALFEU DA CRUZ, 489; Coronel PIRES LEITÃO, 492; ARTUR BRANDÃO, 487; Dr. PALMA MIRA, 487; JOÃO FERREIRA COSTA JÚNIOR, 437.

Entraram nas urnas 1600 listas.

O Sr. Dr. GINESTAL MACHADO declara aceitar o cargo para que foi eleito e que continuará a empregar todos os seus esforços para que desapareçam as desinteligências ali manifestadas e se mantenha inalterável a unidade do partido.”

## ANEXO E

### Sessão Constituinte da U.L.R. (8 de Março de 1926)

FONTE: *Distrito da Guarda*, 20-3-1926, pág. 3

«Uma grande ovação se faz ouvir quando, por fim, o Sr. CUNHA LEAL, avançou para usar da palavra.

Feito silêncio, o orador diz que vai tratar, antes de mais nada, das pequenas misérias que só lhe deram a consolação de estar ali, naquele momento, rodeado de tantos e tão bons amigos.

À sua volta de Paris veio encontrar répteis e tigres no seu Partido, disposto a bulir na sua vida, na sua honra e na sua posição política. Pediram-lhe que fosse o *leader* do Partido. Recusou, alegando que precisava de orientar-se. Insistiram, brandindo na sombra o punhal com que pensavam liquidá-lo, abraçaram-no, chamavam-lhe a atenção para os sacrifícios partidários. Acedendo às hipócritas solicitações que lhe foram feitas, acedeu, por fim, a ser o cego tradutor das vontades superiores do P.N.. Nunca mais, ao contrário do que lhe tinham prometido, os seus colegas lhe deram orientação alguma, para terem a faculdade de dizer em qualquer altura que ele não representava verdadeiramente a opinião partidária. A esta tentativa correspondia também o desejo de o conservarem exposto a todos os ataques e a todas as injúrias. Os acontecimentos políticos desenrolaram-se e veio então o facto mais grave que se tem dado na vida da República — o do Angola e Metrópole — que não é um simples caso de notas falsas, mas sim um conchavo de graves consequências internacionais. O Angola e Metrópole tinha dado subvenções e feito financiamentos a torto e a direito, não se sabendo até onde iam as complicitades e até onde se estendia o crime. A frouxidão das investigações enervava toda a gente. E quando apareceu o Governo a pedir ao Parlamento que não lhe criasse dificuldades para poder ordenar investigações rápidas e proveitosas, ele, julgando interpretar o



verdadeiro sentir do Partido, que devia ser o de todos os portugueses, declarou não lhe fazer oposição até que as culpas estivessem apuradas.

— Contudo, fiz isto de graça. Era como eu julgava, o meu dever de português. Não me vendi. (Apoiados).

O Sr. CUNHA LEAL continuando, não quis fazer quaisquer reparos a estes apartes, dizendo apenas que tem sido «bota-abaixo» dos governos por imposição do P.N., enquanto alguns correligionários se têm aproveitado habilmente das benesses colhidas por esta atitude. Muitas vezes trabalhou «à contre-coeur» e nestes casos, porque os partidos não se fizeram para deitar sistematicamente os governos a terra. Mas a vontade do partido impunha-lhe essa obrigação, e ele, como soldado disciplinado, limitava-se a seguir as suas indicações, muito embora não concordasse com tais gestos. Acusa o Sr. Pedro Pita de querer defender os interesses dos esquerdistas. Fez isso de parceria com o Sr. MALDONADO DE FREITAS, quando a verdade é que a situação do P.N., devido ao ódio imbecil do Sr. TEIXEIRA GOMES, não era susceptível de lhes dar o poder. O que deve fazer um partido que se encontra nestas condições excepcionais?

Aproveitar a situação para benefícios eleitorais, não derrubando governos sem finalidade prática de nenhuma espécie. Derrubou-se, de facto, o governo do Sr. ANTÓNIO MARIA DA SILVA. Mas o que ganhou com isso o partido? O resultado prático de trazer à Câmara 30 deputados, quando podia trazer 50. Quando foi da queda do governo JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS, ele lá estava naquela barricada da opinião partidária, exposto aos tiros e bombas da canalha que estava nas galerias, e vendo-se obrigado a dizer ao Sr. José DOMINGUES DOS SANTOS que lhe despejaria na cabeça o seu carregador, se caísse uma bomba na sala. (Vibrantes aplausos).

As lágrimas e «rictus» contorcidos dos seus «amigos» não o enganaram e a prova é que, tal como os seus mais pessoais adversários, foram às vielas buscar a escumalha que lhe atirasse lama à cara. Um homem exposto a estes vilipendios, não! Se a política quer proceder assim, então fugirá para sempre da política. Os políticos é que não podem estar à mercê destas vicissitudes fatais, andando constantemente em perigos tremendos (Aplausos).

Fala claro, como é seu hábito. Acusa TAMAGNINI BARBOSA de ter defendido há pouco tempo aquela política que ele nunca quis fazer, e desafia-o a que intervenha em debates políticos, na Câmara, contra o partido democrático. Tem, porém, a certeza de que ele não passará das reclamações sobre estradas e outras deste género. O Sr. TAMAGNINI BARBOSA é cuidadoso, enquanto ele, orador, é a espontaneidade contra o cálculo. Os outros não atacaram os democráticos, porque não quiseram ou porque tiveram medo. Depois é que começou a intriga.

O Sr. CUNHA LEAL, cujo veemente discurso foi entrecortado frequentemente por aplausos ruidosos, disse depois o que foi a reunião dos parlamentares do P.N. em que se tratou da questão de derrubar o Governo. Não quis dar o desempate, antevendo consequências perigosas para o partido, na resolução tomada. Ele foi dado, por fim, pelo Sr. Maldonado de Freitas, e tal resolução deu logo em resultado a saída dos Srs. MOURA PINTO, FERREIRA DE MIRA e FERREIRA DA ROCHA, cujo elogio fez. O pobre chefe do Directório não tem mais do que a consideração pessoal de cada um. Refere as intrigas

feitas à volta do seu nome com a presidência do Directório, pelos cafés. Fizeram uma fácil e nojenta intriga com a sua nomeação para vice governador do B.N.U., como se ele precisasse dos favores dum partido para a conquista dum lugar que é capaz de desempenhar. Ainda de manhã fora pedir a demissão desse lugar, e teve o prazer de verificar que todos os seus colegas punham à sua disposição todos os lugares. O governador do Banco e o Sr. CONDE DE MONTE-REAL lembraram até a hipótese de fazer reunir a assembleia geral para que ele fosse eleito pelos accionistas. O Sr. AGATÃO LANÇA queria sair para ele ficar, dando-lhe maiores provas de estima e consideração. Atacou depois o sr. ADELINO MENDES com veementes palavras de protesto contra a sua attitude, dizendo que tem apenas o legítimo interesse de zelar pelo futuro dos seus filhos, que lhe merecem mais amor e carinho do que a própria vida.

Fez depois algumas referências sobre a carreira política do Sr. TAMAGNINI BARBOSA, citando alguns factos ocorridos durante o período do sidonismo, que foram confirmados pelo Sr. Dr. JOÃO PINHEIRAIS, que se encontrava presente. Passando às coisas práticas disse que os homens que ali estão, devem fazer a reforma do P.N.. A política é uma ciência para ser dirigida pelos políticos, mas com a estreita colaboração das classes e dos competentes. É este o bom programa, com o qual não concorda o actual parlamentarista Sr. TAMAGNINI BARBOSA. O partido não pode querer desconhecer a questão religiosa, que é um factor importantíssimo do problema social. (Aplausos).

A mentalidade do Estado não pode pôr de parte esta força social. A maioria dos portugueses é católica, apesar da neutralidade do Estado, devendo haver a maior cautela no escrúpulo com que tal neutralidade se deve manter. O novo partido fará com que se respeite e proteja o catolicismo português, não seria preciso nem prudente contestar o direito da hierarquia religiosa na compra de propriedades.

Não quer a igreja portuguesa mas sim a igreja universal, de que o maior representante é o Papa, e que seguramente se opõe ao misticismo oriental, que sem esta barragem poderia trazer ao ocidente as mais trágicas e inesperadas consequências. (Longos aplausos).

Sobre o problema colonial, entende que não se deve ser contra os altos commissarios, mas fiscalizar devidamente as subvenções do Estado e a autonomia colonial. Actualmente, as nossas colónias são objecto de larga cobiça, e é preciso transformá-las em elementos de progresso e de civilização, para assim a ambição estrangeira não poder continuar a olhá-las em nosso desprestígio.

A nossa situação financeira tende a um rápido desafogo, não devendo as nossas colónias contrair, neste momento qualquer empréstimo no estrangeiro sem que o Estado saiba de onde vem esse dinheiro. Portugal tem de ocorrer aos seus «deficits», e, se devemos ir para a liberdade da indústria do tabaco, também é preciso procurar rendimentos para auxiliar as colónias a fazer o equilíbrio do orçamento, com a estabilização da moeda.

Com a estabilização e recursos ao ouro, tornar-se-há em controvertível a moeda incontrovertível. A tributação directa é exagerada, devendo ser remodelada a legislação fiscal. É preciso pregar o programa da economia, da moralidade e da justiça. Estão fixados também os pontos de vista sobre as questões das estradas, finanças, revisão consti-



tucional e todos os problemas sociais. A República ainda não fez a compressão das despesas, sendo preciso fazer a remodelação dos corpos administrativos. Só este programa os levará ao poder, e não-de lá chegar. Quer o Exército e a Marinha dignificados, acabando neles a política e pagando-se honradamente aos oficiais. Actualmente, o Exército é um pretexto para consumir dinheiro e fazer revoluções. É preciso dignificá-lo, torná-lo útil ao País. Uma comissão constituída pelos indivíduos que faziam parte da sua lista para o Directório, organizará o novo partido que tirará ao P.N. todos os melhores elementos, que devem estar ao lado dos dissidentes. Irá duas vezes por mês a todos os pontos do país onde o chamem. (Apoiados). Acusam-no de pouca consistência, mas não-de verificar o facto de que ele levantará o País (ruidosos aplausos), e que para o levantar e arrastar atrás de si não precisará de intrigas, como o Sr. MALDONADO DE FREITAS. Disse tudo dum modo geral e promete pôr tudo o que tem ao serviço do novo partido. Estava disposto a obedecer a qualquer chefe, fosse ele o Sr. TAMAGNINI, o Sr. PITA ou o Sr. MALDONADO (Risos). Fez, por fim, o elogio de todos os seus companheiros, propondo que todos vão em automóveis, a casa do Sr. Dr. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, apresentar-lhe saudações.

Esta proposta foi aprovada com estrepitosos aplausos, encerrando-se seguidamente a sessão com vivas à Pátria, à República, a CUNHA LEAL, etc.»

## ANEXO F

### Carta de Cunha Leal a Mendes Cabeçadas

FONTE: *A Noite*, de 17-6-1926, pág. 1

«Meu caro CABEÇADAS

«Lisboa, 17-6-926 (às 12 horas)

«Como vencedor, o senhor não me interessava; mas, como vencido, ou prestes a sê-lo, interessa-me sobremaneira.

«A calúnia, que rasteja sempre nesta Terra, fez de mim o seu inspirador político nestes últimos tempos.

«Melhor do que ninguém sabe o CABEÇADAS que isto não é verdade e que, pelo contrário, discordei de quase todos os seus actos políticos e da sua timidez em se acercar de antigos amigos que, com certeza, se fossem ouvidos, se esqueceriam dos seus interesses partidários para só se lembrarem dos interesses da Pátria e da República, servidos por si.

«Sucede porém, que, neste momento, pretendem, meu caro CABEÇADAS, alijá-lo pela violência. E, instintivamente, sinto que a si está agarrada qualquer coisa da própria República.

«Menos do que a inteligência fala em mim o instinto. Como republicano, tenho, pois, o dever de o aconselhar, agora e publicamente.

«O Senhor não tem o direito de se deixar vencer e prender como qualquer pobre diabo.

«O senhor é o portador duma Ideia, e se as Ideias são de uma tirania devoradora e exigente.

«Se se encontrar sózinho — e só se encontrará se o quiser — ainda assim o seu dever é resistir.

«Que o sintam todos os republicanos que, porventura, o deixarem abandonado.

«Só assim o CABEÇADAS passará a ser um símbolo.

«Por que lhe dou este conselho, venho oferecer-me para ficar a seu lado até ao fim.

«Fui capitão do Exército Português, mas hoje já não sei, nem quero, comandar soldados.

«Sei, em todo o caso, ser um soldado, e um soldado que não desertará do seu posto, mercê de Deus.

«Utilize esse soldado.

«É meu direito pedir-lho e é seu dever aceitá-lo.

«Sei que não triunfa, mas descanse, que, se vencer, nada lhe pedirei.

«Mande as suas ordens para o jornal *A Noite* até à tarde. E, durante a noite, dê-me as suas ordens para o Avenida Palace, aonde os esbirros do Sr. FILOMENO DA CÂMARA me poderão encontrar, se o CABEÇADAS não quiser utilizar os meus serviços.

«Abraça-o, eternecidamente, o seu

«muito amigo e obrigado

*Cunha Leal*

«P.S. — vou publicar esta carta. — C.L.»

## ANEXO G

### Conferência «Aspiração a um Portugal maior» (5-7-1926)

FONTE: *A Noite*, de 5-7-1926, págs. 4 e 5.

«O que vou narrar é o resumo do que nos conta Balzac no seu admirável livro — *La Peau de Chagrin*.

«Desesperado, perdido, antes de se resolver ao suicídio, um rapaz entra, maquinalmente, na loja dum antiquário. Pelos seus olhos vão perpassando, num deslumbramento, as maravilhas acumuladas nos armazéns. Em certo momento, diante do retrato de Jesus Cristo, pintado pelo divino Rafael, a confissão do seu desespero escapa-se-lhe dos lábios, como uma avezinha a fugir da gaiola.

«O velho antiquário, «com seus olhos verdes, cheios de não sei que malícia calma», ia adivinhando os movimentos secretos da alma desse quase moribundo. E, desvendado o seu segredo, leva-o diante dum pedaço de *chagrin*, que, estampado num muro, não excedia as dimensões duma pele de raposa.

«Sobre a pele de *chagrin* estavam incrustados, juntamente com o selo de Salomão, caracteres em sânscrito, que diziam assim:

«A minha posse significa para ti a posse de tudo. Mas a tua vida ficará sendo pertença minha. Esta é a vontade de Deus. Concebe um desejo e os teus desejos serão cumpridos. Regula, porém, os teus apetites segundo a duração da tua vida. Esta dentro de mim fica existindo. Cada desejo teu diminuir-me-á e



encurtar-te-á a existência. Queres-me assim? Toma-me como sou. Deus te exaltará. Assim seja.»

«O velho antiquário ofereceu, ironicamente, ao moço desesperado aquela «pele, semelhante pela sua flexibilidade a uma delgada folha de metal». A personagem balzaquiana aceitou a oferta e, de posse do talismã, aventurou-se a desejos imoderados. Conheceram então os seus sentidos um mundo deslumbrador, cheio de encantos, ora suaves, ora irritantes. Mas, inflexivelmente, a cada desejo satisfeito, a pele de chagrin ia diminuindo de tamanho.

«Ora, um dia, o possuidor do maravilhoso tesouro começou a assustar-se. Malbaratar a seu querer. Desejara o que não deveria desejar. Amara o que não deveria amar. A vida ia-lhe fugindo tanto mais velozmente quanto mais acelerada era a cavalcada das sensações e dos sentimentos satisfeitos. E, então, deu em entrar-lhe na alma o desespero. Para que se não lhe escapasse a vida, quis impor ao coração que não amasse, ao cérebro que não imaginasse, aos nervos que não vibrassem. Debalde! E, infelizmente a pele de *chagrin* não cessava de decrescer...

«Santo Deus, que desespero!

«Em dado momento, a pele já era tamanhinha como a palma duma das suas mãos. Alguém insultou o nosso homem. Desejou matar o adversário, e o adversário morreu. Agora já quase se não lobiava a pele de chagrin. Até que, num último desejo, provocado pela amante sensualmente bela, o nosso pobre herói perde a vida agora tão querida.

«O Exército português, consumindo-se de inanição e de tristeza, adquiriu no «ferro-velho» da Nação uma simbólica *peau de chagrin*. Como a personagem de Balzac, começou a desejar tudo sem método, sem moderação e sem ordem. E a cada aspiração satisfeita a pele vai-se contraindo. O que importa, pois, fazer? Limitar a impetuosidade dos desejos e fazer restituir à inteligência o papel que lhe cabe na sociedade sem desprezar — é certo — a fonte inesgotável do instinto.

«À medida que o tempo vai passando e os dias prosseguem no seu rodar sem fim, um lento desespero se vai insinuando na alma colectiva do Exército. Como a misteriosa pele se vai tornando pequenina! Triste agonia esta!

«Vamos, pois, tratar de limitar os desejos, para que a vida não fuja. Raciocinemos sobre eles para os sabermos seleccionar. É para isso que estou aqui.

«A preparação do movimento revolucionário que teve a sua eclosão em 28 de Maio foi feita sob a inspiração dum pensamento limitado e sem excessiva profundidade. Mas, na hora da vitória, o Exército, ampliando a esfera dos seus propósitos, pretendeu ir mais além.

«Inicialmente, esse movimento congregara adeptos a pretexto de combate ao Partido Democrático, cuja tirania se mostrara aviltante, e ainda para solução de questões administrativas candentes, tais como: o problema colonial tão grave nos seus aspectos internos e internacionais; o problema financeiro, com as suas variadas modalidades, entre as quais é preciso não esquecer a reorganização dos serviços públicos e a compressão das despesas; o problema económico tão aflitivo, dado o depauperamento progressivo da nossa produção; o problema educativo que a República ainda não soube atacar com êxito; o problema da pacificação social e religiosa da família portuguesa, o que

se torna indispensável para que o trabalho nacional decorra numa atmosfera propícia; o problema da dignificação da Magistratura, achincalhada e deprimida por governantes sem consciência; o problema da Força Pública, desprovida de espírito corporativo e de eficiência; e tantos outros problemas, cada qual mais urgente e importante.

«A vitória da revolução foi obtida sem combate, porque o Partido Democrático, acossado por todas as consciências livres da Nação, não tinha, na realidade, ninguém para o defender. Fez-se à sua volta o vácuo, e a hora da derrota foi para ele a hora da expiação, sem glória nem grandeza.

«E, de repente, do íntimo do Exército surgem, confusamente, outras aspirações, fazendo-se ouvir com voz imperativa e categórica. O Exército quereria algo de diverso daquilo que havia sido arquitectado pelos propulsores do fenómeno insurreccional. O Exército pretenderia erguer sobre os escombros do mundo político antigo um mundo novo. O Exército, liberto da ideologia gerada por entre espamos de dor pela Grande Revolução Francesa, aspiraria a impor à Nação certas concepções que, pela primeira vez, passariam — nos velhos, novos ou novíssimos Continentes — do campo sereno dos princípios para o campo agitado das realidades.

«Antes de mais nada, incumbiria ao Exército modificar, radicalmente, a estrutura do Estado burguês. *La politique d'abord* — gritam os teóricos da Action Française. Docilmente, os membros juvenis do nosso Exército têm vindo a repetir o estafado conceito. Perante a grandeza do sonho, que vem sendo acarinhado pelo Exército, empalidecem para ele todas as outras instantes necessidades da economia e das finanças públicas. Instituíamos a nova ordem política que depois o resto virá, naturalmente, sem esforço! — gritam alguns homens de o 28 de Maio.

«A febre do sonho generoso escandece as faces dos vencedores. Conceber é difícil, mas realizar mais difícil é ainda. O artista que idealizou uma obra de belas e nobres proporções conhece esses estados psíquicos decorrentes entre o momento da concepção e o momento em que o sonho começa a corporizar-se e a tornar-se realidade objectiva.

«Os que, fora do contágio epidémico das paixões, seguem, com verdadeira ansiedade de patriotas, a marcha dos acontecimentos têm, por isso mesmo, o dever de não ficarem calados. Devem-no a si próprios, mas devem-no, sobretudo, à Pátria e à República.

«Ora as ideias, quando espalhadas e arraigadas em meios detentores da Força, gozam dum poder tremendo e excepcional, não só ajudam a construir, mas também visam a destruir. Importa, por conseguinte, examinar a ideia que está gozando agora dos favores da moda para lhe apreciarmos o grau de virulência.

«Filosoficamente, as nossas concepções entroncam nas teorias defendidas por Bergson. Segundo ele, o instinto tem nas criações humanas papel mais predominante do que a própria inteligência. O homem cujo instinto possa desenvolver-se, livremente, e não seja abafado por uma seca e estéril educação intelectual pode, em certas ocasiões, torcer-se sobre si mesmo e sacar do mais profundo e íntimo do seu ser novas concepções, belas e fecundas. A inteligência é um mero auxiliar dessa força de instinto que existe, no estado potencial, dentro de cada um de nós.



«A extensão social das doutrinas filosóficas de Bergson tem sido tentada por vários escritores, no fundo empanturrados de intelectualismo, entre eles Sorel, esse pensador tão perigoso como estranhamente sedutor. Para ele, as massas sociais, as classes, como os indivíduos, conservam no seu íntimo um potencial de instinto que, na hora propícia, poderá irromper e alastrar, quebrando os diques que se opõem à sua expansão. O contacto duma classe com outra opera lentas e perigosas penetrações, que, alterando o modo de ser íntimo de cada uma delas, as torna inaptas para as grandes e puras aspirações criadoras.

«Por isso, SOREL repudiava qualquer ideia de deixar contaminar pela educação burguesa a classe operária. Dentro mesmo do meio trabalhador, ele opunha ao operário citadino das indústrias têxteis, mais impregnado das ideias do adversário, o rural ou até o metalúrgico.

«Não se penetrando, as classes manter-se-iam em estado de paz armada até ao momento em que o operariado, por meio de greve geral — ideia mítica mal compreendida e assimilada —, assaltasse e conquistasse a cidadela patronal. Então, do seu instinto não prevertido a classe operária extrairia novas fórmulas de organização do trabalho, novas concepções artísticas no embelezamento da produção e novos princípios morais.

«Os métodos de conquista deste novo estádio da civilização seriam, necessariamente, caracterizados pelo recurso à violência. No exacerbamento filosófico de SOREL, ela representa um papel predominante.

«A violência impediria os efeitos do contágio, por tornar impossível a proliferação dos germes cujo desenvolvimento geraria males de natureza e intensidade imprevisíveis.

«Poderemos, pois, assinalar como características fundamentais do pensamento de Sorel, que ainda hoje paira sobre as sociedades como uma névula que tanto pode produzir a chuva benéfica como o raio destruidor, as que passo a enunciar:

- «1) O papel atribuído ao instinto, em detrimento do valor da inteligência consagrado pelos clássicos;
- «2) A necessidade de não deixar perverter pelo contágio com o mundo velho o mundo novo em transes de elaboração;
- «3) Os métodos de violência, preconizados, simultaneamente, como um preventivo contra o contágio, antes e depois da vitória, e como tática de assalto definitivo.

«Os processos, conclamados por aquela parte do Exército vencedor que mais se agita e que, por isso, domina a Revolução, são inspirados no pensamento de SOREL. É a mesma intransigência feroz e brutal do presente contra o passado; é o mesmo culto por certas ideias míticas; é a crença de que o Exército do seu próprio instinto sacará novos conceitos, que, em futuro mais ou menos longínquo, farão feliz uma Pátria redimida; é o mesmo desprezo pelos interesses do presente, sacrificado à grandeza dum sonho; é o mesmo culto pela violência, que purifica e cava os grandes abismos entre os homens, os partidos e as classes.

«O Dr. MARTINHO NOBRE DE MELO, homem de inteligência brilhante, querendo encarnar bem este espírito de luta e de guerra, iniciou a conferência, que, há dias, realizou nesta mesma sala, com a afirmação de que «ia falar com violência». Por que come-

çou assim? Por saber que a violência corresponde ao estado de espírito da maioria dos seus ouvintes.

«Homens de armas são sempre seduzidos por métodos belicosos. As palavras estridentes como sons de clarim agradam aos ouvidos acostumados aos toques guerreiros. O Exército está enfeitiçado pela sua própria fantasia. Numa hora destas, é grande ousadia vir gritar paz em vez de gritar guerra. Muito embora é a paz e não a guerra que venho pregar aqui.

«Separam-me dos vencedores menos as ideias do que os processos. E, como estes são a coisa que primeiro ressalta à vista de toda a gente, seja-me lícito que, antes de passar ao estudo das ideias, marque a minha mais formal discordância sobre os processos que por aí vêm sendo preconizados e, o que é pior, praticados.

«A experiência dolorosa dos anos decorridos desde 1907 mostra, claramente, a falência dos métodos revolucionários de Sorel, da sua clássica e apregoada violência. O que da sua obra fica subsistindo são retalhos, certas análises de penetrante sagacidade sobre o papel das classes e dos sindicatos nas sociedades modernas. Mas os métodos mostram-se impotentes e a efabulação das suas teorias não resiste a uma crítica séria.

«Sem me preocupar em averiguar nesta hora os pontos de contacto exactos entre os pensamentos de KARL MARX, SOREL e LENINE, já não posso deixar de afirmar que o instinto das massas dos operários, camponeses e soldados da Rússia se mostrou impotente para conceber uma nova e fulgurante organização da produção, uma nova noção de arte e uma nova moral adaptada ao existente. Os vencedores do Czarismo, depois de, numa ebriedade de loucos, terem destruído riquezas e vidas preciosas, vão, lentamente e com todas as dores da maternidade, reconstruindo um novo estado burguês, como se se tratasse apenas de desapossar uma classe para investir outra no gozo das suas riquezas — as que não foram aniquiladas — e da sua posição.

«E, para isso, o instinto, cujo valor não nego, teve de pedir, de chapéu na mão, o concurso primacial e indispensável da inteligência. Dionísios curvou-se perante Apolo...

«Os processos que defendo são os do entrelaçamento das classes pela criação duma mentalidade produtora, pela dignificação do papel do operário, pela intervenção na direcção superior dos fenómenos económicos de todos os seus elementos activos.

«E, no campo político, só preconizo a guerra àquelas organizações que se mostrem incapazes de concorrerem para o bem comum e que, de facto, se tenham mostrado dispostas a subordinarem o interesse nacional ao apetite das suas clientelas. Refiro-me — é claro — ao Partido Democrático. Generalizar, porém, a todas as agremiações políticas existentes as acusações dirigidas à única que, constantemente, tem dirigido os destinos da República, acusar de devorismo homens nobres aos quais, para não serem vítimas de vexames e perseguições ao longo de quinze anos, bastaria filiarem-se no Partido Democrático — é uma revoltante injustiça. Afirmar, dogmaticamente, que os Partidos do Passado são inadaptáveis às novas condições em que vai desenvolver-se o Futuro — é uma vulgar laracha, como adiante procurarei demonstrar.

«O que fica de pé? O desejo de fazer a guerra contra quem só pede paz. Para onde nos teriam já empurrado certos homens se o nosso dever de republicanos e portugueses nos não obrigasse a ser calmos e a conter o impulso dos nervos? Medite nisto o Exército



e repare em que a pele de *chagrin* vai diminuindo de tamanho, sendo bom, por isso, não ter desejos excessivos e incoerentes.

«As minhas discordâncias em matéria de processos não excluem a possibilidade de alguns pontos de contato entre mim e o Exército. Com ele, entendo, por exemplo, que, nesta hora, a ditadura se impõe para salvação da grei nacional.

«Bem sei que um povo moderno não pode viver em regime perpétuo de ditadura. A necessidade desta surge, acidentalmente, na sua vida para determinar o acordo entre o seu modo de ser íntimo e as suas instituições políticas e sociais. De facto, a legislação dum País deve ir acompanhando, sincronicamente, as modificações que a orgânica da colectividade for sofrendo por virtude da marcha da civilização e dos complexíssimos fenómenos internos e externos que se forem produzindo. Quando o seu sistema jurídico, ou por muito avançado ou por muito retrógrado, se não ajusta às tendências do agregado populacional, só conheço na história um processo de restabelecimento do equilíbrio destruído: a ditadura — palavra mágica que tem o condão de irritar, doidamente, certos cinocéfalos que andam por aí.

«Mas a ditadura, como regime de larga permanência, essa — repito — é impossível, por ser intolerável.

«Sob este ponto de vista, cabe-me o mérito de ter sido um precursor, tendo recaído sobre mim os piores ódios, não por, sedento de sangue, me ter oferecido para o papel de feroz ditador, mas por ter adivinhado que, dentro em breve, era entre nós matematicamente certo o advento da ditadura. A minha clarividência política foi tomada à conta de apresentação duma candidatura. Os acontecimentos encarregaram-se, porém de demonstrar que eu não era, de facto, um candidato, mas tão-somente um homem que prefere raciocinar com a cabeça e escoucear com os pés.

«Há, contudo, duas espécies de ditadura que importa não confundir: a ditadura duma classe, que será sempre olhada com desconfiança pelas outras classes, e a ditadura dos homens bons de todas as proveniências sociais. Acredito, piamente, que, passados os fumos da vitória, a Força Armada portuguesa haja de reflectir sobre os inconvenientes duma ditadura com feição militar predominante e que tudo se encaminhará para se acentuar, gradual e progressivamente, o seu carácter civil.

«O Exército e a Marinha têm um alto papel a desempenhar nesta metamorfose político-social: o de constituírem a força sobre a qual se apoiarão os ditadores para poderem realizar a sua tarefa. Sem força, o Poder não poderá impor a necessária disciplina a uma sociedade em desordem; sem força não há criações políticas possíveis, por carência de autoridade. O Exército e a Marinha, nesta hora, pensarão talvez em poderem acumular, simultaneamente e exclusivamente, estas duas funções: o serem a Força e o serem a Ideia. É muito para uma classe só. E o País não pode ficar mudo e complacente espectador das ciosas manobras de políticos improvisados, aventurando-se a tudo desejarem e a tudo fazerem, indiferentes aos rumores subterrâneos duma sociedade que, em boa verdade, não ignora que, para que um diploma legislativo se não transforme em nova causa de perturbação, se torna necessário que ele consagre os usos e costumes já adquiridos ou, pelo menos, tendências iniludivelmente reveladas. Desejar muito, desejar sem conta, sem peso, sem medida, é, de facto, determinar o rápido desaparecimento da pele de *chagrin*.

Tome a força Pública cuidado consigo, visto que, em si mesma, reside o principal inimigo.

«Permita-me ainda ela que, com toda a sinceridade, lhe diga que ser forte não consiste em ser provocador, exagerado ou violento. A força é serena e bondosa exactamente por ser força. Criar inimigos, por muito desprezíveis que se nos afigurem em dado momento, foi sempre péssima política. E todos sabemos que não há nada para minar a força como a injustiça — veneno corrosivo que vai actuando, lenta e insensivelmente. Sejam, pois, as Forças Armadas serenas, bondosas e justas. Nisso residirá o seu interesse e a defesa de quantos nelas confiamos.

«A morte das aspirações dum Portugal Maior, de que se fez eco o 28 de Maio, seria tremenda desilusão para a colectividade nacional. Seria, por isso, um crime. Tantos corações rezaram baixinho pela vitória do exército, nas horas dolorosas da incerteza, que ele não deve deixar de levar em linha de conta essa circunstância. A vitória não foi só obra do Exército, foi-o também daqueles que lhe preparavam e que, no momento crucial, souberam criar o ambiente propício para que os mais tímidos saíssem dos seus quartéis e quebrassem, sob a invocação da salvação da grei, as manietadoras algemas duma disciplina que favorecia o erro.

«Ao Exército fazemos um apelo para que seja unido e assim se torne forte e ainda para que essa sua força seja utilizada de acordo com a Nação. Sem pressas excessivas mas outrossim com vagares, caminhemos todos os bons portugueses em direcção ao nosso alvo — o de servir o País através da República.

«Apresentadas as divergências e os pontos de contacto entre os processos preconizados pelo Exército triunfante e pelo Partido que tenho a honra de chefiar, abordarei o capítulo das transformações que o primeiro pretende imprimir à actual estrutura do nosso Estado burguês.

«Como a União Liberal Republicana, o Exército acredita que a evolução se está operando no sentido duma sindicalização progressiva das sociedades. As doutrinas emanadas da Revolução Francesa faziam intervir o homem na vida política apenas como cidadão — ser abstracto e autónomo, completamente desintegrado dos quadros gerais da economia. Qual a razão de ser de tal conceito? Importa defini-la para melhor compreensão do que vai seguir-se.

«Aquele grande Movimento histórico verificou que o trabalho estava manietado por três categorias de servidão: a escravidão, mais ou menos acentuada, à Corporação, à Terra e ao Senhor. Por outro lado, encontrou as criações do trabalho — os produtos — impedidas de fácil circulação, por estarem sobrecarregadas, no seu trânsito, por alcavalas de vária espécie. O que fez a Revolução de 1789, onda destruidora que tudo levou diante de si? Deu plena liberdade ao homem para trabalhar e ao produto para circular. Onde quer que houvesse uma tirania importava destruí-la e foi destruída; e o homem em vez de continuar adstrito a qualquer servidão, passou a mover-se à sua vontade no quadro geral da economia. Isto foi lógico e fértil em benéficas consequências.

«A liberdade de trabalho e a liberdade de troca foram os dois princípios que permitiram o aparecimento da grande Indústria — soberba criação dos homens, que, prontos sempre a entredevorarem-se, imprimiram à civilização novas directrizes materiais. De



facto, aquele fenómeno, impulsionando a efectivação de cada vez mais extensas e profundas concentrações industriais, deu origem à espontânea formação de Grémios patronais e sindicatos operários, com tendência para se associarem, gradualmente, nos planos regional e nacional.

«E foi assim que, ao lado do facto político, foi ganhando importância o facto social. O primeiro tinha como agente o Partido político, o segundo o Sindicato, isto sem falar nas associações do patronato. Eram dois mundos que se não penetravam e só se conheciam para se guerrearem.

«Enquanto predominasse nas sociedades a corrente das grandes concentrações industriais, o sindicato operário seria sempre um organismo de guerra e não de paz. O seu próprio desenvolvimento, a sua própria força haviam de arrastá-lo para a luta expressa na fórmula — tudo por tudo. É que, à medida que ganhasse em potencialidade, manifestar-se-ia a sua tendência para a expropriação integral do capital, assim como o grémio patronal tentaria explorar o operariado. Isto levava GEORGES VALOIS a gritar: «abaixo a confederação geral dos patrões!»

«Por isso, o último quartel do século passado foi assinalado pelas grandes guerras sociais, pelo que o mito de SOREL pareceu assumir aparências de razão. Nesse período, o sindicato e o grémio nunca poderiam ser encarados como órgãos construtivos, mas tão-somente como factores de destruição e ruína.

«Creio, firmemente, que o pós-guerra, apesar de ter originado formidáveis concentrações horizontais e verticais de indústrias, como as de HUGO STINNES, demonstrou, claramente, a dificuldade de mantê-las. Por outro lado, certas modalidades potenciais de energia vão sendo aproveitadas sob a forma de electricidade. Ora esta vem-se caracterizando pela multiplicação das suas aplicações industriais, com a vantagem de ser, facilmente e sem graves dispêndios, transportada a enormes distâncias. Daí poderem começar a multiplicar-se indústrias regionais, tantas vezes sucedâneas de velhas indústrias eclipsadas ao longo dos tempos. Daí, conseqüentemente, a improvisação de novos centros económicos pela superfície da Nação e a intensificação da vida local.

«Pode, é certo, por mais algum tempo subsistir a concentração dos meios de produção. Mas desapareceu a tendência para o monopólio da localização, e, assim, os sindicatos operários e os grémios patronais começam a surgir como seres palpitantes de vida, múltiplos, flexíveis, adaptando-se melhor às necessidades regionais, perdendo, lentamente, a aspiração duma profunda e radical transformação da sociedade e deixando, portanto, de serem elementos de destruição para passarem à categoria de órgãos efectivos da reconstrução nacional.

«Por outro lado, os contornos das classes vão-se tornando indecisos, o que tanto monta dizer que, entre umas e outras, passam a haver penetrações que anulam o espírito de agressividade de que estavam impregnadas as relações sociais no princípio do século em curso. Classe é, segundo um distintíssimo cultor do direito, o conjunto de indivíduos que representam na economia um papel idêntico. Matéria vasta para reflexões contém esta definição. Dispensem-se os meus ouvintes de me alongar neste capítulo.

«O sindicato operário e o grémio patronal coevos constituem, pois, um fenómeno social em evolução. Mas a sociedade não vive ainda sob o signo único destes sistemas

associativos. Pelo contrário, grande parte dela, a sua maioria, vendo ainda naqueles arranjos os propulsores de todos os conflitos, que tanto têm concorrido para tirarem à produção europeia parte da sua eficiência, abomina-os, francamente.

«Deste modo, a configuração actual das sociedades, sem exclusão da portuguesa, é a seguinte:

- «1) Uma parte dos seus membros está agrupada em organismos económicos, ou colectividades científicas, artísticas ou de acção moral;
- «2) A outra parte — a maior entre nós — conserva-se alheia a esse movimento de agregação ou conjuga a acção anterior com a dos que preferem intervir na vida do seu País como cidadãos, que, para tornarem mais eficiente a sua atitude, se agrupam em Partidos políticos.

«Poderá pensar-se em decretar a sindicalização obrigatória do Povo português? Se essa ideia entrou, um dia, na cabeça de alguém, esse tal não gozava, por certo, de perfeita integridade mental. Como meio indirecto de forçar os cidadãos à sindicalização, poder-se-ia privar de direitos políticos quem não pertencesse a qualquer organismo económico, científico ou de acção moral? Seria a criação duma absurda oligarquia a exercer, tiranicamente, a sua acção sobre escravos, ou seja a maior parte da grei nacional. Sendo assim, há que, na nova estruturação do Estado, não esquecer a existência necessária do Partido político, juntamente com a de sindicatos, grémios e outras organizações já mencionadas.

«Por isso que a nossa visão dos factos políticos e sociais é aquela que acabo de expor, a União Liberal Republicana entendeu dever consignar no seu programa a aspiração de adaptações constitucionais correlativas. E, assim, preconizando-se nela a «modificação na composição do Senado da República de modo a fazer-se um maior apelo à colaboração dos técnicos por meio da representação das classes». De modo geral, o nosso pensamento político consiste em manter no Poder Legislativo o sistema bicameral, devendo a Câmara dos Deputados ser eleita, directamente, pelo Povo, com prévia modificação do sistema eleitoral, e devendo o Senado ter a constituição já indicada.

«Tão-pouco nos repugna o reforço das atribuições presidenciais e a maior independência do Executivo em relação ao Executivo. Poderemos mesmo admitir que o ensaio possa ser levado mais longe, contanto que não vá a extremos que o tornem incontrolável para o Povo português, dada a sua actual estrutura e mentalidade. Não são, pois, — repito — as ideias o que, no fundo, mais nos separa dos actuais vencedores, se bem que, como partido, nós estejamos, na vida a percorrer, um pouco mais aquém do que eles. Reedito uma afirmação anterior: o que sobretudo, nos afasta são os processos e — acrescentarei agora — certas anomalias ou aberrações da sua acção, incompatíveis com o seu próprio ideário e o seu programa.

«Para explicar melhor a razão desta minha última asserção, recordarei que o Sr. GENERAL GOMES DA COSTA apresentou, há tempos, em Conselho de Ministros, um programa da sua autoria, em que as ideias dos elementos que o apoiam devem igualmente estar consubstanciadas. Neste documento, tornado oficialmente público, consigna-se a substituição da Câmara dos Deputados, como nós a concebemos de acordo com o padrão



actual, por uma Câmara de representantes dos Municípios, por sua vez eleitos, directamente pelos chefes de família. Sustento que não haveria dificuldade em adaptar os Partidos existentes à nova estrutura do Estado, se tal ideia viesse a ser posta em prática.

«Por que condenar, então, em bloco, as organizações partidárias existentes? Pelos erros do seu passado? Mas — acentuo — os homens que, há 15 anos, se vêm empenhando em áspero combate contra os Existentes serão corruptos? Aonde estará o deverismo das suas clientelas? Meta o Exército as mãos na consciência e reconhecerá que a injustiça das suas arguições tem sido, por vezes, tão frisante que o País, dificilmente, lhe perdoará.

«Que os Partidos são necessários prova-o a circunstância de já se anunciar, oficialmente, a constituição dum novo Partido, destinado a apoiar a Situação. É verdade que os homens empenhados nessa difícil tarefa asseveram que aquilo que vão formar não é um Partido, mas sim uma organização política. Não discutamos a questão da nomenclatura para não caírmos em desnecessárias ciancices. O que vai surgir é qualquer coisa que pretende arregimentar cidadãos para fins políticos, fora dos quadros económicos. Querem que a isto se chame organização? Pois seja: nós, teimosamente, continuaremos a apelidá-lo de Partido.

«Por que nos atacam, então, a nós que temos ideias similares, propósitos patrióticos e mãos limpas? Só se for por termos conseguido formar um Partido e eles — vá lá o vaticínio — estarem destinados a um pequenino fracasso na sua tentativa de organização. Medite o Exército, que em desejos estéreis está fazendo desaparecer a sua pele de chagrin, na seguinte verdade fundamental: quatro quintos do País, pelo menos, estão arregimentados em Partidos políticos, monárquicos ou republicanos, e o quinto restante, dificilmente, será arrancado ao seu comodismo ou às suas desilusões.

«Se o Exército tivesse formado um governo homogéneo, que começasse a trabalhar com proficiência, ainda poderia formar um Partido à custa de transfugas dos outros e de alguns Lázarus ressuscitados. Mas o Exército perdeu muito tempo e os desertores — ver-se-á —, sendo em pequeno número, virão sobretudo das bandas do P.R.P..

«Qual a solução, pois, para o Exército? Apoiar-se, politicamente, num dos Partidos existentes e realizar uma obra válida. Seja o meu, seja outro, isso pouco importa. Se não fizer, a Revolução Nacional — vá lá outro triste vaticínio — estará perdida, desaparecendo de vez a pele de *chagrin*.

«Ora o tempo, após a Revolução, está-se consumindo na tarefa de palpar o modo como pela grei nacional será recebida uma nova estruturação do Estado dentro do critério anteriormente esboçado. Mas, se nem só de pão vive o homem, também não vive só de locubrações do espírito. Salvo o devido respeito, com os homens poderá dar-se o mesmo que se verificou com o «cavalo do inglês», que morreu precisamente quando já estava quase desacostumado de comer! O povo português carece de alimentar-se para continuar vivo e exige soluções pertinentes para as mais instantes questões que o afligem. E assim — coisa natural — o inicial pensamento da revolução, pouco a pouco, retoma o seu domínio.

«Os vencedores de hoje carecem, portanto, de atacar, simultaneamente, o problema por cima e por baixo. É necessário fazer nascer, sem dúvida, uma ordem política har-

moniosa e bela. Mas, enquanto ela se vai implantando, urge não esquecer que o défice é apavorante, que as estradas estão quase intransitáveis, que as indústrias agonizam e que as Colónias estão à beira dum abismo. E, no estado actual, será mesmo possível estabelecer essa ordem sem prévia resolução desse complexo de problemas? Mas como solucioná-los? Respondem os mentores da Situação: com o auxílio dos técnicos. E onde ir buscá-los? Respondem eles ainda: fóra dos Partidos políticos.

«Como se acaba de ver, não haverá coisa mais fácil de resolver do que esta pesquisa de técnicos. E, contudo, contudo..., a obra de SIDÓNIO PAIS, quando uma bala assassina o vitimou, estava-se esbarrondando como um castelo de cartas, precisamente porque não apareciam os técnicos. Debalde, SIDÓNIO os fora procurar aos Bancos, às Universidades, ao Exército, a toda a parte. Os técnicos sumiam-se e, em certas horas, o Ditador apenas se encontrava com os bravos rapazes, seus companheiros de luta na Rotunda!

«É que o mal do País é, exactamente, a falta de homens capazes e sabedores. Se eles existissem em quantidade suficiente, por certo, há muito a política os teria ido descobrir aos seus esconderijos. Bem sei que alguns não quereriam acudir ao seu apelo. E têm os actuais dirigentes a plena certeza de que não ficarão indiferentes à sua convocatória? Vale a pena experimentar se serão mais felizes do que SIDÓNIO PAIS o foi outrora.

«Nos partidos políticos ainda existem homens capazes de darem à obra de reconstrução nacional um concurso eficiente. Restringir o campo das pesquisas é um erro, por isso que há tão poucas competências! Se essas restrições tivessem sido tomadas tanto à letra, estaria agora o Governo privado do concurso técnico do Sr. FILOMENO DA CÂMARA na Pasta das Finanças...

«Felizmente que, ao menos, esse antigo político, promovido a técnico, pôde lançar mãos à obra. Na sua gerência já se apurou, como défice provável, a verba de 267 000 contos. E como é necessário ocorrer à situação gravíssima de Angola e Moçambique, tudo o que seja calcular em menos de 400 000 contos o défice real será errar por defeito.

«Para fazer face aos défices anteriores, o Governo lançou mão dos recursos advenientes do acréscimo da dívida flutuante. Mas, como esta é contemplada com taxas de juro exageradas, insensivelmente as disponibilidades nacionais, fugindo dos bancos, são postas à disposição do Estado, que as desbarata em consumos estéreis e não ao serviço das forças produtoras. Nestas condições, o Sr. Ministro das Finanças pensa em reduzir essas taxas. Muito bem.

«E, depois como viverá o Estado? Não terá chegado a hora do início da grande obra do ressurgimento nacional à custa da implacável redução das despesas? Não será criminosa a inacção em que se continua vivendo? E será possível reduzir de 300 000 contos, pelo menos, os gastos públicos?

«Fechemos este parêntesis, intercalado para demonstração de quão complexa e difícil é a tarefa governativa até mesmo para técnicos tão proficientes como o Sr. FILOMENO DA CÂMARA... E, revertendo ao raciocínio anterior, afirmarei, convictamente, ao Exército a minha opinião de que não conseguirá cumprir a sua missão se se situar na posição de inimigo irredutível do passado e de implacável juiz condenatório dos Partidos. Todos somos réus, sem exclusão do Exército, do crime de termos deixado aviltar a Pátria e a República com a nossa inacção ou a nossa insuficiência.

«Batamos, pois, no peito o *me poenitet* das grandes confissões.



«Temos todos a aspiração dum Portugal maior. Conseguiremos, porém, concretizá-lo? Quase chegamos a desanimar quando verificamos que, apesar de ser colossal a obra em perspectiva, continuam divididos os portugueses, inclusivé aqueles que têm pensamentos e ideias afins e em cujo corpo existe um coração pronto a morrer para que a Pátria viva!

«Quem ou o quê assim nos separa e divide? Que força oculta anda semeando a cizânia nas hostes que ainda ontem se encarniçavam contra o inimigo comum — o inimigo da sua Nação? Quem consegue desenvolver tanto poder de intriga? Serão apenas adversários internos? Serão outrossim adversários externos, apostados a enfraquecer-nos? Quem me adjudará a achar resposta para estas perguntas que, constantemente, se andam processando na minha imaginação?

«Para onde vamos, portugueses que me escutais? Ouvi! Existiu um dia um Portugal pequeno, de poucos, muito poucos, milhões de habitantes, entalado entre a terra, então inimiga, de Espanha e um oceano que, ritmicamente, ia bater de encontro às suas praias. Os seus habitantes eram portadores dum sonho e dum destino. O mar atraía-os, qual simbólica personagem de Ibsen. E, pouco a pouco, ensaiaram perscrutar a tenebrosidade dos seus mistérios. Ah! o mar de antanho não era, como o actual, um mar de cóleras conhecidas, um mar quase hospitaleiro. Era carrancudo e sombrio, defendendo-se, obstinadamente contra a curiosidade doentia desses portugueses, o maior dos quais passou grande parte da sua vida no promontório de Sagres a cravar a sua pupila ardente sobre a agitada superfície do Atlântico.

«E, impávido, o português avançou em frágeis embarcações e cada vez foi mais longe e ainda mais longe. Em certa altura, dobrou o Tormentório, que nem o próprio Adamastor, com sua carranca fera, ameaçadora, conseguiu tornar inultrapassável. E, depois de vencido o Cabo, aproou em direcção às terras magníficas do Hindustão e o português foi conquistador, mercadejante e aventureiro, atingiu a China e o Japão. E, para conter o seu espraioamento por toda a Terra, foi preciso que um Papa onnipotente dividisse o seu sector desconhecido em duas partes e subtraísse metade à sua ânsia de caminhar e investigar.

«Ouvi, portugueses!

«Nós somos filhos daqueles homens! Parece mentira, mas é assim. Estes pobres portugueses, sem unidade de objectivos patrióticos e de crenças, que se entretêm em lutas fraticidas quando era seu dever a conjugação de esforços para salvarem a Pátria — procedem dos mareantes do Atlântico, dos aventureiros dos mares da Índia e da China, dos homens grandes que esculpiram, na história da humanidade, a eterna epopeia das Descobertas e Conquistas.

«A sombra dos nossos maiores, projectada sobre as desgraças da Nação, torna ainda mais negro o nosso panorama colectivo. Mas é necessário reagir e lutar. Aonde existe a desarmonia e a desordem é preciso criar o entendimento e a paz. Aonde existe a desunião impõe-se criar a fraternidade.

«E, de mãos dadas, como irmãos, caminhemos para o Futuro, levando no coração, enraizada, a aspiração dum Portugal Maior.

«Para onde vamos? — perguntar-se-á. Vamos para a Vitória.

«De outro modo, amaldiçoar-nos-ão os nossos pais, por deixarmos aos nossos filhos uma Pátria envilecida.»

## ANEXO H

### Carta de Cunha Leal a Gomes da Costa (5 Julho 1926)

FONTE: *A Noite*, de 5-7-1926, pág. 7

«General:

«Tomando o comando das Divisões do Norte, revoltadas contra o Governo democrático, o senhor veio de roldão até Lisboa, sem ter necessidade de disparar um tiro.

«Foi fácil a tarefa. Para a levar a cabo, bastaram o seu prestígio de soldado e o trabalho daqueles que lhe tinham aberto, num esforço pertinaz, o caminho da vitória.

«Era reduzida a falange desses precursores que tudo arriscaram para enfraquecerem o Partido democrático, atacando-o nos seus fundamentos — a Injustiça e a Mentira. Entre os que podem orgulhar-se de terem sido, nesses longos meses que precederam a hora do triunfo, os legítimos intérpretes da consciência oprimida da Nação, os filiados da U.L.R. têm direito a um lugar de destaque. Eu, que os comando, posso bem orgulhar-me de ter sob as minhas ordens tais soldados.

«Veio a vitória. Os cabouqueiros dela nada pediram ao vencedor. Souberam ser ativos e nobres. Está ainda na memória de toda a gente o que se tem passado nestes poucos dias decorridos desde 28 de Maio. Desnecessário, pois, se torna pôr em paralelo o nosso procedimento com o de todos os adesivos que, tendo até ao fim gozado uma paz octaviana e nunca tendo tido um gesto de protesto público contra o democratismo no Poder, apareceram à última hora a dançarem numa farândola saracoteada diante do vencedor.

«Tão alta é a grita de alguns deles que, para não ensurdecermos, precisamos de pôr algodão em rama nos ouvidos. Bolsam esses homens insultos contra aqueles que, na hora da derrota, sempre estiveram ao lado dos vencidos de ontem, que são hoje vencedores, para lhe darem a sua então preciosa solidariedade moral. E os adesivos, olhando-nos com os mesmos olhos com que o crime olha o remorso, querem expulsar-nos para bem longe, julgando que assim restituem a paz às suas consciências atormentadas.

«Faça-lhes a vontade, General.

«Esperávamos nós que um Governo presidido por si desse à U.L.R., ao menos, aquelas liberdades que os democráticos nos não haviam roubado. Enganámo-nos, porém.

«Riem-se já, escarninhamente, do nosso engano os democráticos. Mas nós, pelo nosso procedimento, far-lhes-emos gelar nos lábios os sorrisos de desdém.

«General:

«A Censura corta os nossos artigos mais inocentes. Um comentário correctíssimo sobre a infiltração dos monárquicos, que, tão justamente, traz inquieta a alma republicana, é suprimido. Porque, num estudo sobre tabacos — problema cuja importância ninguém desconhece na Nação —, há ligeiras e inofensivas referências ao titular da Pasta das Finanças, a Censura mutila-o, impiedosamente.

«Mas há mais.

«No sábado, o comandante da Divisão, obedecendo a não sei que instruções, amordaçou-me a voz, impedindo-me de ir falar sobre matéria doutrinária naquela Sala da Sociedade de Geografia onde o Sr. Dr. MARTINHO NOBRE DE MELO, dias antes, pudera,



sobre o mesmo assunto, dizer de sua justiça. E, para que o caso fosse mais frizante, a Censura suprime neste jornal o sumário da Conferência!

«E igual sorte teve uma entrevista concedida por mim ao *Diário de Lisboa*, só por conter risinhos comentários à acção do ex-director da *Revolução Nacional* — jornal onde sou, livremente, insultado.

«Mas a Censura vai terminar — diz-se. Simplesmente, já os jornais trazem estampada uma lei draconiana de Imprensa, gerada através da epilepsia das perseguições.

«General:

«Sendo assim, vou cessar, temporariamente, a publicação de *A Noite*, até que o senhor, arrependendo-se do caminho trilhado, corra essa fraudulagem que o rodeia e o pretende atirar para o abismo e restitua à Liberdade o valor dos seus direitos.

«Só assim, General, o seu papel poderá ser grande na sociedade portuguesa.

«É tempo ainda: liberte-se a si próprio e liberte o País.

«Com a maior consideração, me subscrevo

«5-7-926

«At.º e venerador

«de V. Ex.ª

«*Cunha Leal*»

## ANEXO I

### Carta da U.L.R. ao Ministro da Guerra Passos e Sousa

(27 Janeiro 1927)

FONTE: *O Distrito da Guarda*, de 26-6-1927, pág. 1

«27 de Janeiro de 1927

«Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Guerra e meu prezado Amigo:

«No pouco tempo que têm durado as nossas relações tenho reconhecido em V. Ex.<sup>a</sup> tanta lealdade e tão grande desejo de bem servir o País e a República que ficaria de mal com a minha consciência se não lhe dissesse tudo quanto penso acerca do que entre nós tem sido tratado e do estado actual das relações entre a U.L.R. e a situação política a que V. Ex.<sup>a</sup> está ligado.

«Mas, antes de mais nada, deixe-me V. Ex.<sup>a</sup> falar-lhe alguma coisa de mim.

«Devem ter dito a V. Ex.<sup>a</sup> que sou um ambicioso insofrido e irrequieto. Tenho — é certo — o nobre e alto desejo de servir a República para, através dela, bem servir a Pátria. Ambições pessoais já as não tenho, porque fui no meu País tudo quanto quis ser, sem para isso me servir, como armas, da intriga e da desonestidade. Aos 33 anos presidi a um Ministério. Tenho sido Ministro e Deputado várias vezes. Fui reitor da Universidade de Coimbra. Das glórias do Poder conservo apenas uma recordação amarga: não me interessam. Se há, neste momento, na política homens que sintam que só têm deveres e não direitos, eu sou um deles. Encontro-me na lição política porque isso é o meu dever, não porque isso seja o meu direito.

«Falemos agora — e bem mais largamente — do Partido que me deu a honra de me escolher para seu Chefe. E, para falar da U.L.R., falemos um pouco da situação geral.

«As forças políticas têm, actualmente, a seguinte posição: Os Partidos políticos republicanos, que se encontram reunidos na chamada «Frente Única», aceitam, como fórmula intervencionista, apenas a revolução. O estado político e social subsequente seria caracterizado pelas tragédias que é fácil de supôr. É o que, com alguma propriedade, se poderá chamar uma solução homicida. Ao Partido Monárquico agrada essa perspectiva. De facto, se todos os Partidos republicanos estivessem de um lado — contra a Situação —, esta ver-se-ia obrigada a apoiar-se sobre ele, e o problema do regime ressurgiria das cinzas de Monsanto. Assim, pois, os políticos monárquicos e republicanos, com excepção única dos que estão filiados na U.L.R., querem a guerra e não a paz.

«A U.L.R. é uma força política portadora duma mentalidade diferente. Repudia, por bárbara, criminosa e arcaica, a solução da violência. Crê no ímpeto das ideias como principal factor da renovação das sociedades. Se preconizou a intervenção do Exército, foi no momento em que a desordem política tornava impossível o progresso da Nação. Não quer agora que o Exército seja diminuído na sua força material e na sua força moral. Exige a organização duma hierarquia de valores e repele a evolução política dos heróismos de viela e da agitação sangrenta. Entende que é urgentíssimo libertar a República da multidão para a entregar, definitivamente, à Sociedade. Está convencida de que o estado revolucionário permanente conduz a Nação à morte em período relativamente curto.

«A U.L.R. é um Partido conservador porque, liberto do dogma da intangibilidade das leis, tem a noção das realidades nacionais, que não comportam qualquer espécie de radicalismo.

«Um País que compra mais do que vende, que exporta homens para ter ouro e exporta ouro para ter pão — na frase feliz dum jornal de Lisboa — carece de alimentar o culto da riqueza pública e da riqueza privada, carece de combater a oposição grosseira do rico contra o pobre — base de todas as propagandas radicais. Num momento de crise universal das ideias, num País de debilidade espiritual como o nosso, é necessário recorrer às tradicionais forças de coesão social e, por consequência, está aconselhada uma política religiosa de tolerância e de simpatia.

«Estes são os traços fundamentais que, além de outros, distinguem a fisionomia partidária da U.L.R.. Propositadamente, omito aqui qual o pensamento do Partido quanto a realizações imediatas, porque, neste momento, se não trata de redigir um programa governativo.

«Da expansão nacional da referida força partidária se pode dizer que aumenta a todos os instantes. Como índice do seu rápido crescimento, os seus candidatos nas recentes eleições para o Conselho Colonial triunfaram em Angola, Índia e Timor. E, se este Partido, que, aliás, tem apenas dez meses de existência, assim se desenvolve, é que, mercê de Deus, há ainda portugueses que, numa sociedade em convulsão, instintivamente se acercam daqueles que querem a paz e repelem a ideia da guerra.

«Detentor do Poder há um Governo em ditadura, conforme o programa da Revolução de 28 de Maio. Qual a sua finalidade política? Organização duma nova força partidária, com exclusão absoluta de todas as outras? Impossível! Os Partidos não se impro-



visam nem se decretam. Os Partidos têm uma génese nacional com todas as forças vivas: não há criadores de Partidos, há homens representativos deles, o que é bem diferente. Além deste princípio fundamental, a opinião pública portuguesa já está pulverizada e assim, para a organização doutros agrupamentos políticos, pode dizer-se, resumida e simplesmente, que não há número.

«Resta a hipótese duma aproximação partidária. com quem? Com os Partidos coligados na «Frente Única»? Impossível. Com a U.L.R.? Seria a solução lógica e natural. Com nenhum? Nesse caso é de ponderar, desde já, a situação do Partido à frente do qual me encontro. Entre uma coligação revolucionária que o odeia e considera reserva de carne fresca, para abastecer as feras desmandadas, e um Poder que o julga uma força clandestina, sem possibilidades de existência governamental, esta agremiação política, inibida por uma razão moral de recorrer aos processos aventureiros da conjura e dos assaltos, é obrigada a definir a sua atitude numa hora que, sem favor, podemos classificar de histórica.

«Mas, antes dessa definição, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe recorde que, aproximados pelas circunstâncias e pela mesma ânsia patriótica de bem fazer, nunca a U.L.R., por meu intermédio ou de outrém, formulou exigências descabidas ou impróprias, nunca mendigou ao Governo que com ela partilhasse o Poder que detém. Pediu-lhe, sim, que definisse uma orientação política dentro da qual, honestamente, pudéssemos caber.

«Qual era o nosso pensamento? Equilibrar a vida política da Nação, porque o equilíbrio a que aspiramos é a paz e o desequilíbrio que os outros — monárquicos e republicanos — desejam é a guerra dos regimes e, dentro dos regimes, a guerra das facções. A guerra faz prosperar os aventureiros. Nós não a queremos, precisamente por não sermos aventureiros.

«Presto a V. Ex.<sup>a</sup> a fácil justiça de acreditar na absoluta boa fé com que tratou connosco.

«V. Ex.<sup>a</sup> tem trabalhado em sentido concordante com o nosso, e os seus esforços têm sido norteados pelo mais acendrado patriotismo, pelo mais extreme republicanismo. Mas, pouco a pouco, formou-se dentro da U.L.R., a convicção de que V. Ex.<sup>a</sup> é impotente para remar contra a maré e de que as suas diligências só podem servir para diminuir a sua posição junto do Governo, se não junto da Situação.

«O paralelismo das nossas atitudes tem excitado ciúmes nos arraiais monárquicos. Os da «Frente Única», que receiam a nossa colaboração com o Governo em sentido construtivo, também não gostaram. Ora uns e outros podem ainda actuar dentro da situação e o seu poder de intriga tem-se demonstrado colossal.

«Reputo difícil — repito — remar contra a maré. Reputo indigno continuar na mesma posição.

«É que não estamos habituados a entrar na casa alheia pela escada de serviço, à laia de parentes envergonhados.

«Siga, pois, o Governo o seu caminho, que nós seguiremos o nosso.

«Esse caminho, imposto pela nossa consciência, só pode ser um: o da abstenção perante as facções em luta. Nunca, por nunca ser, poderíamos unir-nos aos homens da

«Frente Única», guerrilheiros sem soldados seguros, arrastando, porventura, atrás de si a caterva sinistra de todos os ódios.

«Afastados da Situação, que, no fundo, repele todas as camaradagens, mesmo as honestas, recolhemo-nos, momentaneamente, ao silêncio. Em política, o silêncio é, por vezes, uma virtude. É que a voz do bom-senso não pode fazer-se ouvir no meio da balbúrdia dos acampamentos.

«Nós éramos uma força possível de equilíbrio. Sumimo-nos, por algum tempo, pelo buraco do ponto. Podem os monárquicos começar a afiar a durindana de Monsanto nos alfagemes da grei. Podem os da «Frente Única» lançar as suas hostes ao assalto. O combate, com a nossa retirada, torna-se inevitável. E dar-se-á através da Situação. Assim o querem, assim o terão.

«Resta-me, Sr. Ministro, pedir-lhe licença para publicar, oportunamente, esta carta, a fim de que cada um de nós possa definir as suas responsabilidades perante o País. Agradecendo todas as atenções de que lhe sou devedor, subscrevo-me, com a mais alta estima e consideração,

«de V. Ex.<sup>a</sup>

«Am<sup>o</sup>, at.<sup>o</sup> e admirador mt.<sup>o</sup> obgd.<sup>o</sup>

«Pela U.L.R.

«Cunha Leal»

## ANEXO J

### Manifesto da U.L.R. ao País

(18 Junho 1927)

FONTE: *O Distrito da Guarda*, de 26-6-1927, pág. 1

«A União Liberal Republicana entende seu dever afirmar, mais uma vez, perante o País as razões da sua atitude política desde o pronunciamento militar de 28 de Maio de 1926 e definir, com precisão e clareza, os motivos da modificação dessa atitude na gravíssima conjuntura política e administrativa que aflige a Pátria Portuguesa.

«Constitucionalista, a União Liberal Republicana aceita a fatalidade e a necessidade das ditaduras, como um fenómeno político, por vezes essencial para a continuidade histórica da Nação.

«Quando os Governos põem o espírito das leis ao serviço das clientelas, quando as interpretações dos textos constitucionais são condicionadas pelos interesses partidários e a vida política se concentra apenas em volta do Poder para a distribuição dos lugares a cada um, segundo as suas necessidades ou a sua ordem de inscrição nos cadastros partidários; quando se confunde, irremediavelmente, a ditadura do número com a função rigorosamente constitucional da maioria parlamentar; quando a lei é impotente para regular uma vida partidária tumultuária e os factos sociais exigem uma expressão jurídica imediata: — então a ditadura é o recurso à consciência moral do País para que ele delegue em alguém a autoridade e a energia necessárias ao restabelecimento da disciplina e à execução espontânea da vontade geral.



«A ditadura, tal como a U.L.R. a concebe e a justifica, é uma delegação da consciência pública que projecta para além das fórmulas a sua força de coesão e renovação. É a realização de certas aspirações colectivas que, em dado momento histórico, não encontravam na legalidade aplicável os meios de realização bastantes. É a força suprimindo, excepcionalmente, a insuficiência do direito. Assim, a ditadura é um fenómeno político profundo, no qual deve colaborar o máximo das reservas morais e intelectuais do agregado.

«A insurreição militar de 28 de Maio não cumpriu, porém, o mandato imperativo que a Nação portuguesa lhe outorgara. O que deveria constituir a libertação das forças nacionais submetidas ao uso monopolista do Poder transformou-se num exclusivo que só a uma classe confiou o trabalho de reorganização da vida pública. Apesar de tudo, a U.L.R., reconhecendo a fatalidade dos acontecimentos e a invencibilidade da mentalidade política que se criara, não quis negar a uma situação de facto a possibilidade de preparar uma situação de direito e apoiou o Governo da Ditadura Militar, exortando-a, a todo o momento, à prática dos benefícios possíveis para a Pátria e a República.

«Durante um ano, enquanto uns se obstinavam em atribuir à Ditadura a significação dum facto precursor da proclamação da monarquia e outros se obstinavam no culto das Revoluções à mão armada, em cujo programa figurava um número especial dedicado à vida e haveres de alguns dos seus mais eminentes correligionários, a U.L.R. manteve sempre uma posição de vigilância e sacrifício.

«Mas aqueles que deveriam ser os executores duma obra já anunciada e definida, mas impossível de realizar pelo péssimo funcionamento dos órgãos parlamentares, deixaram-se aliciar pelos agitadores do ódio contra os políticos, fórmula capciosa cuja aplicação perverteu, completamente, o espírito da Revolução de 28 de Maio.

«A U.L.R. não foi exceptuada desta excomunhão absurda. Diariamente, lhe foi negado o direito de intervenção na vida administrativa da República. Consideravam-na como um partido gasto e moribundo sob o peso de velhas e formidáveis responsabilidades. Não se pediu ao seu programa um ensinamento e uma sugestão, não se reconheceu, em nenhuma circunstância, a necessidade ou vantagem do seu auxílio ou do seu apoio. em certo momento, quando a vaga revolucionária ameaçava subverter totalmente a situação, a U.L.R. parecia desempenhar apenas o estranho papel de fornecer o sangue necessário à saciedade dos Deuses. É o preço por que às vezes se paga a lealdade e a coragem de servir a Nação.

«Assim, nem a sua atitude moral, a sua firme dignidade, a sua clara e serena visão dos acontecimentos, lhe conseguiram merecer a simpatia dos detentores da glória de mandar. Aceitava a U.L.R. que, dentro ou fora de qualquer agrupamento político, se escolhessem os homens que pelos méritos e virtudes se sentissem obrigados a colaborar na obra do ressurgimento nacional. Mas persistiram na exclusão de sempre e, em tais condições, alteraram-se, com lamentável prejuízo, os dados do problema a resolver. Após um ano de Ditadura Militar, quando o Exército já deveria ser a guarda fiel duma obra de reparação de todos os direitos ofendidos, de sábia gestão dos dinheiros públicos, de assinalado e intangível prestígio internacional, de delineamento seguro da restauração económica, duma política energética, fecunda e directa de unidade nacional, está-se assis-

tindo ainda a uma árida discussão de princípios entre aqueles que pretendem colocar na História as ideias com posterioridade aos acontecimentos.

«Por isso, aonde se esperava acção surge teoria; o que deveria ser começo de realização foi iniciação doutrinária.

«Entretanto os acontecimentos e um regime sem sanções nem obrigações consumaram a sua obra fatal.

«Partido conservador, a U.L.R. já inúmeras vezes, na Imprensa e na tribuna, definiu, com o máximo rigor a essência do seu conservantismo. O seu programa provém da noção exacta dos grandes problemas que agitam a vida económica e financeira do País. Provém, em suma, do culto fervoroso dessas realidades que, para os espíritos desinteressados, contêm a base das grandes soluções.

«Na vida espiritual o seu conservantismo representa também um assinalável progresso. Conhecedora da desagregação moral, que, sob o influxo do misticismo asiático, está corroendo a velha Europa, foi a única força política que pregou e incluiu no seu programa a prática de todos os actos legislativos necessários para a expansão do sentimento religioso.

«Com este culto probo das grandes realidades da vida portuguesa, a U.L.R. é a natural inimiga de todas as abstracções radicais ou reaccionárias cujos representativos querem suprir com verbalismos brilhantes a ausência de capacidade de estudo e de realização.

«Nestas condições, a U.L.R. resolve saudar todos os portugueses que, sob a égide da República, procuram servir com isenção os sagrados interesses da Pátria; saúda o Exército e a Marinha pelas suas nobres aspirações de salvação nacional; e, afirmando mais uma vez a sua inquebrantável fé nos destinos da Pátria e da República, declina toda e qualquer responsabilidade nos actos da ditadura, acerca dos quais não foi consultada, e constata que certos elementos, que se agitam, desordenadamente, à volta do Governo, a colocaram na impossibilidade de ter, neste momento, qualquer intervenção na vida pública portuguesa».

## ANEXO K

### Conferência «Nacionalismo»

(Dezembro 1927)

FONTE: CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias*, Vol. III, pág. 93 e seg.

«Minhas Senhoras, ilustres Ministros, meus Senhores:

«Agradeço à Comissão promotora desta Conferência o ensejo que me proporcionou de afirmar alguns princípios que reputo salutaros, neste dia tão preñado de gloriosas evocações para todos os portugueses que ainda não tenham perdido a noção do sentimento pátrio. Não se arrependirão da sua iniciativa visto que não ouvirão aqui palavras interesseiras e vis. Amando a verdade, proclamei-a sempre sem receios; hoje procuro mesmo servi-la sem paixões, que tantas vezes conduzem ao exagero.



«Agradeço, igualmente, ao Governo do meu País o ter-se feito representar nesta sessão, segundo as sugestões feitas pela Comissão promotora. A sua presença aqui prova que, passados os fumos da vitória e os exageros da primeira hora, os homens de Estado que o 28 de Maio improvisou, estarão dispostos a não cerrar ouvidos às manifestações sinceras da opinião pública. Preside ao Governo alguém que muito respeito e que, não me conhecendo profundamente, alguma coisa não ignora de mim. Ele sabe que o temor até hoje não me tem entibado o ânimo e paralisado a acção. Ele sabe que, se a Ditadura se não implantou três anos mais cedo, não foi por minha culpa, com toda a certeza. Ele ouviu-me proclamando os sãos princípios no julgamento dos vencidos de 18 de Abril de 1925. Ele faz-me, sem dúvida, a justiça de crer que a circunstância de não ter combatido a Ditadura pela palavra ou pelas armas se não pode atribuir a um receio que seria vil, mas de que — repito — sou incapaz. A minha folha de serviços à causa da libertação do Povo português do jugo férreo que sobre ele pesava não oferece comparações com a de tantos que farandolam à volta da Situação, na ânsia de conseguirem que pela sua gritaria descompassada se aquilate da sua fé.

«O Governo, vindo aqui para ouvir que não para aderir, presta justiça às intenções dum homem; e, embora no fim, cada um de nós — Governo, ouvintes e conferente — possa ficar nas mesmas posições em que, anteriormente, estava, nem por isso a deferência, representada por essa comparência, deixa de ser grata a quem, tendo feito o que fez pela eclosão de o 28 de Maio e tendo, depois desse movimento, ouvido quase apenas a barulheira hostil das rãs a coaxarem num charco, se limitou, nas horas das mais furiosas invectivas, a sacudir quem o atacava, sem, como seria natural, se deixar arrastar para a guerra, para onde, aliás, desejavam empurrá-lo certos amigos e certos adversários da Situação.

«A todos os que, convidados, compareceram a esta reunião, igualmente, agradeço a sua presença quer os tenha trazido aqui a simpatia, a simples curiosidade ou até mesmo o desejo de, ouvindo-me, encontrarem nas minhas palavras razões para me combaterem. Nos tempos que vão correndo, não é lícito aos homens públicos ocultarem o que pensam, nem é justo que eles esperem irradiar em torno de si uma simpatia e força de convicção tais que consigam converter a integralidade dos seus adversários. Estou, pois, seguro de que não convencerei toda a gente, mas tenho também a certeza de que, se quiserem ser justos, hão-de reconhecer a sinceridade das minhas intenções.

«Meus Senhores:

«Há 287 anos, uns tantos portugueses, muito poucos, vendo a sua Pátria envilecida e oprimida pelo jugo do estrangeiro, resolveram abalançar-se à empresa magnífica de a libertarem. Dias antes, em 28 de Novembro, os conjurados haviam-se reunido para concertarem os últimos detalhes da aventura, e um deles, o mais novo talvez, João da Costa, fizera ouvir a linguagem fria da razão. Que lhes disse esse moço, aliás valente e leal português, que, pela primeira vez, assistia às reuniões dos conjurados?

«Afirmou-lhes que os conspiradores não passavam de quarenta fidalgos, que, com os seus criados, escravos e familiares, chegariam, quando muito a duzentos; que era incerta a adesão do Povo; que, em contraposição, o poder de Castela era enorme em toda a parte, sendo-o até mesmo em Lisboa, aonde havia nas casernas do Castelo e das Tor-

res e nos navios surtos no Tejo mais de 1500 homens armados, sem contar com os partidários não arregimentados, do domínio espanhol; que, supondo, apesar de tudo, triunfante a revolução em Lisboa, Castela podia esmagar-nos, logo a seguir, pois nem sequer contávamos, como a Catalunha, com a amizade de Richelieu; que o Duque de Bragança não tinha capacidade para ser um rei guerreiro; que os espanhóis, para nos reduzirem a província, nos haviam tirado homens, dinheiro, armas e cavalos e que, assim empobrecidos, era difícil triunfar na luta que se seguiria.

«João da Costa, aparentemente, tinha carradas de razão. Detalhemos, de facto, mais minuciosamente do que os historiadores nos contam que ele o fez, as circunstâncias em que se encontrava o Portugal de 1640.

«Antes de Filipe II ter ajuntado aos seus títulos o de Rei de Portugal, o nosso País encontrava-se em paz com a Europa, à qual fornecia os produtos arrancados aos seus vastos domínios coloniais. A partir de 1580, os inimigos de Castela passaram, porém, a ser também inimigos nossos. Franceses, ingleses e holandeses viram, de repente, interrompidas as suas pacíficas relações comerciais connosco. O instituto natural de conservação e progresso levou-os a irem procurar, directamente, nesses domínios aquilo que não podiam obter por outros meios. O nosso Império colonial começou a ser esfarrapado, caindo aos pedaços noutras mãos. A Marinha portuguesa foi decaindo, lentamente. O desastre da Invencível Armada, em que tantas das unidades nacionais iam incorporadas, o naufrágio de 1626 da Esquadra de D. MANUEL DE MENEZES, o desastre do Canal de 1639, a destruição da Armada do Conde da Torre, em 1640, reduziram a pouco menos do que nada a nossa Marinha. À medida que os navios desapareciam na voragem, despovoavam-se os Arsenais, cessava a formação de Capitães e das tripulações. Mais de 7000 bocas de fogo nos levava Castela. As próprias barcas da pirataria moura se afoitavam a penetrar nas nossas praias.

«Enquanto, pois, o nosso comércio decaía e as nossas alfândegas se mostravam improdutivas, crescia o comércio dos Povos rivais.

«Em 1581, nas Cortes de Tomar, Filipe II, político astuto, na sua patente de graças e mercês, outorgara ao País aqueles mesmos privilégios e imunidades que D. Manuel I jurara em assembleia similar. Mas essas promessas não foram mantidas pelos seus sucessores e todos os actos de Olivares, o poderoso valido de Filipe IV, visavam a reduzir-nos à misérrima condição de Província espanhola. Exacções fiscais exercidas contra todas as classes — Povo, Clero e Nobreza — provocavam a ruína colectiva. Os homens válidos eram arrancados, violentamente, aos seus lares, não para defenderem as nossas Conquistas, mas, sim, os domínios espanhóis.

«Em 1580, os partidários da união das duas Coroas haviam visionado progressos e grandezas. A realidade dava-nos, porém, revezes e desesperanças: o nosso poder marítimo e comercial arruinado, as nossas conquistas invadidas e a decadência precipitando-nos em furiosa cavalgada.

«Apesar de tudo isso, Portugal conseguiu firmar, de novo, a sua independência, ao passo que a Catalunha, melhor favorecida pelo condicionalismo material, fracassou em idêntica empresa. Por quê?



«É que os factores morais tiveram no caso uma influência enorme, e com ela não havia contado João da Costa e todos os pessimistas. Caídas por terra antigas ilusões, Portugal verificara que, sózinho, podia mais do que encostado à poderosa monarquia espanhola. O absolutismo castelhano propusera-se arruinar as nossas instalações locais e as classes que formavam o sólido arcabouço da Nação. Atacada nos seus próprios fundamentos, enfraquecida e humilhada, vendo-se prestes a ser convertida em Província hispânica, a Nação Portuguesa reagiu e a fé de alguns salvou-a, por isso que essa era a verdadeiramente aspiração de todos. A partir desse momento, Clero, Nobreza e Povo foram unânimes no seu desejo de vencer ou morrer.

«Esse movimento de reacção era tão nacional que, até quase à última hora, os conjurados não tiveram nem Chefe, nem Rei. Induzido pela sua habitual astúcia, o Duque de Bragança não queria comprometer-se e só se *decidiu a intervir na conspiração salvadora quando recebeu ordens para marchar* contra a insurreição catalã, pretexto de que Olivares se servia para o afastar de Portugal e talvez para o prender. Por várias vezes, antes disso, os conjurados chegaram a alvitrar a hipótese da proclamação da República no País.

«Foi só em fins de Outubro que o Duque de Bragança deu a sua adesão aos preparativos do movimento. Conta-se, que antes de tomar, em definitivo, essa atitude, resolvera consultar ANTÓNIO PAIS VIEGAS, seu Secretário. Ter-lhe-ia este perguntado «que partido seria seguido por D. João no caso de o Reino se constituir em República — se o do País, se o dos castelhanos». D. João teria respondido que «em qualquer acontecimento havia de acostar-se ao que seguisse o comum do Reino». Então — segundo o conselho do consultado — «mais valeria arriscar tudo para ser Rei do que arriscar tudo para ficar Vassalo».

«Eis como Portugal conseguiu fabricar um Rei. A Restauração, foi, pois, obra duma Nação que reage como um organismo vivo, espontaneamente, apesar de desajudada por aquele que, mais tarde, veio a ser o seu Monarca. Em suma, não foi um Rei quem salvou a Nação, foi esta que se salvou a si própria e improvisou aquele.

«1640 é o triunfo do nacionalismo português.

«Esta palavra nacionalismo anda muito em voga. Agitando-a como uma bandeira, certos políticos como que pretendem situar os seus adversários no campo do internacionalismo.

«Os neo-nacionalistas proclamam que querem modificar as características do Estado português, transformando-o num Estado nacional. Para abrangermos bem o significado destas duas palavras, arrancaremos do livro do Sr. MARTINHO NOBRE DE MELO, *Para Além da Revolução*, algumas considerações esclarecedoras:

«Tem o Estado de promover o bem comum? Não deve restringir-se o papel, que lhe toca, à conservação da ordem, que implica a aplicação da justiça nos tribunais, e é tudo? Por certo que a missão do Estado é bem mais larga...

«O liberalismo, colhendo o argumento dos factos, logo nos propõe o tipo ideal de Estado-gendarme. O Estado-gendarme não basta. Fez-se necessária uma concepção mais vasta e prática, mais sugestiva e propulsionadora: a do

Estado-nacional. A abstenção absoluta dos poderes públicos é uma concepção ideológica à qual nunca a realidade se adequou, nem se adaptará jamais...

«A missão do Estado-nacional tem que efectuar-se por variados meios e processos que interessam à economia integral do grupo e, portanto, à sua fisiologia e morfologia, pelo que vão desde os estruturais e estáticos aos funcionais, dinâmicos e espirituais. Podemos visioná-los e escorçá-los pela seguinte forma:

«1.º) Promover e realizar as condições económicas e sociais propícias, em que os indivíduos, as famílias e os grupos possam exercer e desenvolver as suas actividades próprias para o seu bem particular e para a geral prosperidade da Nação, e, portanto: a) criar, conservar, desenvolver, directa ou indirectamente, vias de comunicação e transporte — estradas, caminhos de ferro, transportes e canais; b) contribuir para o progresso do comércio e da indústria por meio de convenções comerciais e dirigir, por meio de tarifas aduaneiras e pelo regulamento da posição cambial, o movimento da importação e da exportação; c) estimular a produção nacional pela criação de instituições destinadas à propaganda e difusão de conhecimentos técnicos, nos diferentes ramos da indústria, pela atribuição de recompensas, alívio de colectas, concessão de prémios; d) criar mercados novos pela colonização ou acordos.

«2.º) Editar todas as medidas e avigorar as instituições que tendam à conservação e reprodução da espécie, como o instituto da família, e a gerar e manter uma ordem natural e estável, com as corporações profissionais.

«3.º) Manter e preservar de influências deletérias a linguagem, a religião, os móveis e sanções morais e os mitos patrióticos, que são produto fisiológico da raça, adaptações nacionais da Verdade ou invenções do instituto de conservação do grupo.

«4.º) Alimentar o espírito nacional pelo culto das tradições e glórias do passado, pela audaciosa esperança de engrandecimento da Pátria no futuro, enfim pela concepção heróica do Estado-nacional, que implica um semi-número de ideias e instituições, a floradas no presente ensaio».

Magister dixit. Perdeu muitas palavras para nos dizer uma coisa que todos sabemos, ou seja que a concepção do Estado-gendarme é mera utopia. Como veremos, todas as forças humanas empurram o Estado para tendências opostas. O fim do Estado-nacional, como o concebem os neo-nacionalistas, é o engrandecimento da Pátria. Este é o objectivo de todos os Estados, cuja acção se faz sentir «por variados meios e processos, que interessam à economia integral do grupo.»

«Aonde está, pois, a diferença entre os velhos nacionalistas e os neo-nacionalistas? Vamos a arrancá-la a algumas frases de PAUL BOURGET no *Outre-Mer*, T. II:

«Devemos procurar o que resta da velha França e ligar-nos a isso por meio de todas as nossas fibras, reencontrar a unidade natural e hereditária da Província sob o Departamento artificial e morto, reconstituir a família, agarrada à terra pela liberdade de testar, proteger o trabalho pelo restabelecimento



das Corporações, dar à vida religiosa o seu vigor e a sua dignidade pela supressão do orçamento dos cultos e o direito de possuir livremente assegurado às associações religiosas, numa palavra, neste ponto como nos outros, desfazer, sistematicamente, a obra assassina da Revolução Francesa.»

«Eis, em poucas palavras, a concepção final dos nossos neo-nacionalistas: destruir a obra *soi-disant* assassina da Revolução Francesa. Tão servis somos agora como quando a copiámos.

«Enunciado assim, não será isto, pura e simplesmente, um disparate?

«Para melhor compreensão das conclusões a que vou chegar, vejamos como é que se explica, nas nacionalidades surgidas após a queda do Império Romano do Ocidente, a formação duma vida regional intensa e fecunda.

«Essas nacionalidades constituíram-se, através de lutas ingentes, em Países desprovidos, em absoluto, de meios de comunicação. Como arregimentar homens, como realizar o milagre de levantar uma grei inteira a não ser pela fragmentação e divisão do território nacional em parcelas cada uma delas sujeita a uma espécie de suzerania decorrente da própria delegação da autoridade régia? Os Suzeranos locais foram, naturalmente, escolhidos dentre aqueles companheiros de armas do Rei que mais se haviam distinguido nos campos de batalha. Formou-se assim uma nobreza guerreira, ciosa dos privilégios conquistados no fragor dos combates.

«Por outro lado, enfraquecida, gradual e progressivamente, a autoridade do Império Romano, nas novas nacionalidades improvisadas sobre os seus escombros começaram a aumentar paralelamente, em importância, certas instituições locais de carácter popular, como, por exemplo, os municípios.

«O regionalismo teve, pois, de início, como base, a fragmentação dos Estados em zonas sujeitas a uma suzerania privativa, delegação da autoridade régia, e a sobrevivência das instituições municipais à derrocada da construção imperial de Roma.

«A improvisação de certo número de Estados dentro dum Estado único imprimiu à economia da Nação uma fisionomia particular. Cada um desses órgãos parcelares começou a proteger-se por uma complicada teia de barreiras fiscais; e, pelo exagero deste protecção, chegou-se, instintivamente, à concepção autárquica de que cada um desses sectores deveria bastar-se, a si próprio, criando para tanto, indústrias locais, que, de certo modo, fossem susceptíveis de satisfazer as necessidades regionais. O intercâmbio económico não estava — é certo — proibido, mas, por vezes, era mais dificultado do que o são, hoje em dia, as trocas internacionais.

«A formação duma burguesia, cujo poder se ia consolidando lentamente, foi o produto duma ascensão capilar de elementos do Terceiro Estado. Assim como a nobreza — classe fechada — se defendia da invasão da classe popular, reproduzia-se nesta, instintivamente, o mesmo fenómeno, de modo que as sub-classes, originadas dentro dela, procuravam fechar-se ao acesso de outros elementos mais inferiorizados, socialmente, das chamadas do Povo. A organização do operariado industrial em Corporações fechadas é a prova do que venho de afirmar.

«Por outro lado, os princípios de autoridade dominantes na época, a própria necessidade de defesa davam à família importância decisiva no agregado social; e, sendo a agricultura a ocupação quase geral do povo português, essa Instituição vivia, de certa forma, agarrada à terra.

«Família, Corporações, Municípios, Classes, Região, produção industrial localizada, descentralização — tais foram as características fundamentais da Nação portuguesa no período inicial da sua constituição. É isto o que se pretende ressuscitar?

«Veja-se agora como evolucionou até ao advento da Revolução Francesa a nação formada com esta configuração.

«Não foi necessária a deflagração daquele grande acontecimento histórico para que começasse a operar-se, lentamente, o fenómeno centralizador. O período da fixação das nacionalidades tinha, mais ou menos, terminado. As comunicações entre as diferentes regiões haviam melhorado. Uma produção industrial, nacional por obedecer a conveniências de ordem geral na sua localização, começava a tornar-se possível. A tendência para o intercâmbio económico do agregado acentuava-se, tornando periclitante a resistibilidade de algumas indústrias regionais, por terem, em certas zonas, melhores condições de sucesso que noutras. A classe popular lá ia realizando uma lenta ascensão. A burguesia acentuava o seu domínio financeiro, económico e social.

«Os Reis, cujo poder era imensamente reduzido pelas autarquias locais, tendiam, à medida que se acentuava a paz com os inimigos externos, a reduzir as atribuições e privilégios da nobreza. Aproveitando as antinomias das classes, apoiavam-se umas para combater a influência das outras. Pouco a pouco, foi-se passando da monarquia descentralizada e de intensiva vida regional para a monarquia centralista e de menor vibração local. Entre nós, o desvio da actividade interna para a tarefa gigantesca das Descobertas e Conquistas concorreu ainda mais para a acentuação duma tendência que, de resto, era comum a todas as monarquias europeias.

«Entre parêntesis, observarei que, em minha opinião, os neo-nacionalistas erram, quando supõem que a cúpula dum edifício social em que a descentralização seja a norma e o regionalismo tenha reconquistado as honras a que tem direito, deva ser, forçosamente, um Rei hereditário, garantindo por uma autoridade imperativa o equilíbrio dos diferentes grupos do corpo nacional. Uma realza que não seja apenas uma sombra, como a da Inglaterra, há-de tender sempre para a centralização. É este o exemplo que nos fornece, constantemente, a história. Parece, porém, que os neo-nacionalistas estão dispostos a ler a história às avessas.

«Fechando estes parêntesis, farei notar que, nestes termos, quando a Revolução Francesa iluminou o mundo com o seu clarão deslumbrador, já a centralização havia operado os seus efeitos naturais. A economia regional vegetava, mas o que é certo é que a Nação ainda não conseguira improvisar uma vida industrial que, não sendo pertença desta ou daquela região, fosse, por assim dizer, independentemente da sua localização, a resultante da concentração de todos os esforços da Nação. A troca vivia ainda entravada por milhentos e indesejáveis obstáculos.

«Qual foi a característica da produção no século seguinte à Revolução Francesa? Foi a criação da Grande Indústria. Ora esta não podia constituir-se com a existência



simultânea de muitas indústrias locais similares. A Grande Indústria surgiu, lentamente, pela criação e acumulação de capitais privados e a sua inversão em empresas gigantescas, pela concentração industrial em zonas privilegiadas, pela facilidade crescente das comunicações, pela supressão das barreiras aduaneiras interiores e pelo gradual aperfeiçoamento da técnica, iniciado com a descoberta da máquina a vapor. A região tinha de sofrer, forçosamente, na intensidade da sua vida privativa para que a colectividade, em conjunto, pudesse ganhar. Pode alguém, sinceramente, lamentar-se de que a Revolução Francesa tenha determinado o progresso sensível da produção e operado a multiplicação dos capitais? Não há dúvida de que há gente para tudo!

«Aquele cataclismo político-social, posto em face dum problema, que, aliás, os seus fautores nunca chegaram a atingir por completo, deu-lhe, por instinto, soluções extremas e radicais.

«Se a troca era prejudicada pelos restos do feudalismo que ainda tinham sobrevivido à ruína da nobreza, a Revolução, suprimindo os privilégios das classes e das regiões, deu ao comércio possibilidades de amplo desenvolvimento.

«Se a classe e a Corporação fechada eram barreiras que se opunham a mais largo recrutamento dos dirigentes e do operariado industrial, a Revolução, fazendo intervir o indivíduo isoladamente na vida social e suprimindo as distinções legais das castas, facultava às indústrias maneira de atingir um tal objectivo.

«Falando de MICHELET, são de meditar estas reaccionárias considerações de MAURRAS, o padre-mestre do Integralismo Lusitano:

«Durante longos anos, a França foi representada, quer em literatura, quer no resto, pelos membros duma elite hereditária; os belos espíritos, que podiam nascer da pequena burguesia ou do Povo, acediam às honras, introduzindo-se no clero.»

«Impossível, evidentemente, conceber uma indústria com as proporções da actual sem que a Nação inteira fosse o reservatório onde se iriam seleccionar os seus chefes e sem que as Corporações franqueassem as portas a toda a gente. A Revolução, com o seu método simplista, resolveu o problema de modo radical, destruindo todos e quaisquer laços que o profissionalismo ou os prejuízos sociais tinham estabelecido entre os homens e fazendo-os intervir na vida pública apenas como seres isolados.

«Foi este o melhor método? Não, não o foi. Mas isso não quer dizer que, durante um longo período, o processus, apesar de não ser o preferível, se não tivesse revelado eficaz e não houvesse tido até a vantagem de permitir que na sociedade portuguesa estejam pululando certos «belos espíritos», que nunca poderiam ter-se formado outrora e que hoje se prevalecem do direito de amaldiçoar a Revolução Francesa, sua real progenitora.

«De facto, se num período de 20 a 30 anos se tivesse operado uma lenta transformação social, a Revolução Francesa haver-se-ia tornado desnecessária, e a destruição, não indo tão longe, deixaria subsistir, transformando-as, certas instituições locais, certos elementos tradicionais, que seriam, mais tarde, outras tantas barreiras a opor contra perigosos movimentos que se estão desenvolvendo nas sociedades contemporâneas.

«Os processos catastróficos, por vezes, são inevitáveis, embora quase nunca se tornem desejáveis. Foi o caso da Revolução Francesa. Combatendo a evolução com uma teimosia obstinada, as classes privilegiadas prepararam esse Movimento, ao qual não tiveram, depois, a coragem de se opor com ânimo forte, limitando-o na sua intensidade e na sua amplitude.

«A Revolução rolou pelo mundo inteiro como uma avalanche. Arrasou o que era mau e o que era bom. Mas sobre os escombros deixados por ela ergueu o mundo moderno — repito — o edifício soberbo da Grande Indústria.

«Pouco a pouco, à medida que a humanidade caminha, aperceberam-se, porém, as consequências provocadas por esse cataclismo. Enumeremo-las, sumariamente.

«A indústria não se podia desenvolver por impedirem a troca mil e um obstáculos, que foram, como se disse, varridos pela Revolução. A certa altura, as sociedades começaram, porém, a sofrer a tirania da própria troca. A produção, em vez de estar situada no primeiro plano, passou para segundo, sendo o lugar primacial conquistado pelo comércio, que usa e abusa dos seus privilégios.

«Ao princípio, o desenvolvimento da indústria fez-se no âmbito nacional. Mas os grandes blocos económicos, postos em confronto, conduziram a Europa a uma guerra devastadora, que destruiu muitas energias indispensáveis à conservação do Velho Continente. A consequência foi o engrandecimento industrial desproporcionado da produção norte-americana. Para resistir à invasão dos seus produtos, a indústria europeia tende a agregar-se não já num plano exclusivamente nacional, mas num plano nitidamente internacional. Isto conduz, em política, a um internacionalismo que põe a Europa à mercê da penetração das teorias bolchevistas, que têm a Rússia como centro de irradiação. Por outro lado, os povos, cuja indústria seja fraca, podem vir a ser vítimas destas combinações industriais.

«As nacionalidades tendem assim a descaracterizar-se e a perder a sua autonomia económica. Nos meios internacionais já se fala na federação dos Estados Unidos da Europa. Esta tendência encontra os Povos desprovidos duma estrutura interna que os torne aptos para resistir à sua crescente pressão. Esta imensa multidão gregária dos cidadãos não se encontra separada das outras greis senão pelas suas fronteiras. Rotas estas, as penetrações tornam-se fáceis, por isso que nada existirá para autonomizar os Povos.

«Importa, por isso, fazer mais diversificada e complexa a orgânica do corpo social, tornando mais forte a instituição familiar, reunindo os homens através do vínculo do profissionalismo e imprimindo à vida regional maior intensidade. Várias circunstâncias tornam possível a realização deste último objectivo: a generalização do uso da energia eléctrica no fenomenalismo económico, o que vem sendo facilitado pela transformação da energia hidráulica naquela variedade energética; a possibilidade do seu transporte a distância; e, conseqüentemente, a ressurreição de antigas indústrias locais ou o estabelecimento de indústrias inteiramente novas.

«O internacionalismo, pondo em perigo, sobretudo, a liberdade dos Povos, está destinado a ser o providencial instrumento que haja de provocar reacções internas susceptíveis do acréscimo de resistibilidade do corpo social.



«Acentuemos, porém, que a Monarquia — repito — é um regime que tende, naturalmente, para a centralização política, o que, de certa forma, contraria esta tendência contemporânea. Ponhamos ainda em relevo que o entrelaçamento dos nossos interesses económicos com os dos espanhóis pode vir a ser o mais perigoso instrumento de desagregação nacional.

«O individualismo, tal como o concebeu a Revolução Francesa, foi fecundo, mas a experiência demonstra-nos que é preciso, em parte, ultrapassá-lo. Esta metamorfose, sendo, sob certo aspecto, um regresso, está, contudo, muito longe de ser uma cópia servil do passado. Dizia o grande sábio HENRI POINCARÉ que, havendo-se fundado, sucessivamente, sobre grupos de factos conhecidos várias teorias, entradas, posteriormente, em caducidade, todas elas foram úteis e verdadeiras na medida em que concorreram para a descoberta de novos factos. Do individualismo, dos seus antecessores e dos seus sucedâneos, se pode dizer o mesmo que HENRI POINCARÉ afirmava quanto às teorias.

«Encorajemos, pois, os políticos a não se subtraírem às novas tendências. A isto chama Paul Bourget, e, com ele, estão de acordo os neo-nacionalistas, destruir a obra maldita da Revolução Francesa. Eu chamo-lhe — continuá-la.

«Nenhuma revolução pode ter a tola pretensão de instituir princípios imutáveis, gravados no próprio bronze da Eternidade. As instituições políticas e os conceitos que as norteiam têm de adaptar-se às realidades, não sendo de admitir que ao corpo social, que é um organismo vivo, se faça sofrer torturas, deformações e amputações, quer para conservar fórmulas caducas, quer para instaurar, pela violência, fórmulas novas.

«A Democracia e os seus princípios, que são filhos legítimos da Revolução Francesa, são susceptíveis de evolução. Se ela quer viver, tem de adaptar-se mas deixa então de ser a democracia — sustentam os seus ferozes adversários. A isso contrapõe-se a afirmação de que também nós, todos os dias, vamos sofrendo tais transformações que, ao fim de determinado tempo, todas as células do nosso corpo estão substituídas. Nem por isso deixamos de ser os mesmos.

«A Democracia, evoluicionando, pode ainda realizar a obra que as sociedades esperam dela. Bem sei que dois obstáculos se opõem ao seu normal desenvolvimento: certos neo-nacionalistas desejam, à viva força, uma revolução, por isso que a sua mentalidade é catastrófica e, em virtude disso, proclamam a incapacidade da Democracia para se adaptar; por outro lado, certas lapas da Democracia persistem em conservar, em toda a sua pureza original, princípios que já não correspondem às necessidades hodiernas.

«Nós, os neo-democratas — passe o termo — vivemos entre estas duas tendências e, neste momento de perturbação geral, não é das mais cómodas a nossa posição.

«Mas, na realidade, o objectivo que pretendemos atingir é, sensivelmente, o mesmo para que tendem os neo-nacionalistas. Os componentes das sociedades contemporâneas ou são partidários dum internacionalismo que visa a supressão das fronteiras, como condição de equilíbrio da humanidade, ou são partidários dum nacionalismo que pretende atingir essa posição de estabilidade à custa do entendimento amigável de unidades nacionalistas fortes e autónomas.

«Nós, os neo-democratas, somos, pois, nacionalistas. O nosso patriotismo não receia comparações com o de ninguém. É menos gritante, menos espectacular, mas mais

profundo do que os dos neo-nacionalistas. Não deseja arrasar, como um terramoto colossal, as edificações dos nossos dias para fazer construções mais amplas, mas deseja adaptar, restaurar e acrescentar as edificações existentes.

«O que deles nos separa, mais do que os princípios, é a sua mentalidade e são os seus processos. A mentalidade destes nossos adversários tem todas as fúrias do homem primitivo e os seus processos são os da violência. Sonham — insisto — com a demolição. Não querem realizar uma obra de comum acordo com a nação. Como os teóricos da Revolução Francesa ou da Revolução Russa, pretendem — minoria audaciosa que são — apoderar-se do Poder para fazerem experiências *in anima vili*, na carne dolorida de todos os portugueses. Inventam adversários para terem o prazer de esmagá-los e repelem a revelha asserção dos inimigos do interior que foram arrancar à violência de MAURRAS. Ao contrário, nós, por nos não sentirmos com predisposição para Átilas, queremos, por sucessivas transformações, partir do presente, que é triste, para um futuro que visionamos mais belo e em cuja concepção nos comprazemos.

«Não pretendemos dobrar tudo e todos ao nosso critério. Um exemplo desta cegueira vamos encontrá-lo nas relações do grupo integralista francês com o Catolicismo. Nas notas do estudo de MAURRAS sobre CHATEAUBRIAND, MICHELET E SAINT-BEUVE, encontra-se a condenação do deísmo, fora do grémio católico, nos termos seguintes:

«Frequentemente revoltado contra os interesses gerais da espécie e dos sub-agrupamentos humanos (pátria, casta, cidade, família), o indivíduo não se submete a eles, em muitos casos, senão por necessidade, horror da solidão, temor da penúria; mas se, nesta consciência naturalmente anárquica, se faz nascer o sentimento de que pode estabelecer relações directas com o Ser absoluto, infinito e todo-poderoso, a ideia deste Senhor invisível e longínquo tê-lo-á depressa afastado do respeito que deve aos seus senhores, visíveis e próximos; e a consciência preferirá obedecer antes a Deus do que aos homens.

«O mérito e a honra do catolicismo consistiram em organizar a ideia de Deus e em tirar-lhe este veneno. Sobre o caminho que leva a Deus, o católico encontra legiões de intermediários: há-os terrestres e sobrenaturais, mas a cadeia desde uns até aos outros é contínua. O céu e a terra estão povoados deles, como o estavam outrora de deuses (J. de MAISTRE, DU PAPE, últimas páginas). Esta religião restituiu assim, em primeiro lugar, ao nosso universo, a despeito do seu monoteísmo, o carácter de multiplicidade, de harmonia, de composição. Por outro lado, se Deus fala em segredo ao coração católico, estas palavras são fiscalizadas por doutores, por sua vez dominados por uma autoridade superior, a única que, sem apelo, é a conservadora infalível da doutrina.»

Vê-se que Maurras concebia a Igreja Católica não como uma Instituição superior ensinando aos homens o caminho de Deus e o respeito pelas autoridades constituídas, sejam elas quais forem, mas, sim, como mero auxiliar para a efectivação das suas próprias concepções doutrinárias. Deus, o Deus católico, não poderia deixar de pregar as



mesmas doutrinas políticas arquitectadas por MAURRAS. Deus seria assim um subalterno e Maurras seria um Deus.

«No dia em que Deus se não resignou a esse papel secundário, Maurras fulminou-o com a sua excomunhão intelectual.

«São assim os neo-nacionalistas!

«O efeito da introdução desta seita em o 28 de Maio está à vista de todos. Não, os neo-democratas, havíamos preparado a vitória; eles escamotearam-na. Nós queríamos colaborar na adaptação da Democracia ao novo condicionalismo social; eles, partidários do tudo ou nada, cavaram um abismo entre a Situação e muitos dos que estavam dispostos a auxiliá-la no campo republicano. Só nós, os homens da U.L.R., tentamos conservar os nervos suficientemente calmos para nos entrincheirarmos numa digna atitude de abstenção.

«Consequência final: os neo-nacionalistas, não tendo disposto de forças para arrastarem tudo, para determinarem, em suma, a sua catástrofe, tiveram, contudo, as suficientes para obrigarem a Situação a marcar passo.

«Pois, bem, é preciso fazê-la sair deste ponto morto.

«A actual Situação carece, na verdade, de nacionalizar-se. Nascida dum golpe de força, é indispensável que qualquer cousa a consagre. O Exército é um dos elementos constitutivos da Nação, não é a própria Nação. É possível que, impulsionado pelo seu imperativo subconsciente, ele tenha actuado por determinação da grei portuguesa. Não deixa, porém de ser útil que se dê legitimidade aos actos provocados por este instinto e que se mostre, palpavelmente, o acordo entre o mandante e o mandatário.

«Até hoje nada se fez para isso. A legitimidade resultaria, para a Situação, das afirmações de alguns. É qualquer coisa, mas não é tudo. Importa partir do particular para o geral.

«Eu sei que há outras ditaduras na Europa, mas nenhuma delas se encontra nas condições especialíssimas da nossa. No caso da ditadura espanhola ou no da italiana, um Poder absorve outros, mas fá-lo com a cumplicidade dum Poder legítimo preexistente, o Rei, que, carecendo de harmonizar, no exercício das suas funções, todos os outros Poderes do Estado, sancionou essa usurpação, a pretexto de salvaguardar interesses superiores da colectividade nacional.

«No caso da ditadura de Sidónio Pais houve um período, semelhante ao actual, de usurpação integral pelos vencedores de todos os poderes estatais, mas, dentro em breve, o vencedor submeteu a sua chefatura à sanção das massas populares.

«O actual caso da ditadura portuguesa talvez seja inédito na história mundial. Não queiramos porém, fazê-lo perdurar indefinidamente.

«Importa, como dissémos, realizar o magnífico abraço da Situação com a Nação, fundindo-as harmonicamente. Como atingir, porém, este objectivo? Decretando em Ditadura uma nova Constituição, talqualmente D. Pedro IV a doou, por mercê e graça da sua vontade liberal, ao povo português? E em que princípios se firmaria esse Estatuto Constitucional? Obedeceria às inspirações doutrinárias duns tantos portugueses, minoria ínfima e activa, que por aí anda a agitar o seu neo-nacionalismo? Representaria uma fór-

mula de transigência, de acordo com o programa da U.L.R.? Firmar-se-ia no recente trabalho aprovado pelo Partido Nacionalista? Obedeceria às injunções do Dr. BRITO CAMACHO? A querer pronunciar-se conscientemente, a Situação ver-se-ia a braços com bem sérias dificuldades.

«O que aconselhamos, pois? Em poucas palavras aí vai o meu alvitre. A Situação decretaria uma nova lei eleitoral e faria eleger por ela todas as Corporações administrativas. Feito isto, convocaria para Lisboa uma Assembleia magna que não teria carácter constitucional e seria constituída pelos representantes desses organismos e ainda dos grupos profissionais, das sociedades científicas, do professorado nos seus diferentes graus, da Força Armada e do clero. A essa Assembleia a situação atribuiria o encargo de fixar as bases em que deveria assentar a Constituição Política da República, cuja confecção entregaria, posteriormente, a uma Comissão de técnicos competentes, especializados neste ramo do Direito. Uma tal Constituição traduziria, de algum modo, a vontade do País.

«Uma delegação desta Assembleia ficaria funcionando, com carácter consultivo, até à entrada em funções do Poder Legislativo, tal como viesse a ser criado pela nova Constituição. Antes de dissolvida, a Grande Assembleia sancionaria, com o seu voto, a Suprema Magistratura provisória que a Revolução tivesse instaurado pela força e assim daria, de certa forma, legitimidade nos seus actos.

«Creio que seria esta a melhor maneira de caminhar-mos da confusão em que vivemos para a solução a que todos aspiramos. Essa solução não seria detectada nos exageros doentios de qualquer doutrinação particularista, mas, sim, numa média da vontade geral, visto que teriam o direito de pronunciar-se os representantes acidentais eleitos das corporações administrativas, a par dos delegados de grupos profissionais, intelectuais e morais com certas características de permanência. Poder-se-ia evitar a tão decantada tirania dos Partidos políticos e estar-se-ia sempre a tempo de recuar, se as circunstâncias o aconselhassem.

«Para que a paz reine entre todos os portugueses, torna-se outrossim necessário que seja decretada, imediatamente, uma ampla amnistia.

«Porventura este alvitre terá o mau sestro de não interessar os que nos governam. Mas se, por acaso, me não enganar nesta suposição, lembrarei a todos e cada um que a paz de que está carecida a nossa Terra não deve ser a paz dos cemitérios. Importa fazer entre os vivos uma conciliação geral. É necessário que se vá para as eleições municipais que preconizo sem que as Colónias estejam povoadas de deportados e as cadeias pejudas de presos. Importa decretar uma ampla amnistia que, na realidade, represente um mútuo perdão, um esquecimento de agravos recíprocos.

«Dir-me-ão que é possível a reincidência por parte dos amnistiados. E se fosse? O que é essencial é que a Situação se torne potente, por isso que a amnistia é a arma dos fortes e não dos fracos. E, para adquirir aquela potencialidade, torna-se indispensável que seja consagrada pela Nação. Indiquei uma das formas de se operar essa consagração. Mas, para que ela se torne efectiva, convém que às urnas, de que não-de sair as corporações municipais regulares, concorra uma maioria esmagadora de eleitores. A amnistia,



sob certos aspectos, não virá na hora mais conveniente? Nem, por isso, de modo geral, deixará de vir na hora própria.

«Não creio que os adversários da Situação se mostrassem insensíveis ao apelo que esta lhes fizesse sob a forma de uma ampla amnistia. Seria um grande passo para a reconciliação da nossa grei.

«É, pois, com esta íntima certeza que me afoito, neste dia em que a nacionalidade festeja mais um aniversário do fenómeno da sua ressurreição, a lançar este veemente brado em prol dum amplo e mútuo perdão de agravos por parte dos vencedores e por parte dos vencidos.

«A divisa dos fortes deve ser a generosidade. Aos vencidos não fica mal, reconhecendo-a, agradecê-la.

«Não quero terminar esta Conferência sem pôr ainda em destaque que o meu nacionalismo e o dos meus amigos não é, de nenhum modo, agressivo para as outras nacionalidades.

«A U.L.R., a que pertença, reconhece as vantagens duma estreita aliança com essa grande força espiritual que dimana da Igreja Católica. Não a queremos subordinada ao poder civil, queremos-la a exercer a sua acção pacificadora no nosso meio social, independentemente da acção temporal decorrente dos Governos. Respeitamo-la e desejamo-la acarinhada, por ser, no meio duma sociedade em transes de dissolução, a mais poderosa força moral de agregação e de coesão.

«Igualmente, a U.L.R. continua a afirmar a sua convicção de que aos interesses superiores da Nação convém reforçar a nossa tradicional Aliança com a Inglaterra. Importa não deixar avolumar mal-entendidos que possam pôr em perigo a boa amizade que deva presidir sempre às nossas relações. Não é de aconselhar entretermo-nos, por outras bandas, em devaneios susceptíveis de nos arrastarem para situações indesejáveis.

«A inconstância em matéria de política internacional é altamente perigosa e, no nosso caso particularíssimo, seria até criminosa.

«Que nunca os Governos se esqueçam desta circunstância e que aproveitem todas as oportunidades propícias para o estreitamento cada vez maior dos laços que nos prendem à Grã-Bretanha. Isso e uma maior intimidade de relações com o Brasil e a França constituem, para nós, um amplo programa de vida internacional.

«De resto, o nosso nacionalismo — repito — representa uma tentativa de fazer reviver certas tradições susceptíveis de provocarem o acréscimo da coesão do corpo da Pátria, não deixando que ele se dissolva na uniformidade peganhenta do internacionalismo.

«Festas, como a de hoje, são próprias para aviventarem a consciência do nosso próprio ser nacional. Apresentar às gerações presentes os exemplos memoráveis do passado, evocar aqueles feitos que a história gravou no mármore dos seus registos foi, em todos os tempos, o dever de quantos orientam e dirigem um País.

«Não ignoro a afirmação de alguns de que, por vezes, essas evocações não chegam a determinar na alma dos Povos aquela especialíssima vibração de plena exaltação mística e patriótica. Não ignoro também a afirmação de outros de que a esperança

não pode renascer na vida portuguesa, vasto cemitério cheio de cruzeiros votivos e de pedras tumulares.

«Deixemos falar os homens de pouca fé. Assim como Portugal escravizado e envelhecido teve forças para romper as cadeias que o acozentavam, assim nós, pela evolução lógica da Situação, haveremos de encontrar agora na nossa energia a alavanca da redenção.

«Pátria ao alto! — disse um ilustre português. Pátria e República ao alto! — afirmarei eu.»

### PARTE III

#### FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

##### 1. Documentos

###### a) *Jornais*

O Século (1926-1930)

Diário de Notícias (1926-1930)

Diário de Lisboa (1926-1930)

A Noite (1926)

Distrito da Guarda

O Bejense

Acção Nacionalista

A Tarde

O Marão (Vila Real)

A União (Castelo Branco)

Notícias de Luanda

A Verdade (Barcelos)

Diário do Minho

Distrito de Braga

A Nossa Terra (Torres Vedras)

Comércio de Penafiel

A Opinião (Oliveira de Azeméis)

###### b) *Publicações oficiais*

Diário da Câmara dos Deputados (1925-1926)

Diário do Senado (1925-1926)

Colecção Oficial do Diário do Governo

###### c) *Outros Documentos*

Código Eleitoral Actualizado (ANTÓNIO LUIS COSTA RODRIGUES), Coimbra 1921.



### ***Legislação Eleitoral***

Código Eleitoral, 14.<sup>a</sup> edição, 1923.

### ***Programas e Estatutos Partidários***

*Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, 1921.

*Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, 1923.

*Programa do P.R.P.*, 1908.

*Programa do P.R.P.*, 1912.

### ***Constituição de 1911***

MARNOUCO E SOUZA, *Constituição da República Portuguesa, Comentário*, Coimbra, 1913.

## **2. Bibliografia Principal:**

### **a) *Sobre a I República e a Ditadura Militar***

— CARLOS FERRÃO, *História da República*, 1959.

— ARTHUR RIBEIRO LAPES, *Histoire de La Republique Portugaise*, 1939.

— LOPES D'OLIVEIRA, *História da República Portuguesa*, Lisboa, 1947.

— JOÃO TELLO MAGALHÃES COLAÇO, *Da Vida República Portuguesa (Conservadores e Radicais)*, Lisboa, 1926.

— DAMIÃO DE PERES, *História de Portugal*, Suplemento, 1958.

— V. BRAGANÇA CUNHA, *Revolutionary Portugal (1910-1936)*, JAMES CLORK & Cod. Lda., 1937.

— *Dicionário de História de Portugal* (dirigido por JOEL SERRÃO), 4 vols. 1965-1970.

— VASCO PULIDO VALENTE, *O Poder e o Povo*, Lisboa, 1970.

— DAVID FERREIRA, *História Política da I República Portuguesa*, I volume (1910-1915), Lisboa, 1973.

— *História do Regime Republicano em Portugal* (dir. LUIS DE MATALVOR) II vols., 1932.

— JESUS PABON, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, 1956.

— TEOFILIO BRAGA, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, 1983.

— A. M. OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, 2.<sup>o</sup> volume, Lisboa, 1970.

— A. M. OLIVEIRA MARQUES, *A I República Portuguesa* (Alguns Aspectos Estruturais), Lisboa, 1980, 3.<sup>a</sup> ed.

— *História da I República Portuguesa* (As Estruturas de Base), dir. A. M. OLIVEIRA MARQUES), 1975.

— A. M. OLIVEIRA MARQUES, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, Lisboa, 1976.

— JOAQUIM VERISSIMO SERRÃO, *História de Portugal (1910-1926)*, vol. XI, Lisboa, 1989.

— *História de Portugal* (dir. José Matoso), vol. VI (A Segunda Fundação), Lisboa, 1994.

- ANTONIO COSTA PINTO, *Os Camisas Azuis*, Lisboa, 1994.
- FERNANDO DE CASTRO BRANDÃO, *A I República Portuguesa. Uma Cronologia*, Lisboa, 1991.
- A. H. OLIVEIRA MARQUES, *A Literatura Clandestina em Portugal (1926-1932)*, vol. I, Lisboa, 1990.
- A. M. OLIVEIRA MARQUES, *Estudos sobre Portugal no Séc. XX: Aspectos do Poder Executivo in O Tempo e o Modo*, n.ºs 47-48, 54-55, 62-63, 71-72 e 67.
- A. M. OLIVEIRA MARQUES, *Guia da História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, 1981.
- KATLEEN SCHWARTZMAN, «Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da I República Portuguesa» in *Análise Social*, vol. XVII, 1981, n.º 65, págs. 153 ss.
- JOSÉ FREIRE ANTUNES, *A desgraça da República na ponta das baionetas, As Forças Armadas do 28 de Maio*, Lisboa, 1978.
- JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA e JÚLIO HENRIQUES, *O 28 de Maio e o fim do Liberalismo*, (2 vols.), Lisboa, 1977.
- JORGE CAMPINOS, *A Ditadura Militar, 1926-33*, Lisboa, 1975.
- ARNALDO MADUREIRA, «O 28 de Maio» *Elementos para a sua compreensão* (2 vols.), Lisboa, 1978.
- ANTÓNIO JOSÉ TELO, *Decadência e Queda da I República* (2 vols.), Lisboa, 1980.
- CUNHA LEAL, *As Minhas Memórias* (3 vols.) Lisboa, 1966, 1967 e 1968.
- CUNHA LEAL, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, 1926.
- CUNHA LEAL, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha, 1932.
- CUNHA LEAL, *O Empréstimo Externo*, Lisboa, 1927.
- Textos Antológicos de Cunha Leal, Lisboa, 1991.
- JOÃO G. P. QUINTELA, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: I. A Construção do Partido (1919-1929)*, Lisboa, 1976.
- MANUEL ROQUE DE AZEVEDO, «Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista» in *Nova História*, n.º 2, Dezembro, 1984.
- AAVV., *O Estado Novo, Das Origens ao fim da Autarcia (1926-1959)*, vols. I e II, Lisboa, 1987.
- RAÚL REGO, *História da República*, vols. IV e V, Lisboa, 1987.
- IVENS FERRAZ, *A Ascensão de Salazar*, Lisboa, 1988.
- RAÚL PROENÇA, *A Ditadura Militar*, Lisboa, 1926.
- AAVV., *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, 1989.
- DOUGLAS WHEELER, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Lisboa, 1986.
- DOUGLAS WHEELER, *História Política de Portugal (1910-1926)*, Lisboa, s.d., 1986.
- MANUEL BRAGA DA CRUZ, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, 1986.
- MANUEL BRAGA DA CRUZ, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, 1980.



- MANUEL BRAGA DA CRUZ, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, 1988.
- AAVV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982.
- FERNANDO ROSAS, *O Estado Novo nos Anos 30, (1928-1938)*, Lisboa, 1986.
- FERNANDO ROSAS, *As Primeiras Eleições Legislativas sobre o Estado Novo*, Lisboa, 1985.
- FERNANDO MEDEIROS, *A Sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, 1978.

b) *Sobre Partidos e Sistemas Partidários*

- GIOVANNI SARTORI, *Partidos e Sistemas Partidários*, Brasília, 1982.
- MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, 1984.
- MICHAEL TAYLOR e V. M. HERMAN, *Party Systems and Government Stability in the American Political Science Review*, vol. LXV, March 1971, n.º 1.
- PARTIS POLITIQUES ET CLASSES SOCIALES EN FRANCE (dir. Maurice Duverger), Paris, 1955.
- GIOVANNI SARTORI, «European Political Parties: The Case of Polarized Pluralism», in *Political Parties and Political Development*, New York, 1972.
- LAWRENCE C. DODD, «Party Coalitions in Multiparty Parliaments» in *The American Political Science Review*, vol. LXVIII, September 1974, n.º 3.
- LAWRENCE C. DODD, *Coalitions in Parliamentary Government*, Princeton University Press, 1974.
- ROBERT MICHELS, *Sociologia dos Partidos Políticos*, Brasília, 1971.
- JEAN CHARLOT, *Os Partidos Políticos*, Lisboa, 1974.
- F. W. RIGGS, *Approaches to the Study of Party Organization*, 1968.